UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED

IVETE BORGES GOMES CARVALHO

CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIMENSÃO DO CUIDAR E A PREVENÇÃO DE ACIDENTES NO AMBIENTE ESCOLAR

VITÓRIA DA CONQUISTA-BA
2020

IVETE BORGES GOMES CARVALHO

CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIMENSÃO DO CUIDAR E A PREVENÇÃO DE ACIDENTES NO AMBIENTE ESCOLAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.
Linha de Pesquisa: Currículo e Práticas Educacionais.
Orientadora: Profa. Dra. Sônia Maria Alves de Oliveira Reis.

VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

2020

372.21 Carvalho, Ivete Borges Gomes.
C323c Currículo da educação infantil: dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar. / Ivete Borges Gomes Carvalho. – Vitória da Conquista-BA: UESB, 2020.
109 fl.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Sob a orientação da Prof. D. Sc. Sônia Maria Alves de Oliveira Reis.

1. Educação Infantil – Prevenção de acidentes – Rede Municipal – Itapetinga-BA. 2. Educação infantil – Análise de currículo. I. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd), C*ampus* de Vitória da Conquista. II. Reis, Sônia Maria Alves de Oliveira. III. Título.

CDD(21): 372.21

Catalogação na Fonte:
Cláudia Aparecida de Souza – CRB 1014-5ª Região
Bibliotecária – UESB – Campus de Itapetinga-BA

Índice Sistemático para desdobramentos por Assunto:

1. Educação infantil: Prevenção de acidentes
2. Educação infantil: Análise de currículo
3. Rede Municipal de Ensino: Educação infantil

IVETE BORGES GOMES CARVALHO

CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIMENSÃO DO CUIDAR E A PREVENÇÃO DE ACIDENTES NO AMBIENTE ESCOLAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação.
Linha de Pesquisa: Currículo e Práticas Educacionais.

Aprovada em 26 de março de 2020.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Sônia Maria Alves de Oliveira Reis - Orientadora
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

_____

Prof. Dr. Adenilson Souza Cunha Júnior - Examinador interno
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

_____

Profa. Dra. Débora Alves Feitosa - Examinadora externa
Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB)

_____

Prof. Dr. Sandro Vinicius Sales dos Santos - Examinador externo (Suplente)
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

_____

Profa. Dra. Dinalva de Jesus Santana Macêdo - Examinadora interna (Suplente)
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

AGRADECIMENTOS

Obrigada, meu Deus, por iluminar cada etapa vivenciada neste percurso da minha formação pessoal e profissional, nos momentos de alegria e de inquietação!

À Profa. Dra. Sônia Maria Alves de Oliveira Reis, minha orientadora e exemplo profissional, pela orientação prestada, pelo incentivo, pela disponibilidade e pelo apoio que sempre demonstrou. Por toda a paciência e empenho na orientação deste trabalho. Muito obrigada, por ter lido inúmeras vezes os mesmos capítulos e por me ter corrigido quando necessário, sem nunca me desmotivar, pelo contrário, sempre me encorajou e me aliviou dos meus medos e das minhas inseguranças! Aqui lhe exprimo a minha gratidão!

A todos os professores envolvidos no curso de Pós-Graduação em Educação da UESB de Vitória da Conquista, em nome do Coordenador do Programa, Prof. Dr. Claudio Nunes.

Aos professores, Profa. Dra. Débora Alves Feitosa e Prof. Dr. Adenilson Souza Cunha Júnior, que aceitaram compor minha banca de qualificação e de defesa, obrigada pelas sugestões e análises significativas!

À Secretaria de Educação e Cultura, em nome da Prefeitura Municipal de Itapetinga.

À Jusceleide de Souza, minha querida amiga Jusci e colega de curso, agradeço por sua atenção, apoio, carinho, amizade e contribuições em todos os momentos que me auxiliou neste estudo. Obrigada pela ajuda e força, compartilhando os seus saberes e experiências!

À Aline Ramos, que me incentivou e inspirou a ingressar no Mestrado em Educação. Obrigada pela sua beneficência e por ter me impulsionado a seguir no caminho da Pós-Graduação! Gratidão por tudo, minha mestra favorita!

Não poderia deixar de agradecer a minha família, pela força, pelo carinho durante todo o curso e pelo apoio incondicional que sempre me prestaram ao longo de toda a minha vida acadêmica e profissional, especialmente aos meus filhos Mateus, Talita e Raysa, e a minha mãe, que sempre se alegram com minhas conquistas.

A todos aqueles que ajudaram na realização desta pesquisa, enquanto entrevistados, que se predispuseram em responder às perguntas com carinho, compartilhando vivências e contribuindo com meu aprendizado e evolução como ser humano. Agradeço a atenção e a paciência, sem vocês a recolha desses dados teria sido impossível. Por isso, muito obrigada!

Os agradecimentos são igualmente às entidades, pela cedência de dados imprescindíveis para o estudo em causa. Enfim, quero demonstrar o meu reconhecimento a todos aqueles que

contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta dissertação. Com todos vocês, queridos, compartilho a alegria desta experiência.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar como o currículo da educação infantil discute a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar. O lócus investigativo foi uma escola pública municipal da cidade de Itapetinga, localizada na Região Sudoeste do Estado da Bahia. O trabalho buscou refletir sobre a dimensão do cuidar e educar na educação infantil, destacando o que revelam as pesquisas e a legislação no período de 2007 a 2018; identificar os acidentes mais frequentes ocorridos na educação infantil, salientando o papel e a ação dos professores e dos gestores diante desses episódios; analisar em que medida o currículo da educação infantil e o Projeto Político- Pedagógico da escola discutem ou não a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utilizou de observação na escola com registro no diário de campo, e entrevistas semiestruturadas com as professoras, a coordenadora pedagógica e a diretora da instituição pesquisada. A análise e a interpretação dos dados foram feitas com base na análise de conteúdo na modalidade temática. Observou-se que há poucas pesquisas que debatem a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes na educação infantil. Os estudos tornam mais escassos quando se voltam para a investigação das práticas escolares e das discussões de currículo sobre estas questões supracitadas. Os resultados evidenciam que os profissionais da educação não têm formação para lidar com episódios de acidentes no ambiente escolar. Nesse sentido, a pesquisa aponta a necessidade de conhecimentos e orientações curriculares e pedagógicas sobre a prevenção de acidentes na infância, especificamente em escolas de educação infantil. Verificou-se que a infraestrutura inadequada da escola e as ocorrências de acidentes impedem as professoras desempenharem suas atividades de interação e brincadeiras no pátio, que possibilitem os direitos das crianças de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Diante disso, a pesquisa reconhece que a educação infantil é um lugar de pluralidades das infâncias e destaca a importância de garantir um espaço físico seguro, a rotina, a realização de práticas lúdicas, o reconhecimento das diversidades infantis e a formação continuada, que oportunize ao professor articular o tripé brincar, cuidar e educar no cotidiano da escola.

Palavras-chave: Educação Infantil. Currículo. Educar e cuidar. Prevenção de acidentes.

ABSTRACT

This research aims to analyze how the early childhood curriculum discusses the dimension of care and accident prevention in the school environment. The research location was a municipal public school in the city of Itapetinga, located in the southwestern region of Bahia state. The work sought to reflect on the dimension of care and educate in early childhood education, highlighting what research and legislation reveal from 2007 to 2018; identify the most frequent accidents that occurred in education highlighting the role and action of teachers and managers in the face of these episodes; analyze to what extent the curriculum of early childhood education and the political pedagogical project of the school discuss or not the dimension of care and accident prevention in the school environment. It is a qualitative research, which used observation in the school with record in the field diary, and semi-structured interviews with the teachers, the pedagogical coordinator and the manager of the researched institution. The analysis and the interpretation of the data were made based on the content analysis in the modality thematic. It was observed that there are few studies that debate the dimension of care and accident prevention in early childhood education. Studies become scarcer when return to the investigation of school practices and curriculum discussions about these above-mentioned issues. The results show that education professionals are not prepared to deal with episodes of accidents in the school environment. In this sense, the research points out the need for curricular knowledge and pedagogical guidance information about the prevention of childhood accidents, specifically in schools of child education. It was found that the inadequate school infrastructure and accident occurrence prevent teachers from performing their interaction activities and school games on the yard, which enable children's rights to live, play, participate, explore, express, and know themselves. Therefore, the research recognizes that the early childhood education is a place of plurality for children and highlights the importance of ensuring a safe physical space, routine, playful activities, recognition of children's diversity and continuing education, which provides opportunities for teacher articulate the tripod to play, care for and educate in the daily life of the school.

Keywords: Early Childhood Education. Curriculum. Educate and care. Accidents prevention.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Parte externa da Escola Municipal de Itapetinga-BA.....24
Figura 2 - Parte externa da Escola de Educação Infantil.....53
Figura 3 - Reportagem sobre adutora embaixo de uma escola em Itapetinga.....54
Figura 4 - Escola de Educação Infantil antes e depois pintura.....55
Figura 5 - Pátio da Escola de Educação Infantil.....57
Figura 6 - Pátio da Escola de Educação Infantil.....63
Figura 7 - CEI Nair Augusta Ferreira de Carvalho.....75
Figura 8 - CEI Nair Augusta Ferreira de Carvalho.....76
Figura 9 - CEI Marvione Macêdo.....76
Figura 10 - CEI Marvione Macêdo.....77
Figura 11 - CEI Marvione Macêdo.....77

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de mortes por acidentes de crianças de 0 a 14 anos (2017).....39
Gráfico 2 - Número de mortes por acidentes de crianças de 0 a 14 anos (2017).....40
Gráfico 3 - Percentual de internações por acidentes de crianças de 0 a 14 anos (2018).....41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Matrículas da educação básica do município de Itapetinga (2018).....25
Quadro 2 - Características dos sujeitos da pesquisa.....27
Quadro 3 - Produções encontradas no banco de teses e dissertações da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT.....35
Quadro 4 - Produções encontradas no Portal de Periódicos da Capes e no *Google* Acadêmico.....36
Quadro 5 - Número de alunos por turma e faixa etária.....58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BA Bahia
BDTD Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC Base Nacional Comum Curricular
CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEI Centro de Educação Infantil
CF Constituição Federal
CME Conselho Municipal de Educação
DCN Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNEI Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
ECA Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA Educação de Jovens e Adultos
FNDE Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FURG Universidade Federal do Rio Grande
GT Grupo de Trabalho
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES Instituição de Ensino Superior
INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIEPAS Laboratório Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Antropologia da Saúde
MEC Ministério da Educação
OMS Organização Mundial de Saúde
PAR Programa de Ações Articuladas
PCN Parâmetros Curriculares Nacionais
PCR Parada Cardiorrespiratória
PDE Plano de Desenvolvimento da Educação
PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNE Plano Nacional de Educação
PPG Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
RCP	Ressuscitação Cardiopulmonar
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UFRO	Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....14
2 PERCURSO METODOLÓGICO.....21
2.1 A natureza qualitativa da pesquisa.....21
2.2 O tipo da pesquisa.....23
2.3 O contexto e os sujeitos da pesquisa.....25
2.4 Instrumentos e procedimentos de coleta dos dados.....29
2.5 Procedimentos de análise e interpretação das informações.....30
3 A DIMENSÃO DO CUIDAR E A PREVENÇÃO DE ACIDENTES NO AMBIENTE ESCOLAR: O QUE REVELAM AS PESQUISAS?.....32
3.1 Estado da Arte: uma abordagem qualitativa.....32
3.2 O que já foi produzido: o percurso da busca.....33
3.3 Prevenção de acidentes no ambiente escolar: o que diz as pesquisas?.....37
3.4 A dimensão do cuidar na educação infantil.....45
3.5 Apontamentos.....49
4 EDUCAR E CUIDAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIÁLOGO COM OS AUTORES E ATORES DO PROCESSO.....52
4.1 Descrição de um contexto de educação infantil.....52
4.2 Dialogando com as professoras e os autores sobre a infraestrutura escolar.....59
4.3 Episódios de acidentes com crianças da educação infantil: alguns relatos.....65
4.4 Educar e cuidar na educação infantil: tensões? limites? possibilidades!.....69
4.5 O Proinfância.....74
4.5.1 Proinfância em Itapetinga.....74
5 CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIMENSÃO DO CUIDAR E A PREVENÇÃO DE ACIDENTES NO AMBIENTE ESCOLAR.....79
5.1 O currículo na educação infantil.....79
5.2 A rotina da escola.....81
5.3 O perfil das crianças.....83
5.4 O olhar e as vozes dos profissionais que atuam na escola.....84
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....88
REFERÊNCIAS.....92

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....101
APÊNDICE B – Roteiro de Observação.....104
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista com as professoras.....105
ANEXO A - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa.....107

1 INTRODUÇÃO

Pensar, pesquisar e escrever sobre o "Currículo da educação infantil: dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar" me proporcionou refletir sobre a minha trajetória de vida, enquanto indivíduo que se encontra em um contínuo processo de desenvolvimento. Ao recordar a infância, lembrei-me de vários episódios envolvendo brincadeiras, brinquedos e acidentes entre amigos, colegas, irmãos e a vizinhança[1].

Apego-me ao pensamento de Corsaro (2005), ao enfatizar que a infância até pode ser reconhecida como uma categoria da sociedade, como um período socialmente construído e relevante, no qual as crianças vivem as suas próprias vidas, constroem as suas próprias culturas e contribuem para a produção do mundo adulto, podendo inclusive ser interpretada, debatida e definida como unidade autônoma que precisa ser educada e cuidada, não como um ser que imita e interioriza o mundo que a cerca, mas como participante ativo na vida social.

No período de minha infância, não havia grande preocupação por parte dos adultos que nos cercavam, com os acidentes infantis, diferentemente de hoje que constituem um problema de saúde pública, causam mortes e deixam sequelas físicas e psicológicas. Alguns fatores podem contribuir para que haja maior incidência de acidentes com crianças, como, por exemplo, a idade, os fatores socioeconômicos, ambientais e culturais. A fragilidade, a curiosidade, a inexperiência, a necessidade de cuidados e a vulnerabilidade, inerentes a este período do desenvolvimento humano, constituem alguns dos aspectos que contribuem para fazer das crianças um importante grupo de risco. Além de ter como consequência a potencial perda da vida, os acidentes podem gerar ainda sequelas físicas, incapacidades permanentes e temporárias, bem como dificuldades emocionais e danos financeiros (BRASIL, 2005).

A escola constitui-se um espaço ideal para fortalecer a implantação de ações preventivas em relação aos acidentes com crianças. Embora a maioria dos acidentes com crianças seja no ambiente doméstico, a escola tem papel fundamental na conscientização da criança quanto aos riscos que permeiam o domicílio e os mecanismos de evitá-los. Logo, é preciso dar ao cuidado o seu devido valor, mas não como uma prática assistencialista ou higiênica, modos de concretizá-los na educação infantil ao longo da história. Concebemos esse cuidado de forma ampliada, não reduzindo apenas ao ato de alimentar e higienizar a criança, o que não significa

[1]Inicio este relato em primeira pessoa do singular (eu), pois este trecho está relacionado a uma vivência pessoal com o objeto de pesquisa.

desconsiderar a importância destas ações cuidadoras. Assim, é preciso defender que o cuidado é o nutriente da educação da criança, sem o qual o educar não se sustenta.

Ao tratar do cuidar e do educar na educação infantil, é preciso evidenciar a sanção da Lei nº 13.722 datada de 4 de outubro de 2018, que torna obrigatória a capacitação em primeiros socorros em escolas, visto que o atendimento de primeiros socorros, ou como também conhecido, suporte básico de vida, desde que oferecido em pequeno espaço de tempo, aumenta significativamente a chance de sobrevida de uma vítima. Para tal, fazem-se necessárias pessoas com conhecimentos específicos a fim de evitar a morte da vítima ou, no mínimo, evitar sequelas.

Assim, a escola, em especial de educação infantil, deve saber da importância em oferecer uma assistência de qualidade aos agravos súbitos à saúde, em destaque as crianças desta modalidade de ensino. Em função da vulnerabilidade ser maior, torna-se imprescindível a capacitação de profissionais da educação, independente de sua área de atuação profissional para o atendimento de primeiros socorros antes da chegada do Serviço Médico Especializado.

O cenário educacional brasileiro avançou quando a educação infantil passou ser obrigatoriamente a primeira etapa da educação básica, mas trouxe inúmeros desafios para os professores que estão no exercício da docência, nessa etapa de ensino, pois no Brasil, até 1988 a educação infantil era de responsabilidade da assistência social e por isso tinha um foco voltado para o assistencialismo daqueles que mais necessitavam, ou seja, crianças pobres.

O desejo de estudar a temática “A dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes na educação infantil” iniciou quando me tornei professora da educação infantil e nessa condição presenciei diversos tipos de acidentes na escola. Ao iniciar a docência já sabia que ser professor/a exigia muito de mim porque considero uma profissão importante e necessária, porém muito difícil. Além de ensinar conteúdos da área que foi preparado, o professor tem de lidar com outras atividades que não foi qualificado. No caso deste estudo, por exemplo, compreendemos a importância de conhecer como lidar com alunos em situações de acidentes em ambientes escolares.

Ao trabalhar com a educação infantil, vivenciamos o prazer de conviver com crianças. A curiosidade natural, o deslumbramento com o corriqueiro, a empolgação com o novo e a vivacidade encanta os professores diariamente nas creches e pré-escolas do Brasil afora. Em alguns momentos há o encantamento, surpresas e emoções com as peraltices, descobertas e aprendizagens das crianças, outros são marcados por preocupações, tensões, medos e angústias. Mas, nada que um abraço apertado e um aconchego não resolvam. Qual outra profissão tem

tantas outras pessoinhas disputando para sentar do seu lado? Enfim… Ouvir as histórias e as perguntas e atender as curiosidades delas monopoliza nossa atenção.

Mas, é claro que é um grande desafio ser responsável pelas aprendizagens de crianças ávidas para experimentar tudo que aparece à frente, que perguntam o porquê de tudo, querem fazer as coisas do próprio jeito, se encantam e se assustam com os personagens das histórias, levantam hipóteses, inventam explicações complicadíssimas e aprendem em tempos e espaços diferentes, cada uma a seu modo e com suas especificidades.

Nesse sentido, objetivamos analisar em que medida o currículo da educação infantil discute a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar. Supomos que a prevenção de acidentes pode ser trabalhada, por resultar de um conjunto de fatores que tornam sua ocorrência previsível, não acontecendo assim ao acaso. Portanto, professores e demais profissionais da educação necessitam de maior conhecimento sobre essa problemática para poder ajudar na prevenção dos acidentes na infância.

Ao fazer um levantamento exploratório no banco de teses e dissertações da Capes e no *Google* Acadêmico, observamos que há poucas pesquisas que discutem a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes na educação infantil. Estudos tornam mais escassos quando se voltam para investigação das práticas escolares e das discussões de currículo sobre estas questões supracitadas.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a criança é um sujeito de direitos e como tal, tem o direito de ser cuidada e educada. Além da Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010), o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8069/90 (BRASIL, 1990), a Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8742/93 (BRASIL, 1993), determinam e garantem os direitos de cidadania das crianças brasileiras de 0 a 5 anos e fazem referência às dimensões de cuidado e de educação, quando definem o atendimento oferecido por creches e pré-escolas como uma primeira etapa da educação para a cidadania.

Diante disso, cuidar é impregnar a ação pedagógica de responsabilidade, levando a uma visão ampliada do desenvolvimento da criança com base em concepções que respeitem a realidade e peculiares à infância. Dessa forma, o educador deve estar em permanente estado de observação e vigilância para que não transforme as ações de cuidar e educar em rotinas mecanizadas, guiadas por regras. Cuidar e educar implicam reconhecer que o desenvolvimento, a construção dos saberes e a constituição do ser não ocorrem em momentos esporádicos e de modo fragmentado.

De acordo com a literatura no campo da educação infantil, o binômio cuidar e educar são indissociáveis (BRASIL, 1998a, 2009, 2018; BUJES, 2001; DIAS; MACÊDO, 2006; NASCIMENTO; SANTOS, 2010), dentre outros. Para os autores, a garantia do cuidado e da educação de forma indissociável passa a ser um indicador de qualidade indispensável para a primeira etapa da educação básica. Nesse contexto, Nascimento e Santos (2010, p. 3) enfatizam que "educação e cuidado são aspectos necessários e indissociáveis quando se pensam serviços de qualidade destinados às crianças".

Ao defenderem o cuidado e a educação como função precípua da educação infantil, Dias e Macêdo (2006, p. 14) ressaltam que "a função da Educação Infantil é o cuidar e educar de forma integrada". As crianças de 0 a 5 anos precisam de ambas as ações: cuidado e educação que devem ser compreendidos como ações pedagógicas indispensáveis, de modo que proporcionem às crianças viverem com segurança a sua condição de infância, que implica em fantasia, ludicidade, criar cultura, transgredir, surpreender e maravilhar.

Observamos que este binômio como atribuição docente surge como um dos diferenciais entre a função do professor de educação infantil e do ensino fundamental. Nas palavras de Rivero (2002, p. 13), percebemos com clareza esta indicação, "a ideia de cuidar e educar de modo indissociável, partilhando essa educação com a família, passa a ser discutida na formação como um direito das crianças e uma responsabilidade do professor de Educação Infantil [...]".

Desse modo, indagamos: Como o currículo da educação infantil discute a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar? Ao assumir o cuidar, a educação compreende que o espaço/tempo em que a criança vive exige esforço particular e mediação, para proporcionar ambientes que estimulem a curiosidade com consciência, responsabilidade e dignidade às crianças.

O Ministério da Saúde (BRASIL, 2007) afirma que acidente na infância é a terceira causa de mortalidade no Brasil, com cerca de 22.000 óbitos por ano, e causa frequente de invalidez na infância e adolescência. Na escola, as crianças são vulneráveis a situações de perigo, por isso, é necessário que o currículo e o projeto pedagógico da escola contemplem essa questão, trabalhando cotidianamente com as crianças no âmbito escolar. Embora a maioria dos cortes, batidas e arranhões seja leves e rapidamente esquecidos, alguns acidentes resultam em danos duradouros comprometendo o desenvolvimento da criança e alguns casos podem causar até a morte.

Os acidentes, se analisados de maneira popular, podem ser considerados como eventos involuntários, imprevistos e inesperados, que simplesmente acontecem. Muitos deles não

costumam ter grandes consequências, no entanto, provocam um número razoável de lesões graves. Porém, outros podem deixar sequelas, tanto físicas quanto emocionais na criança.

É necessário compreender que em qualquer lugar e em qualquer momento, a criança está exposta a uma série de riscos: em sala de aula, corredores, escadas, banheiros, biblioteca, áreas de recreação e esportes, e assim, o acidente pode surgir inesperadamente e de um modo brusco, mesmo sendo, quase sempre, previsível. A especialidade de ser previsível justifica a busca de fatores de risco para a afirmação de procedimentos preventivos para que haja a sua diminuição.

Os acidentes podem comprometer o desenvolvimento da criança, dependendo de sua gravidade. É preciso ter cuidados e as medidas preventivas são as mais indicadas, juntamente com a preparação dos profissionais da escola para lidar com essas situações. Por isso, faz-se necessário estudar sobre a temática para saber em que medida os professores e demais profissionais da educação necessitam de conhecimentos e orientações curriculares e pedagógicas sobre a prevenção dos acidentes na infância, especificamente em escolas de educação infantil.

Veríssimo e Fonseca (2003) enfatizam a ideia de que o atendimento à criança na creche demanda uma oferta de ações constituídas de atividades pedagógicas essenciais à criança. Para tanto, é preciso haver profissionais capacitados em conhecimentos e habilidades específicos, tais como observar, interpretar e compreender os comportamentos e as necessidades infantis. O professor passa a ser elemento importante no processo de prevenção de acidentes, pois além de manter um contato diário e prolongado com os alunos, tendo, portanto, posição estratégica para desenvolver atividades preventivas, ele está envolvido na realidade social e cultural dos alunos, possuindo uma similaridade comunicativa com os mesmos (DAVANÇO; TADDEI; GAGLIONONE, 2004). Porém, nem sempre o professor possui conhecimentos ou foi formado para realizar tal trabalho. Vieira *et al*. (2009) afirmam que a orientação sobre acidentes infantis para os professores de educação infantil deveria ser incluída no currículo mínimo desses profissionais.

Sena (2006) também afirma que a escola deve realizar capacitações de seus educadores em relação aos procedimentos de primeiros socorros e que políticas públicas de saúde sejam implantadas. Estas deveriam estabelecer o oferecimento de treinamento sistemático e formação dos professores em estratégias preventivas, o que poderia beneficiar as escolas e os alunos na prevenção desses agravos.

Diante do exposto, faz-se necessário a busca contínua por conhecimentos e estudos na área de primeiros socorros para os professores de educação infantil, para que possam amparar

os alunos nas situações adversas, prestar-lhes o atendimento correto em casos de acidentes, evitar que ocorram maiores complicações, e orientar os familiares dos alunos para que tomem as devidas providências posteriores. A esse respeito, Souza (2013) defende que a população escolar necessita ter conhecimentos básicos de primeiros socorros, já que o cotidiano é repleto de riscos, que podem causar acidentes. Todavia, a realidade não é bem assim, temos uma população carente sobre os conhecimentos de primeiros socorros.

Na realização do estudo, intencionamos como objetivo geral analisar como o currículo da educação infantil aborda a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar. Subsidiado pelos objetivos específicos: discutir a dimensão do cuidar e educar na educação infantil, destacando o que revelam as pesquisas e a legislação no período de 2007 a 2018; identificar os acidentes mais frequentes ocorridos na educação infantil, salientando o papel e a ação dos professores e dos gestores diante desses episódios; analisar em que medida o currículo da educação infantil e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola discutem ou não a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar.

Destarte, este texto, além das palavras introdutórias que correspondem ao capítulo 1, que situa o objeto de estudo e suas implicações, descreve a questão que orienta o estudo e os objetivos que pretendem alcançar, é composto por mais seis capítulos.

O capítulo 2 delineia o aporte teórico metodológico. Explicita a abordagem e o tipo de pesquisa sugerido pelo objeto de investigação. Apresenta o contexto e os sujeitos da pesquisa, descreve os instrumentos utilizados para a produção da informação e seu procedimento de análise e interpretação.

O capítulo 3 apresenta um levantamento das produções dos últimos dez anos, relacionadas ao currículo da educação infantil, a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar. Mostra por meio de um estado da arte o que foi produzido nesse campo de conhecimento e discute o que dizem as pesquisas sobre a prevenção de acidentes no ambiente escolar e a dimensão do cuidar na educação infantil.

O capítulo 4 menciona algumas discussões sobre o educar e cuidar na educação infantil, a partir de um diálogo com os autores e atores do processo. Descreve sucintamente o contexto da escola, dialoga com as professoras e os autores sobre a infraestrutura escolar e menciona alguns episódios de acidentes com crianças da educação infantil.

O capítulo 5 discute o currículo proposto para a educação infantil da escola pesquisada, destacando as dimensões de educar, de cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar. Apresentamos aspectos da rotina escolar, o perfil das crianças, o olhar e as vozes dos profissionais que atuam na instituição sobre as tensões, limites e possibilidades no ato de educar

e cuidar na educação infantil. Almejamos também analisar o que propõe o currículo para a educação infantil da escola estudada e o que de fato se realiza. Por fim, nas considerações finais deste estudo, expomos uma breve retomada dos objetivos e percurso da investigação, seguida das inferências às quais ela nos permitiu chegar.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa em educação sempre nos coloca frente a um universo complexo, pois definir os caminhos para serem trilhados é ter que fazer escolhas, nem sempre fáceis. Desse modo, longe de estabelecer certezas metodológicas, até porque elas não existem, procuramos, aqui, pensar em atitudes metodológicas que possam nos ajudar a desbravar os caminhos da pesquisa, e interrogar melhor os sujeitos deste estudo. Nesse processo, vamos nos constituindo enquanto pesquisador/a, pois conforme Meyer e Paraíso (2012, p. 15):

> Uma metodologia de pesquisa é sempre pedagógica porque se refere a um como fazer, como fazemos ou como faço minha pesquisa. Trata-se de caminhos a percorrer, de percursos a trilhar, de trajetos a realizar, de formas que sempre têm por base um conteúdo, uma perspectiva ou uma teoria. Pode se referir a formas mais ou menos rígidas de proceder ao realizar uma pesquisa, mas sempre se refere a um como fazer.

Pensando assim, a escolha da metodologia para o desenvolvimento da pesquisa científica não pode ser feita de forma casual. Surge a partir de estudos e reflexões, posições teóricas escolhidas relacionadas ao objeto, problema e objetivos definidos para a investigação. Nesse sentido, tomamos como ponto de partida para o desenho metodológico da pesquisa o seu objetivo principal, qual seja: analisar como o currículo da educação infantil aborda a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar.

Este capítulo tem por finalidade apresentar os pressupostos epistemológicos que sustentam as escolhas metodológicas deste estudo, que objetivam analisar em que medida o currículo da educação infantil discute a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar. Em função do que o próprio objeto sugere, optamos por uma abordagem qualitativa. Neste texto, expomos as características da investigação de natureza qualitativa, a justificativa da escolha pela pesquisa do tipo estudo de caso, o contexto e os sujeitos participantes, além dos instrumentos que foram utilizados para produzir as informações e do método usado na análise dos dados empíricos.

2.1 A natureza qualitativa da pesquisa

Tendo em vista a natureza do problema deste estudo, utilizamos uma metodologia de abordagem qualitativa como estratégia de pesquisa, que se fundamenta exatamente na tradição compreensiva e interpretativa do objeto de estudo. Caracteriza-se pela investigação

naturalística; o recurso descritivo; a interpretação em contexto; maior ênfase no processo que no produto; a valorização pelos pesquisadores da apreensão dos significados atribuídos aos fenômenos estudados (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2004).

Goldenberg (2004) aponta que as pesquisas qualitativas descrevem situações com o objetivo de compreender os indivíduos em sua subjetividade, além de colocar que o pesquisador deve ser flexível e criativo no momento da coleta e análise de dados, pois os mesmos não são padronizáveis como os da quantitativa.

Segundo esse autor, enquanto estudos quantitativos geralmente procuram seguir com rigor um plano previamente estabelecido (baseado em hipóteses claramente indicadas e variáveis que são objetos de definição operacional), a pesquisa interpretativa e qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento; além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente não emprega instrumental estatístico para análise dos dados; seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos.

Nessa perspectiva, Minayo (2003), ao escrever sobre a pesquisa qualitativa, explica que esse tipo de pesquisa procura responder às questões que são muito específicas. Para esta autora, a pesquisa qualitativa trabalha com uma realidade que não pode ser apenas quantificada, porque essa realidade possui um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Tudo isso corresponde às relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos apenas a operações variáveis.

> Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta”, a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. (MINAYO, 2003, p. 22, grifo da autora).

Sendo assim, de acordo como Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. Seguindo essa linha de raciocínio, Vieira e Zouain (2005) afirmam que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles.

Creswell (2007, p. 186) infere que dentre as características da pesquisa qualitativa o ambiente é natural, pois “é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos”. Além disso, o autor diz que

a preocupação com o processo deve ser muito maior do que com o produto, isto é, o interesse do pesquisador “ao estudar um determinado problema é verificar ´como´ ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas” (CRESWEL, 2007, p. 186, grifo do autor).

Nesse contexto, Richardson (1999) acrescenta que a pesquisa qualitativa é especialmente válida em situações às quais se evidencia a importância de compreender aspectos psicológicos cujos dados não podem ser coletados de modo completo por outros métodos, devido à complexidade que encerram (por exemplo, a compreensão de atitudes, motivações, expectativas e valores).

Esse tipo de pesquisa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem. Percebemos a relevância e a necessidade desse tipo de pesquisa para nos auxiliar na descrição e interpretação dos dados coletados sobre as experiências que os professores e os gestores apresentam em relação aos episódios de acidentes na educação infantil, frequentes nas instituições que atuam como profissionais.

2.2 O tipo da pesquisa

Por entendermos que investigar um caso específico nos oferece melhores condições de análise, pois permite estudá-lo em profundidade, apresenta flexibilidade, garante a unidade do caso e favorece o entendimento do processo (GIL, 2008), optamos pelo estudo de caso, por se caracterizar como um tipo de pesquisa que melhor se adequa às perspectivas de nossa investigação.

O estudo de caso é um dos tipos de pesquisa qualitativa que vem ganhando crescente aceitação na área da educação. Seu caráter particularista permite ao investigador debruçar sobre uma situação específica, com o intuito de descobrir o que há nela de mais essencial e característico. Segundo Yin (2010, p. 24), o estudo de caso

> permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – como os ciclos individuais da vida, o comportamento dos pequenos grupos, os processos organizacionais e administrativos, a mudança de vizinhança, o desempenho escolar, as relações internacionais e a maturação das indústrias.

Um estudo de caso consiste em uma observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico (BOGDAN; BIKLEN, 1994), podendo ser realizado somente com um indivíduo ou com um grupo de pessoas. Sendo

assim, a pesquisa em pauta está sendo realizada em uma escola pública municipal de Itapetinga-BA[2], porque é uma escola visivelmente propícia a ocorrência de acidentes, conforme podemos visualizar na Figura 1:

Figura 1 - Parte externa da Escola Municipal de Itapetinga-BA

Fonte: Acervo das pesquisadoras

A Figura 1 mostra a parte externa da escola estudada. Observamos que está situada em uma via com fluxo grande de veículos e o muro não tem nenhuma proteção como estacas de cimento ou ferro, para conter, por exemplo, algum carro desgovernado. Além do mais, não tem faixa de pedestre no entorno da escola e nenhuma sinalização que possa chamar a atenção para a escola.

Ademais, considerando algumas das características essenciais de um estudo de caso pontuadas por Gil (2008), tais como utilização de múltiplos procedimentos, o caráter unitário, a profundidade, a contemporaneidade e a ligação do fenômeno ao contexto, entendemos que este tipo de investigação ofereceu-nos melhores condições de observar, descrever acidentes mais frequentes ocorridos na educação infantil, destacando o papel e a ação dos professores e dos gestores diante desses episódios.

Embora seja um tipo de pesquisa que tenha forte cunho descritivo, em que o pesquisador, geralmente, não possui a intenção de intervir sobre a situação, limitando a mostrá-

[2]Itapetinga é um município brasileiro no interior da Bahia. Pertence a Mesorregião do Centro-Sul Baiano e a Microrregião de Itapetinga. A distância do município para a capital do estado é de 562 km. A sua população em 2018, segundo estimativa populacional do IBGE, era de 75.470 habitantes, sendo assim a 26.ª cidade mais populosa da Bahia.

la como ela lhe surge, estudos desta natureza podem ter um alcance analítico, na medida em que o pesquisador pode interrogar a situação.

2.3 O contexto e os sujeitos da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada no município de Itapetinga-BA. De acordo com o último censo (IBGE, 2010), sua população é de 68.273 pessoas e apresenta uma taxa de escolarização de 96.8% para a população de 6 a 14 anos. Para atender a educação básica, atualmente o município conta com 63 escolas[3] abrangendo a sede e distritos. Nelas são atendidos estudantes das etapas de Educação Infantil (creches e pré-escolas), de Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) e de Ensino Médio, e das modalidades de Educação de Jovens e Adultos e de Educação Especial.

Quadro 1 - Matrículas da educação básica do município de Itapetinga (2018)

Matrículas Rede Pública e Privada	**Quantidade de Estudantes**
Creches	1.073
Pré-escolas	1.802
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	5.789
Anos Finais do Ensino Fundamental	4.340
Ensino Médio	2.370
Educação de Jovens e Adultos	1.704
Educação Especial	485
Total de alunos matriculados	**17.563**

Fonte: Censo Escolar/INEP (2018)

A rede pública municipal se constitui como a maior rede de ensino da cidade de Itapetinga, ofertando as duas etapas da Educação Básica, Educação Infantil e Ensino Fundamental, e como modalidade de educação, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Especial.

O levantamento dos dados deste estudo foi realizado em uma escola da rede municipal de Itapetinga que atende crianças da educação infantil. A escolha deste contexto se justifica por não haver ainda pesquisas que focalizam discussões sobre a ocorrência de acidentes na

[3]Dessas 63 escolas, 42 são da rede municipal; 4 são da rede estadual; 1 é da rede federal e 16 são da rede privada (INEP/2018).

educação infantil, destacando o papel e a ação dos professores e dos gestores diante desses episódios.

A Escola Municipal de Itapetinga-BA selecionada para o estudo atende apenas a educação infantil. Está localizada no perímetro urbano, funciona nos turnos matutino e vespertino. Recebeu, no ano de 2018, um número de 27 crianças matriculadas na creche e 170 crianças matriculadas na pré-escola. A faixa etária das crianças varia de 3 a 5 anos. A equipe de trabalho da escola é composta por: cinco professoras, duas merendeiras, uma auxiliar de sala, uma cuidadora, três auxiliares de serviços gerais, um vigilante, uma secretária, uma coordenadora pedagógica e uma diretora.

O turno matutino funciona com quatro salas: duas turmas de pré-escolar nível I, uma turma de pré-escolar nível II e mais uma turma de maternal (creche). O turno vespertino funciona com quatro salas de aula: uma turma de pré-escolar nível I, duas de pré-escolar nível II e uma de maternal. Em virtude de nosso interesse em estudar o currículo, a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar de apenas uma escola de educação infantil, pela viabilidade que a proposta nos concede, comunicamos os objetivos do estudo à direção da escola, que nos direcionou para as professoras da referida escola. Ao serem informadas, elas sinalizaram estarem dispostas a colaborarem com a nossa pesquisa. Procuramos então, a partir das falas das professoras e da observação, descrever a infraestrutura e as dependências da escola e traçar um perfil dos profissionais e dos estudantes da instituição.

Em relação à infraestrutura e as dependências da escola, a instituição possui sanitário dentro do prédio da escola, cozinha, salas de aula, equipamentos (aparelho de DVD, impressora, televisão), computador com internet banda larga, apenas para o uso administrativo. Infelizmente, a escola não tem sanitário fora do prédio da escola, biblioteca, laboratório de informática, laboratório de ciências, sala de leitura, quadra de esportes, sala para os professores, sala de atendimento especial e nem à acessibilidade nas dependências da escola para pessoas com deficiência. O saneamento básico (abastecimento de água, energia e destino do esgoto) é feito pela rede pública e o destino do lixo é realizado por meio da coleta periódica. A escola não dispõe de copiadora, retroprojetor e projetor multimídia (Datashow) (INEP/2018).

Dessa forma, como se pressupõe que as experiências só podem ser descritas por quem as experimenta, para atender aos objetivos desta pesquisa, a seleção primária dos/as participantes seguiu os seguintes critérios: atuar na instituição pesquisada como professor/a, ser integrante da equipe gestora, técnica-administrativa ou desenvolver outras atividades. Desse modo, entrevistamos cinco professoras, dois integrantes da equipe gestora (diretora e a coordenadora pedagógica) e cinco funcionários (técnico-administrativo, porteiro, merendeira,

auxiliares/monitores). Planejamos ouvir o Conselho Municipal de Educação e o Secretário Municipal de Educação de Itapetinga-BA sobre o tema pesquisado, mas não foi possível, devido à indisponibilidade de tempo por parte dos gestores.

Quadro 2 - Características dos sujeitos da pesquisa

Sujeitos da Pesquisa	**Características dos Sujeitos**
Professora Safira[4]	É do sexo feminino, casada, tem 40 anos de idade, mãe de 3 filhos, é pedagoga, pós-graduada em Psicopedagogia, trabalha há 21 anos como professora concursada da rede municipal de Itapetinga. Há 15 anos leciona nessa instituição de ensino, exclusivamente com a educação infantil. Trabalha 40 horas semanais.
Professora Rubi	Tem 52 anos de idade, do sexo feminino, divorciada, mãe de 3 filhos, é pedagoga há 14 anos. Trabalha na rede municipal há 8 anos, com carga horária de 40 horas semanais. Nessa escola, trabalha apenas 20 horas, no turno matutino, e no turno vespertino trabalha com o ensino fundamental I em outra instituição.
Professora Esmeralda	Tem 56 anos, do sexo feminino, casada, tem 2 filhos. Iniciou a carreira no magistério, depois fez Pedagogia, tem especialização em Psicopedagogia Institucional e Gestão de Sala de Aula. Está no município há 25 anos, começou com 20 horas, hoje atua com 40 horas. É concursada. Disse que tem boa formação e participa de cursos de qualificação docente na área de educação infantil. Fez o Magistério em 1981 e a partir de 1982 já iniciou a docência em escolas da rede privada e da rede pública.
Diretora	Jade, está gestora nessa instituição há 3 anos. É casada, tem 2 filhos, e trabalha na educação na rede municipal há 21 anos. É pedagoga, com especialização em Psicopedagogia e Serviço Social.
Coordenadora Pedagógica	Margarida é casada, não tem filhos, é do sexo feminino, trabalha na educação há 22 anos e há 3 anos trabalha nessa instituição de ensino. É pedagoga e tem especialização em Pedagogia Social.
Merendeira	Fê, tem 33 anos de idade, trabalha na educação e nessa instituição há 2 anos, mas, sempre trabalhou como merendeira. É casada, tem uma filha e em relação a sua formação escolar possui o ensino médio.
Porteiro	Jô tem 58 anos de idade, é solteiro, há 19 anos trabalha na educação como vigilante e há 3 anos nessa instituição de ensino. Em relação a sua formação escolar possui ensino fundamental incompleto.
Auxiliar de Serviços Gerais	Juri, do sexo feminino, 64 anos de idade, casada, 3 filhos. Trabalha na educação há 30 anos e 15 anos trabalha nessa instituição de ensino, com educação infantil. Em relação a sua formação escolar possui o Ensino Fundamental.

[4]Para preservar a identidade dos sujeitos utilizamos nomes fictícios.

Auxiliar de Sala	Taji, é do sexo feminino, casada, 2 filhos, trabalha como auxiliar de sala há mais de 10 anos. É pedagoga. Trabalha nessa instituição de ensino há mais de 5 anos com 20 horas semanais.
Técnico administrativo	Flor, tem 42 anos de idade, divorciada, tem um filho, há 16 anos trabalha na educação, nessa mesma função e nessa mesma instituição de ensino. Em relação a sua formação escolar possui o ensino médio.

Fonte: Elaborado pelas autoras

Os/as participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme orienta a resolução 466/2012 e a Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde que trata de pesquisas envolvendo seres humanos. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em pesquisa da UESB, com o parecer de número 3.560.068.

Ao observamos as características dos/das participantes da pesquisa descritas no Quadro 2, notamos que apenas o porteiro é do sexo masculino. As demais funções na escola são exercidas por mulheres. No entanto, esta não é uma característica somente da rede de ensino pesquisada, constitui como um fenômeno que é a feminização da docência, principalmente quando se trata da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

A partir das informações da faixa etária, percebemos uma importante característica do quadro docente, que é o envelhecimento[5]. Sobre a formação das professoras, da coordenadora pedagógica e da diretora, notamos que são certificadas em nível de graduação e pós-graduação, o que atende, de certa forma, as solicitações das legislações vigentes, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) que determina que a formação dos professores da educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena (BRASIL, 1996). Também contempla o que está posto no Plano Nacional de Educação (PNE), no que se refere às metas 15 e 16 (BRASIL, 2014) e o que está definido no Plano Municipal de Educação de Itapetinga (ITAPETINGA, 2015).

No decorrer da pesquisa, no tocante à profissão docente, observamos certa precarização das relações de trabalho. Desse modo, compreendemos a necessidade de pensar formas de condições de trabalho favoráveis para o professor da educação básica, especificamente da educação infantil, considerando a faixa etária, o regime e a jornada de trabalho, a carga horária, a formação inicial e continuada, pois as condições precárias a que são submetidos desfavorecem o exercício da profissão, contribuindo para a precarização do trabalho docente e para a sua desprofissionalização (OLIVEIRA, 2014).

[5]Para saber mais sobre como se dá o processo de envelhecimento do corpo docente da educação básica e as percepções dos professores sobre esse fenômeno, ver Vieira e Mello-Carpes (2013).

2.4 Instrumentos e procedimentos de coleta dos dados

Em relação aos procedimentos e instrumentos da investigação, fizemos um levantamento de dados institucionais, por meio da pesquisa em bancos de informações (INEP/2018), na direção e na coordenação da escola, no intuito de identificar em que medida o currículo da educação infantil e o Projeto Político-Pedagógico da escola discute ou não a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar.

Sobre a análise documental, Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5) destacam que "os documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões". De acordo com os autores, para proceder a análise de um documento é preciso considerar os seguintes fatores: o contexto; os autores; a autenticidade e a confiabilidade do texto; a natureza do texto; os conceitos-chaves e a lógica interna do texto. Além disso, os documentos devem ser situados teoricamente para que ocorra a compreensão dos mesmos.

Além do uso da análise documental para a compreensão de questões relacionadas à organização do currículo, foi utilizada uma ficha de identificação para traçar o perfil dos sujeitos da pesquisa. Para a coleta de dados realizamos a entrevista semiestruturada que, segundo Gil (2008), permite certa liberdade de expressão. Possui uma relativa flexibilidade que possibilita, segundo Laville e Dionne (1999), um contato maior entre o entrevistado e o entrevistador, que colhe informações com o intuito de obter, além da compreensão de sua realidade social, o conhecimento de suas motivações pessoais, bem como a exploração dos conhecimentos pessoais dos entrevistados, suas crenças, valores, sentimentos e opiniões.

Assim, por meio do uso das entrevistas, descrevemos as experiências que professoras e gestoras apresentam sobre o que significa lidar com a dimensão do cuidar na educação infantil, como também identificamos os tipos de acidentes mais frequentes ocorridos na escola e que ações são desenvolvidas pela instituição no que concerne à prevenção de acidentes na infância.

Para dar conta disso, as entrevistas semiestruturadas foram a melhor opção, já que, por meio delas, o entrevistador faz perguntas específicas, mas possibilita que os entrevistados respondam em seus próprios termos ou ainda levantem novos questionamentos. É importante destacar essa abertura que as entrevistas semiestruturadas dão a novas interrogações.

Desse modo, realizamos as entrevistas semiestruturadas de forma que foram planejadas, previamente agendadas com os/as entrevistados/as, gravadas e transcritas, sendo posteriormente, validadas por eles/as, segundo critérios que possibilitem a verificação das respostas dadas e sua fidedignidade para posterior análise.

Com o objetivo de descrever o contexto escolar em que acontecem acidentes na infância, utilizamos a observação na escola, tendo o diário de campo como recurso auxiliar. A justificativa para essa escolha é o fato de a observação permitir que o pesquisador acompanhe os sujeitos nas salas de aulas, no pátio da escola, nos momentos de entrada e saída da escola, nas reuniões de planejamento e outras ações do cotidiano da escola.

2.5 Procedimentos de análise e interpretação das informações

O objetivo da análise de dados é descrever, interpretar e entender os dados coletados de maneira que estes venham a responder às questões formuladas no estudo.

No que se refere à análise dos dados qualitativos coletados, foram enfocados com base na análise de conteúdo proposta por Bardin (1977). As diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três polos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

Inicialmente, realizamos a organização do material coletado e fizemos uma pré-análise. Prosseguindo, escolhemos os documentos relacionando-os com os objetivos da pesquisa e com os indicadores que documentam a interpretação final.

Na segunda fase da análise de conteúdo, fizemos a exploração do material, um estudo adequado, orientado pelas hipóteses e pela teorização realizada. Foram utilizados procedimentos para a realização da descrição analítica, como sugere Bardin (1977), que são: a codificação, a classificação e a categorização.

Na fase de inferência e interpretação, orientamos nos conteúdos que se manifestaram pelo estudo aprofundado dos dados dos documentos analisados e resultantes da recolha de dados. A especificação de categorias de análise foi embasada em significações de frases e palavras que esclarecem opiniões, posicionamentos e comportamentos, permitindo-nos novas elaborações de análises. O investigador, segundo Bardin (1977), pode propor inferências e interpretações mediante os objetivos previstos, ou elaborar novas proposições, de acordo com as novas dimensões que se apresentam e, quando necessário, foi isso que fizemos.

A análise dos dados coletados foi aprofundada na orientação das conclusões sobre a realidade estudada. O estabelecimento das relações necessárias entre os dados e as hipóteses levantadas apresentou confirmações ou rejeições das mesmas, sem, no entanto, comprometer sobremodo o processo de pesquisa.

A análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de informações que pode ser utilizada na investigação de dados nas abordagens qualitativas, pois contribui para tornar os dados inteligíveis e para fazer emergir sentidos e significados.

Com o desenvolvimento desta pesquisa, buscamos conhecer a realidade dos sujeitos da pesquisa e discutir em que medida os/as professores/as e demais profissionais da educação necessitam de conhecimentos e orientações curriculares e pedagógicas sobre a prevenção dos acidentes na infância, especificamente em escolas de educação infantil. Para tal, recorremos ao diálogo com os sujeitos e apoio na literatura. Dessa forma, orientamos o trabalho nos seguintes princípios éticos: como forma de resguardar os sujeitos desta pesquisa, foram utilizados nomes fictícios indicados pelos entrevistados; as entrevistas foram realizadas conforme procedimentos previamente estabelecidos e informados aos sujeitos participantes; as expressões, comentários ou qualquer outra referência direta aos sujeitos da pesquisa foram usados com a autorização expressa deles; a gravação dos diálogos durante as entrevistas em gravador de voz ou celular, foram realizadas com o aceite dos/as entrevistados/as; a participação dos sujeitos na pesquisa foi formalizada por meio de carta-convite e posteriores termos definidos entre as partes. A desistência de participação na pesquisa, por parte dos sujeitos poderia ser feita a qualquer tempo.

O princípio ético orientador deste estudo reside no fato de que tudo o que se interpreta, avalia e relata acerca de um sujeito, quando da participação deles em estudos acadêmicos, deverá ser a eles devolvido. Assim, o/a entrevistado/a figurará como contraponto ao olhar dos pesquisadores. Portanto, durante e após a elaboração da dissertação, foram agendados com os/as participantes da pesquisa, encontros para a devolução dos dados em forma de teoria.

3 A DIMENSÃO DO CUIDAR E A PREVENÇÃO DE ACIDENTES NO AMBIENTE ESCOLAR: O QUE REVELAM AS PESQUISAS?

> Cada investigador analisa minuciosamente os trabalhos dos investigadores que o precederam e, só então, compreendido o testemunho que lhe foi confiado, parte equipado para a sua própria aventura. (CARDOSO *et al.*, 2010 apud BENTO, 2012, p. 1).

Nesta perspectiva, o que chamamos aqui de "estado do conhecimento"[6], é entendido como uma possibilidade de o pesquisador retomar o seu tema de pesquisa a partir daquilo que já foi analisado e anunciado por outros pesquisadores.

Coadunando da ideia de Bento (2012), que considera a revisão de literatura uma parte vital do processo de investigação, e declara que ela é indispensável não somente para definir bem o problema, mas também para obter uma ideia precisa sobre o estado atual dos conhecimentos sobre um dado tema, as suas lacunas e a contribuição da investigação para o desenvolvimento do conhecimento.

Este Estado da Arte propõe-se a analisar as produções científicas que discorrem sobre o currículo da educação infantil, a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar a partir das publicações encontradas nos sites da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), do banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da biblioteca virtual do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), no banco de dados da biblioteca do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), no Portal de Periódicos da Capes e no *Google* Acadêmico, no período de 2008 a 2018. Esses veículos elencam dados primordiais para a fundamentação e a avaliação de nossa pesquisa.

3.1 Estado da Arte: uma abordagem qualitativa

O Estado da Arte apresenta uma abordagem qualitativa (ANDRÉ, 2001), razão pela qual se aplica um referencial bibliográfico, no intuito de identificar nas produções acadêmicas

---

[6]Estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p. 155).

o que já foi estudado sobre a temática de pesquisa. No caso específico desta investigação, realizamos um levantamento da literatura produzido nos últimos dez anos (2008-2018) a respeito do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar na educação infantil com o objetivo de situar nosso tema de pesquisa diante das demais investigações realizadas na área. O mapeamento bibliográfico permitiu-nos conhecer as pesquisas já existentes no contexto brasileiro, gerando uma versatilidade em compreender como os autores conceituam esse tema e como o desenvolvem em suas pesquisas.

A finalidade do mapeamento centra-se em esboçar o "estado da arte" nesse campo de investigação e apontar por meio da análise dos resumos os temas evidentes e silenciados nas discussões sobre a educação infantil e a prevenção de acidentes na escola. Isso porque temos por problemática algumas questões, entre elas: quantas produções foram defendidas no período de 2008 a 2018 em banco de teses e dissertações da Capes e da BDTD/IBICT e nos Anais das Reuniões da Anped que apresentam a temática dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar? Em que programas de Pós-Graduação Stricto Sensu esta temática se evidencia? Em que ano as produções se destacam? Que discussões são realizadas a respeito da dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar? Que temas estão em foco nas discussões e quais demandam novas investigações?

Para alcançarmos o objetivo proposto, assim como buscar respostas as nossas indagações, elaboramos o "estado da arte", caracterizada como bibliográfica; qualitativa do tipo descritiva e analítica. Nossa hipótese se fundamenta na suposição que as discussões sobre dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar ainda é incipiente. A seguir, serão elencados os caminhos para chegar aos resultados encontrados.

3.2 O que já foi produzido: o percurso da busca

Para realização desta pesquisa, o primeiro passo foi determinar quais seriam os descritores utilizados para proceder à busca das produções e ficou definido que seriam "Educação Infantil", "o cuidar na Educação Infantil", a "prevenção de acidentes na escola" e "acidentes na infância", porque eles aproximam do nosso objeto de estudo. Nos estudos realizados nesta pesquisa, observamos que desde a criação das instituições para a educação infantil é apresentado debates sobre o educar e cuidar, porém esta discussão se intensificou e ganhou maior visibilidade com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) (BRASIL, 1998a) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2010) que estabeleciam que cuidar e educar não são dimensões separadas,

mas sim, duas faces de uma experiência única. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) valida e reforça esse conceito de que as ações de cuidado estão plenamente integradas com as ações de conhecer e explorar o mundo, criando campo propício para a sistematização dos conhecimentos, que acontece na etapa posterior do ensino fundamental (BRASIL, 2017). Recentemente foi promulgada a Lei 13722/2018 que "torna obrigatória à capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de Educação Básica e de estabelecimentos de recreação infantil" (BRASIL, 2018, p. 1).

Ao fazermos o mapeamento bibliográfico sobre a temática em estudo, usando os descritores mencionados anteriormente, identificamos muitos trabalhos que abordam sobre acidentes na infância, porém com enfoque predominante na área de saúde ao invés da área de educação. Com a intenção de delimitar nossa busca na área educacional definimos como descritores as palavras-chave "acidente na escola" e "acidentes na Educação Infantil".

No levantamento realizado nos anais das reuniões nacionais da Anped, entre os anos de 2008 (31.ª Reunião) a 2017 (38.ª Reunião), não houve nenhum trabalho referente ao tema "currículo da educação infantil, a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar". Fizemos buscas nas modalidades de comunicação oral e pôsteres no GT 4 (Didática), no GT 7 (Educação de Crianças de 0 a 6 anos), no GT 8 (Formação de Professores), no GT 12 (Currículo), no GT 13 (Educação Fundamental), usando os descritores "cuidar e educar na educação infantil", "prevenção de acidentes na escola", "acidentes na infância", e não encontramos nenhum trabalho.

Identificamos, no banco de teses e dissertações da Capes, que, entre os anos de 2008 e 2018, foi publicada uma tese de doutorado e uma dissertação de mestrado. Enquanto que na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do IBICT foram encontradas cinco teses de doutorado e duas dissertações de mestrado que abordam temas sobre a dimensão do educar e do cuidar na educação infantil e a prevenção de acidentes na escola. Também discorrem sobre práticas educativas e currículo na educação infantil.

Analisamos também a produção de dissertações do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da UESB e não identificamos nenhum trabalho referente à temática em estudo. Nesse contexto, os resultados dessa revisão apontam que quase inexiste o diálogo entre as produções acadêmicas sobre a prevenção de acidentes na escola, especificamente de educação infantil, o que torna esta pesquisa, relevante e necessária.

Quadro 3 - Produções encontradas no banco de teses e dissertações da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT

Autor/a	Título	Instituição/Natureza do Texto	Ano/Meio de Divulgação
Fausto Flor Carvalho	Acidentes infantis: relatos de diretores e professores de ensino e análise do material didático	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), *Campus* de Marília. Dissertação de mestrado.	2008 Banco de teses e dissertações da Capes
Rita Aparecida de Oliveira	Comportamentos de risco para acidentes em *playgrounds*: identificação e opiniões de profissionais da educação infantil	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), *Campus* de Marília. Tese de doutorado.	2008 Banco de teses e dissertações da BDTD/IBICT
Thais Pondaco Gonsales	Ação educativa de prevenção de acidentes domésticos em escola de ensino fundamental	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), *Campus* de Marília. Dissertação de Mestrado.	2008 Banco de teses e dissertações da BDTD/IBICT
Aline Sommerhalder	A educação e o cuidado da criança: o que advogam os documentos políticos do Ministério da Educação para a educação infantil?	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), *Campus* de Araraquara. Tese de doutorado.	2010 Banco de teses e dissertações da BDTD/IBICT
Thais Pondaco Gonsales	Atividade de formação de professores para o trabalho com prevenção de acidentes infantis	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), *Campus* de Marília. Tese de doutorado.	2012 Banco de teses e dissertações da BDTD/IBICT
Jaqueline Cristina Massucato	Professora, educadora ou babá? desafios para a reconstrução da identidade profissional da educação infantil	Pontifícia Universidade Fundamental Católica de Campinas, (PUC – Campinas/SP) Tese de doutorado.	2012 Banco de teses e dissertações da Capes
Bárbara Popp	Qualidade da educação infantil: é possível medi-la?	Universidade de São Paulo (USP) Tese de doutorado.	2015 Banco de teses e dissertações da BDTD/IBICT
Bruna da Costa Scota	Ações educativas sobre prevenção de acidentes infantis com professoras de educação infantil	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), *Campus* de Marília. Dissertação de Mestrado.	2016 Banco de teses e dissertações da BDTD/IBICT
Bruna Vilas Bôas	Pedagogia e prevenção de acidentes infantis: conhecimentos e opiniões de discentes e docentes e ação educativa com universitários	Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), *Campus* de Marília. Tese de doutorado.	2016 Banco de teses e dissertações da BDTD/IBICT

Fonte: Elaborado pelas autoras

O Quadro 3 apresenta nove trabalhos sobre a dimensão do educar e do cuidar na educação infantil e a prevenção de acidentes na escola, todos realizados em universidades paulistas. Ao analisarmos as produções identificamos que dos nove trabalhos, seis foram orientados pela professora pesquisadora Sandra Regina Gimeniz-Paschoal, membro da Linha de Pesquisa "Psicologia da Educação: Processos Educativos e Desenvolvimento Humano", do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP, *Campus* de Marília/SP. A Linha de Pesquisa propõe estudos e pesquisas "sobre ensino-aprendizagem, desenvolvimento humano, vulnerabilidades, processos educativos e de avaliação, formação de educadores e profissionais, nas perspectivas da Psicologia e Epistemologia Genética, da Neuropsicologia, da Psicologia Cognitiva e Comportamental".

Os textos identificados na busca que realizamos no período de 2008 a 2018 discutem as ações educativas sobre prevenção de acidentes infantis no contexto familiar, de lazer e na escola, a partir de opiniões de profissionais da educação infantil, de discentes, gestores, do material didático utilizado na escola e dos documentos do Ministério da Educação (MEC).

A busca realizada no Portal de Periódicos da Capes e no *Google* Acadêmico reforçou uma constatação já perceptível nas etapas anteriores, existem poucas pesquisas que versam sobre a dimensão do educar e do cuidar na educação infantil e a prevenção de acidentes na escola. Nesse âmbito, encontramos quatro publicações, resultado de pesquisas realizadas em instituições de ensino superior brasileiras.

Quadro 4 - Produções encontradas no Portal de Periódicos da Capes e no *Google* Acadêmico

Autor/es	**Título**	**Instituição/ Natureza do Texto**	**Ano/Meio de Divulgação**
Cristiana Baldo Silvani; Giovana Calcagno Gomes; Lenice Dutra de Sousa; Jociel Lima de Souza	Prevenção de acidentes em uma instituição de educação infantil: o conhecimento das cuidadoras	Universidade Federal do Rio Grande (FURG) Artigo em periódico da Capes	2008 Portal de Periódicos da Capes Revista Enfermagem, UERJ, Rio de Janeiro.
Cleudomir Martins Maciel	Conhecimento dos professores de séries iniciais de escola pública do município de Ariquemes-RO a respeito dos primeiros socorros	Universidade Federal de Rondônia Monografia – Graduação (Pedagogia)	2015 *Google* Acadêmico

Larissa Graziela Sousa da Silva; Josias Botelho da Costa; Letícia Gemyna Serrão Furtado; Jonatas Bezerra Tavares; José Leandro Diniz Costa.	Primeiros Socorros e prevenção de acidentes no ambiente escolar intervenção em unidade de ensino	Universidade do Estado do Pará (UEPA) Artigo Enfermagem Foco	2017 Revista Oficial do Conselho Federal de Enfermagem *Google* Acadêmico
Hercules de Oliveira Carmo; Rosalin Cristine de Araújo Souza; Claudia Lysia de Oliveira Araújo; Alison Gonçalves Francisco.	Atitudes dos docentes de educação infantil em situação de acidente escolar	LIEPAS/UNIRIO Artigo na Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro	2017 Revista *Google* Acadêmico

Fonte: Elaborado pelas autoras

Ao realizarmos o mapeamento nos bancos de dados apresentados anteriormente, identificamos uma produção significativa de teses, artigos e dissertações sobre educação infantil, no entanto, uma lacuna de trabalhos no que se refere às discussões e estudos sobre a prevenção de acidentes na escola. Após a leitura dos títulos e resumos dos trabalhos que se aproximam da pesquisa que estamos fazendo, selecionamos nove textos e nos debruçamos sobre eles com o intuito de identificar os objetivos, o percurso metodológico e os achados do estudo, visando delimitar, clarificar e caracterizar o nosso objeto de estudo.

3.3 Prevenção de acidentes no ambiente escolar: o que dizem as pesquisas?

A prevenção de acidentes infantis é tema preconizado para a educação infantil, porém, estudos que preparam sistematicamente os profissionais de educação para atuar com essa temática na escola não são frequentemente encontrados. A seguir, abordaremos informações importantes que foram destacadas dos textos analisados.

A preocupação com os acidentes não é um tema recente. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2008), os acidentes encontram-se entre as denominadas causas de morbidade e mortalidade não naturais ou causas externas, as de intencionalidades ignoradas e as não intencionais ou acidentais (de transportes, quedas, intoxicações, afogamentos, queimaduras e outros).

De acordo com o Ministério da Saúde, o acidente é entendido como “evento não intencional e evitável, causador de lesões físicas e/ou emocionais” (BRASIL, 2005, p. 8). Todavia, atualmente, o acidente não é mais considerado como um evento casual ou

imprevisível, pois é passível de prevenção, podendo ser evitado e controlado (FILÓCOMO *et al.*, 2002; HARADA, *et al*., 2000; BRASIL, 2005).

Segundo o Ministério da Saúde (DATASUS, 2017), acidentes são a principal causa de morte de crianças de 1 a 14 anos no Brasil. Todos os anos, cerca de 3,6 mil crianças dessa faixa etária morrem e outras 111 mil são hospitalizadas devido a essas causas no país.

Os acidentes podem ser classificados em dois grupos: acidentes domésticos e extradomiciliares. Os acidentes referentes ao primeiro grupo ocorrem dentro do lar ou em áreas adjacentes, tais como as quedas, intoxicações, afogamentos, queimaduras, e outras lesões. Os acidentes do segundo grupo acontecem em vias públicas, escolas, rios, piscinas, dentre outros locais, correspondendo aos acidentes de trânsito, afogamentos, traumatismos esportivos, quedas, dentre outros (BRASIL, 2005).

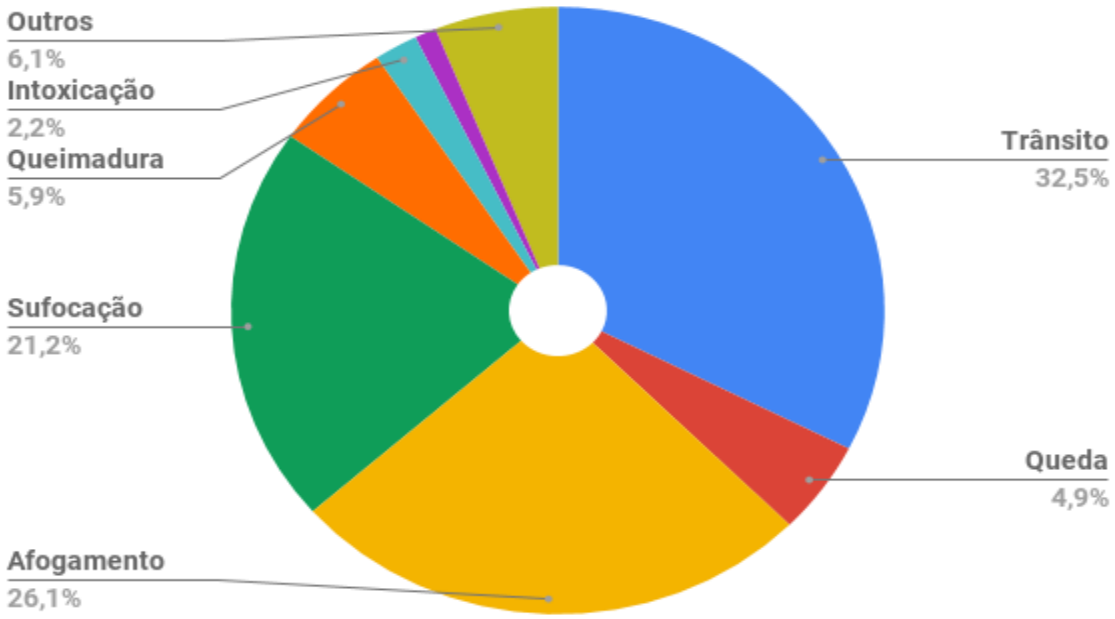
Quanto aos locais em que ocorrem os acidentes, cerca de dois terços dos acidentes infantis ocorrem no domicílio por ser o local onde as crianças mais permanecem. Em relação aos acidentes com crianças em idade escolar, 10 a 25% ocorrem na escola ou em seu entorno (SENA; RICAS; VIANA, 2008). Ainda de acordo com os autores, no Brasil, de 6 a 13% dos acidentes em crianças nesta faixa etária, ocorrem em instituições de ensino. No que se refere aos fatores de risco para a ocorrência de acidentes, Blank (2002) considera a pobreza, a má distribuição de renda, a superpopulação no domicílio, os pais jovens, analfabetos e desempregados, além de produtos inseguros, transporte insuficiente, entre outros.

Os acidentes infantis constituem, hoje, um problema de saúde pública, causam mortes e deixam sequelas físicas e psicológicas. Alguns fatores podem contribuir para que haja maior incidência de acidentes com crianças, como, por exemplo, idade, os fatores socioeconômicos, ambientais e de gênero. A fragilidade, a curiosidade, a inexperiência, a necessidade de cuidados e a vulnerabilidade, inerentes a este período do desenvolvimento humano, constituem alguns dos aspectos que contribuem para fazer das crianças um importante grupo de risco.

Além de ter como consequência a potencial perda da vida, os acidentes podem gerar ainda sequelas físicas, incapacidades permanentes e temporárias, bem como dificuldades emocionais e danos financeiros (FEIJÓ; PORLETA, 2001; BRASIL, 2005, dentre outros).

A seguir, apresentamos os gráficos 1, 2 e 3 sobre acidentes, mortes e internações de crianças de 0 a 14 anos no Brasil, extraídos do site Criança Segura Brasil. No entanto, o site informa que os dados são do Datasus anos 2017/2018.

Gráfico 1 - Percentual de mortes por acidentes de crianças de 0 a 14 anos (2017)



Fonte: Dados sobre acidentes na infância, extraídos do site Criança Segura Brasil

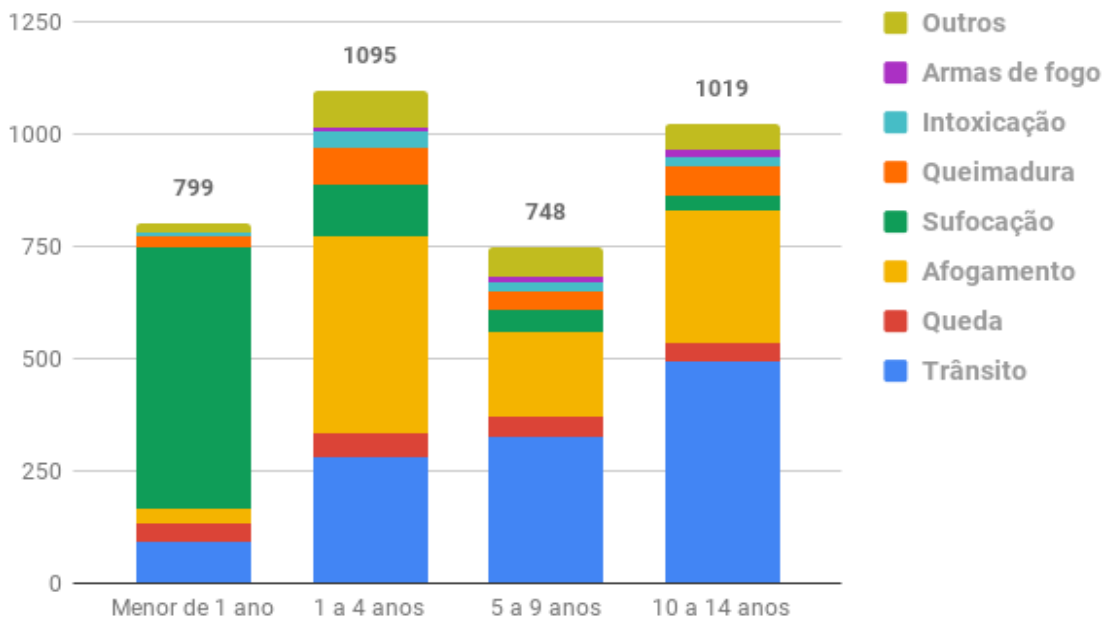
Ao analisarmos os dados do Ministério da Saúde, apresentados em 2017, 799 crianças com menos de um ano morreram e, em 2018, 5.310 foram internadas vítimas de acidentes no Brasil. Nessa fase da vida, a principal característica da criança é sua fragilidade e falta de capacidade para reagir aos perigos. A sufocação e o engasgamento representam a principal causa de morte de bebês com menos de um ano de idade e as quedas o maior motivo de internação. Mas, além dessas causas, nessa faixa etária há ainda grandes riscos de as crianças sofrerem acidentes de trânsito, queimaduras, afogamentos e envenenamentos (CRIANÇA SEGURA BRASIL, 2017, 2018).

No que se refere às crianças com idade entre 1 e 4 anos, em 2017, 1.905 morreram, em 2018, 27.410 foram internadas vítimas de acidentes no Brasil. Uma criança de 1 a 4 anos de idade é muito curiosa e deseja experimentar o mundo por meio de seus sentidos (visão, tato, olfato e paladar). Nessa fase, ela está mais independente, mas ainda não percebe as situações de perigo, os riscos de acidentes que existem e não sabe se proteger deles. Então, nessa faixa etária, o afogamento é a primeira causa de morte por acidente e, é importante destacar que pode acontecer até mesmo em recipientes com apenas dois dedos de água. Já as quedas são a principal causa de internação por motivos acidentais. Além disso, acidentes de trânsito, queimaduras e engasgamentos também vitimizam muitas crianças de 1 a 4 anos todos os anos (CRIANÇA SEGURA BRASIL, 2017, 2018).

De acordo com dados do Ministério da Saúde, em 2017, 748 crianças com idade entre 5 e 9 anos morreram e, em 2018, 38.195 foram internadas vítimas de acidentes no Brasil. As principais características das crianças dessa faixa etária é que são influenciáveis e possuem pouca habilidade motora e julgamento crítico para reconhecer riscos. Dessa forma, acabam se colocando em situações que não conseguem muitas vezes sair. De 5 a 9 anos, os acidentes de trânsito, principalmente o atropelamento, são a principal causa de morte por acidente e as quedas são o primeiro motivo de internação por causa acidental. Além disso, acidentes como afogamentos e queimaduras também são muito comuns nessa etapa do desenvolvimento da criança.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, em 2017, 1.019 crianças com idade entre 10 e 14 anos morreram e, em 2018, 40.640 foram internadas vítimas de acidentes no Brasil. Nessa faixa etária, as crianças e adolescentes já conquistaram mais autonomia e a vigilância dos pais ou responsáveis é menor. Entretanto, o desejo de viver novas experiências, a ousadia, e a falsa sensação de que são inatingíveis e que nada de ruim pode acontecer com eles acaba os colocando em situações de risco. Dos 10 aos 14 anos, os acidentes de trânsito são a principal causa de morte por acidente e as quedas são o primeiro motivo de internação por causa acidental. Além disso, acidentes como afogamentos e queimaduras também são muito comuns nessa fase da vida dos jovens.

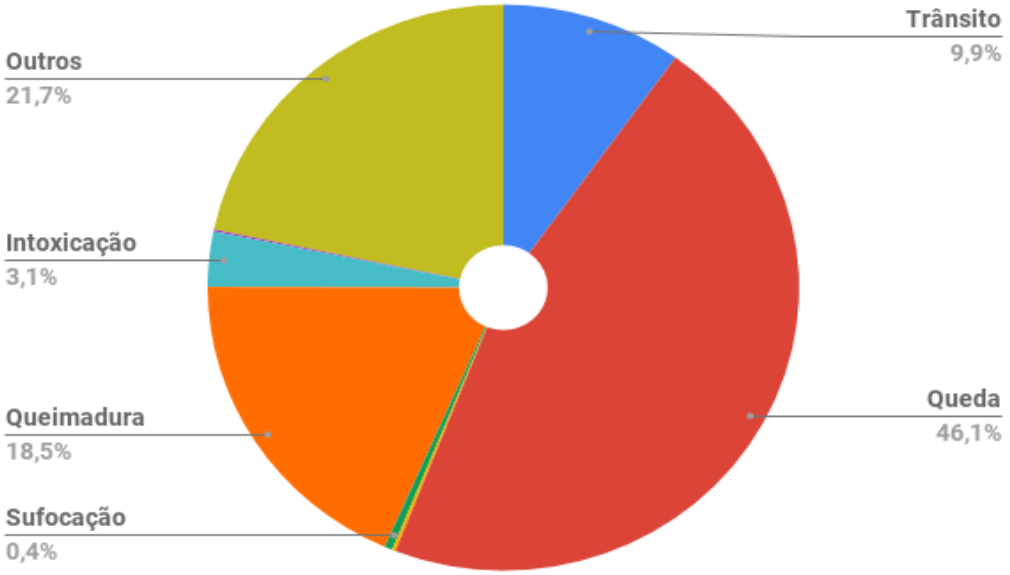
Gráfico 2 - Número de mortes por acidentes de crianças de 0 a 14 anos (2017)



Fonte: Dados sobre acidentes na infância, extraídos do site Criança Segura Brasil

Como já mencionamos, acidente pode ser definido como uma série de eventos não intencionais em um tempo curto, no qual um agente externo causa um desequilíbrio, ocasionando a transferência de energia do ambiente para o indivíduo, causando-lhe danos físicos, materiais e/ou psicológicos. Essa energia pode ser mecânica (quedas, colisões); térmica (queimaduras), elétrica (choques) ou química (envenenamentos). Conhecer o contexto do acidente possibilita analisar como este se apresenta em uma determinada faixa etária, dimensionando sua extensão, reunindo subsídios para direcionar ações específicas de prevenção na tentativa de redução desse agravo.

Gráfico 3 - Percentual de internações por acidentes de crianças de 0 a 14 anos (2018)



Fonte: Dados sobre acidentes na Infância, extraídos do site Criança Segura Brasil

No intuito de acessar os dados sobre acidentes na infância e suas causas ocorridos no município de Itapetinga, procuramos informações na Secretaria Municipal de Saúde, na Vigilância Epidemiológica, na Secretaria Municipal de Educação e outros órgãos públicos, mas infelizmente não conseguimos. Informaram-nos que os dados recentes em Itapetinga se encontram na Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), que faz parte da Rede de Atenção às Urgências ou com os responsáveis pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Procuramos a UPA (24h) e o Samu (192) com a finalidade de identificar os acidentes mais frequentes ocorridos na educação infantil no município de Itapetinga. Informaram-nos que atendem várias ocorrências, mas, infelizmente não registra de qual escola veio ou como ocorreu o acidente, faz apenas uma ficha de identificação pessoal, com dados genéricos. Ressaltaram a

necessidade de pensar um projeto para interligar dados da UPA, do Samu, das unidades de saúde e de educação para ter um banco de informações.

O diretor da UPA nos informou que em 2018 houve uma parceria entre a Secretarias de Saúde e de Educação. Os profissionais da saúde (enfermeiros, coordenador de enfermagem da UPA e do Samu, o farmacêutico e o coordenador de assistência farmacêutica do município) realizaram palestras informativas sobre prevenção de acidentes na infância e orientações para professores/as, coordenação pedagógica e a gestão escolar da rede municipal de ensino sobre os primeiros socorros no que se referem aos acidentes dentro da escola. Na ocasião apresentaram como ocorrem o funcionamento e o atendimento da população pelo Samu e pela UPA. Sobre esta iniciativa, o secretário de educação falou da relevância de qualificar os profissionais da educação para agir de forma rápida e eficiente em casos emergenciais de acidentes na escola.

Segundo o secretário de educação, a escola constitui-se um espaço importante para fortalecer a implantação de ações preventivas em relação aos acidentes com crianças. Enfatizou que, embora a maioria dos acidentes com crianças seja no ambiente doméstico, a escola tem papel fundamental na conscientização da criança quanto aos riscos de acidentes no domicílio, na escola, ou até mesmo nos espaços públicos de lazer e os mecanismos de evitá-los.

Nesse contexto, Gonsales (2012), em seu trabalho “Atividades de formação de professores para o trabalho com prevenção de acidentes infantis”, destaca que este é um tema preconizado para o ensino fundamental, porém, estudos que preparem sistematicamente os profissionais da educação para atuar com esta temática na escola não são frequentemente encontrados. Os resultados da pesquisa realizada com professores do ensino fundamental apontam que eles têm informação sobre o tema, envolvendo primeiros socorros, porém consideram como insuficiente.

Em seu trabalho acadêmico, Oliveira (2008) destaca a emissão de comportamentos de risco para acidentes infantis durante interações de crianças em *playgrounds* escolares e as características de risco dos brinquedos recreativos, bem como analisa as opiniões dos profissionais de educação infantil em relação às interações e os possíveis acidentes que possam delas decorrerem, especialmente dos professores mediante intervenção com cenas das interações.

O trabalho de Carvalho (2008) intitulado “Acidentes infantis: relatos de diretores e professores de ensino infantil e fundamental e análise do material didático” evidencia que a prevenção de acidentes é tarefa complexa, envolvendo vários setores da sociedade. A

aproximação das unidades de saúde às unidades escolares contribui para uma melhor assistência às crianças (SILVA; GOIHMAN; NÓBREGA, 1996).

O professor da educação infantil ocupa um importante lugar na sociedade, pois convive com seus alunos por uma quantidade considerável de tempo no seu dia a dia e, infelizmente, não tem recebido orientação por meio de cursos de formação para o magistério, como nas faculdades de educação de como lidar com acidentes no âmbito escolar tanto nos aspectos curativos (noções de primeiros socorros) como na prevenção de acidentes.

O professor pode ser o agente desencadeante de toda uma mudança do pensar sobre o acidente, pois trabalha diretamente com a criança e indiretamente com os pais ou responsáveis e é um agente formador que contribui para o desenvolvimento das pessoas e dos grupos pessoais (PEREIRA, 2003 *et al*.; BRASIL, 2002). Atividades de prevenção de acidentes realizadas na escola parecem ter um bom resultado, em diversos trabalhos (ANDRAUS, 2005 *et al*.; GONZALES, 2012).

Estimular os pais a mudarem seu comportamento pode ter um impacto maior para prevenção de acidentes na infância que a utilização de táticas coercivas. Além disso, existe uma interferência positiva do uso de equipamentos de segurança quando usados por um adulto próximo ou por um colega da criança. Deve-se ainda ressaltar que a educação é um processo que visa à transformação de comportamentos e não somente a aquisição de conhecimentos (PELICIONI; PEREIRA, 1996). E a análise do comportamento permite a definição dos comportamentos de risco para a ocorrência dos acidentes e a mudança dos mesmos para formas de agir mais seguras (GIMENIZ-PASCHOAL, 1998).

De acordo com o Ministério da Educação, o tema prevenção de acidentes deve ser abordado nas escolas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para a Educação Fundamental recomendam que a escola ofereça oportunidades para que o aluno seja capaz de "conhecer e evitar os principais riscos de acidentes no ambiente doméstico, na escola e em outros lugares públicos" (BRASIL, 1997, p. 117). O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil também aponta a importância dos professores auxiliarem os alunos na identificação de situações de risco para acidentes (BRASIL, 1998b).

Gonsales (2012) enfatiza em seu trabalho "Ação educativa de prevenção de acidentes domésticos em escola de ensino infantil e fundamental", que o ensino da prevenção de acidentes poderia ser incluído nos currículos escolares, fazendo parte das atividades cotidianas das crianças. Como sugerem Busquets e Leal (1998), pode-se, numa operação de adição, substituir as maçãs ou as peras pela oportunidade de somar o número total de pontos que uma criança

teve após sofrer um acidente de queda, por exemplo. Ou ainda, durante a produção de textos, um dos temas a ser solicitado à criança pode incluir a prevenção de acidentes.

Para a autora, ao propor o estudo sobre prevenção de acidentes na escola, como um conteúdo curricular, é necessário considerar em um planejamento de ensino dimensões diferentes daquelas que incluam somente um conteúdo curricular conceitual, ou seja, que abordem somente os conceitos dos eventos. Assim, deve-se pensar a prevenção de acidentes como parte das atividades escolares por meio da realização de conteúdos procedimentais e atitudinais com os alunos e demais pessoas que compõem a comunidade escolar. É fundamental que todos os profissionais de educação dialoguem com os profissionais da saúde.

Outra dissertação sobre a qual nos debruçamos, pelo interesse e relevância da temática é a de Scota (2016), "Ações educativas sobre prevenção de acidentes infantis com professoras de educação infantil", que desenvolveu um trabalho a respeito das ações educativas sobre prevenção de acidentes infantis com professoras de educação infantil em Marília-SP e revela que tanto no Brasil quanto nos demais países há um número elevado de acidentes que ocorrem com crianças pelo fato de o acidente ainda ser "interpretado como obra do destino ou do acaso, ou ainda como algo comum nesta faixa etária" (ACKER; CARTANA, 2009, p. 65).

Scota (2016) aponta alguns elementos que estão relacionados ao aumento da exposição das crianças aos riscos de acidentes, tais como a ausência de infraestrutura adequada, espaços de lazer, creches e escolas, políticas públicas direcionadas à prevenção de acidentes. Além disso, alguns fatores como pobreza, baixo nível de educação materna, mãe solteira e jovem, habitações precárias e famílias numerosas associam-se aos riscos de acidentes. Na contrapartida, é fundamental ressaltar que qualquer criança está vulnerável à ocorrência de um acidente independente de sua classe social.

Liberal *et al*. (2005) enfatiza que a proposta da Escola Promotora de Saúde[7] serve como base teórica do que devemos fazer para tornar o ambiente escolar o mais seguro possível, propiciando um bom desenvolvimento físico, social, intelectual e cultural a todos. Para isso, é necessária a participação conjunta dos profissionais da saúde e da educação, no sentido de

[7]Em nível mundial, muitas estratégias têm sido utilizadas, a fim de se implantar políticas de promoção da saúde. A Escola Promotora da Saúde pode se destacar como uma importante estratégia, que tem sido adotada por vários países, estados, municípios ou serviços. Na concepção de Rabelo (1999), Escola Promotora da Saúde é a escola que tem uma visão integral do ser humano, que considera as pessoas, em especial as crianças e os adolescentes, dentro do seu ambiente familiar, comunitário e social. Ela fomenta o desenvolvimento humano saudável e as relações construtivas e harmônicas, promove aptidões e atitudes para a saúde, conta com um espaço físico seguro e confortável, com água potável e instalações sanitárias adequadas, e uma atmosfera psicológica positiva para a aprendizagem. Ela promove a autonomia, a criatividade e a participação dos alunos, bem como de toda a comunidade escolar.

conhecer melhor a temática e atuar de forma mais específica e eficaz na construção da Escola Segura. Em todas as propostas para a redução de acidentes e violências nas escolas, a discussão e a construção do conhecimento devem ser participativas, envolvendo o corpo docente, pais e membros da comunidade que representam o centro das atividades.

3.4 A dimensão do cuidar na educação infantil

O campo da educação infantil experimentou, nas últimas décadas, uma série de avanços decorrentes da visibilidade que este segmento conquistou em âmbito nacional. A Constituição Federal (BRASIL, 1988) estabeleceu a educação infantil como direito da criança e dever do Estado, ideia que foi reforçada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) reconheceu a educação infantil como primeira etapa da educação básica, sendo a sua oferta, pública e privada, regulamentada no âmbito dos sistemas municipais de ensino. A LDB também firmou o seu caráter institucional, não doméstico, afirmando a qualificação e formação do docente responsável pela educação e cuidado das crianças nas instituições de educação infantil, preferencialmente, em cursos de Pedagogia. Essa configuração da educação da criança de 0 a 5 anos se contrapõe ao percurso diferenciado que a creche e a pré-escola apresentam no Brasil, desde sua origem.

Historicamente, a creche se constituiu como um atendimento para os pobres, tendo em evidência a mãe trabalhadora, e a pré-escola como um atendimento às camadas médias e altas. A passagem das creches das Secretarias de Ação Social para as Secretarias de Educação trazia a possibilidade de que creche e pré-escola, enquanto primeira etapa da educação básica e sendo geridas pelo sistema educativo, deixassem de existir como unidades separadas (CORSINO; NUNES, 2009).

Concordando com Oliveira (2007), em tempos que os profissionais da educação são desafiados a pensar outros rumos para a construção do mundo, procura-se pensar a educação e o cuidado da primeira infância a partir da consideração de um processo único implicado na construção da identidade.

Nesta linha de pensamento, o professor não é apenas aquele que oferece um saber objetivo ou prepara as condições para o acesso a este saber, mas se constitui também em um suporte para o desenvolvimento da criança. É nesta relação também intersubjetiva e inconsciente que o psiquismo saudável da criança pode ser fortalecido e ampliar-se, para ela,

as representações da realidade externa. O educador constitui o alicerce da construção da vida emocional, mental e intelectual da criança (OLIVEIRA, 2007).

Para a autora, o professor estabelece-se assim o papel de cuidar, tratar e fazer germinar a atividade do pensamento da criança. Ele precisa manter, assistir, fortalecer e enriquecer as relações pessoais da criança, apresentando simultaneamente um mundo mais vasto em relações e oportunidades. O êxito na educação depende, neste aspecto, da devoção do professor à criança e não do método de ensino. Por isso, consideramos que não é mais possível pensar simplesmente na união de dois elementos distintos, ou seja, educar e cuidar.

O professor deve eleger temas que possibilitem tanto "o conhecimento de hábitos e costumes socioculturais diversos quanto a articulação com aqueles que as crianças conhecem, como tipos de alimentação, vestimentas, músicas, jogos e brincadeiras, brinquedos, atividades de trabalho e lazer etc." (BRASIL, 1998c, p. 182). Logo, a atividade do professor e o seu conhecimento sobre qualquer atividade que pretende desenvolver é parte relevante do projeto educativo, ou seja, ao instituir as metodologias do cotidiano, o professor educa as crianças e isso se constitui como prática pedagógica.

Ao tratar do cuidar e do educar na educação infantil, é preciso evidenciar a sanção da Lei n.° 13.722, datada de 4 de outubro de 2018, que torna obrigatória a capacitação em primeiros socorros de professores e demais profissionais da educação que atuam em escolas, visto que o atendimento de primeiros socorros, ou como também conhecido, suporte básico de vida, desde que oferecido em pequeno espaço de tempo, aumenta significativamente a chance de sobrevida de uma vítima. Para tal, fazem-se necessárias pessoas com conhecimentos específicos a fim de evitar sequelas ou, no mínimo, a morte da vítima.

A Lei 13.722 também conhecida como Lei Lucas, tem esse nome em homenagem a Lucas, de apenas 10 anos de idade, estudante de uma escola em Campinas, interior de São Paulo, que em setembro de 2017 engasgou com um pedaço de salsicha em um cachorro-quente servido na hora do lanche numa excursão escolar, o que o levou à asfixia mecânica em questão de minutos.

O que deveria ser um passeio de escola, divertido e cheio de boas recordações, se tornou o dia mais triste na vida da família de Lucas Begalli Zamora. Situações como essas podem ser fatais e acontecer em qualquer ambiente. É o que tem alertado a advogada e mãe de Lucas, Alessandra Zamora, que lutou pela regulamentação desta lei, em Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas dos Estados e na Câmara dos Deputados, para que fosse obrigatória a inclusão dos princípios básicos de primeiros socorros, para que obrigue escolas e creches a capacitarem os seus funcionários em noções básicas de primeiros socorros nos cursos

de Pedagogia, Educação Física e também no currículo dos estudantes de Educação Básica. O esforço valeu a pena com a aprovação da Lei no Congresso Nacional.

A Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de Educação Básica e de estabelecimentos de recreação infantil.

> Art. 1º Os estabelecimentos de ensino de Educação Básica da rede pública, por meio dos respectivos sistemas de ensino, e os estabelecimentos de ensino de Educação Básica e de recreação infantil da rede privada deverão capacitar professores e funcionários em noções de primeiros socorros.
> § 1º O curso deverá ser ofertado anualmente e destinar-se-á à capacitação e/ou à reciclagem de parte dos professores e funcionários dos estabelecimentos de ensino e recreação a que se refere o **caput** deste artigo, sem prejuízo de suas atividades ordinárias.
> § 2º A quantidade de profissionais capacitados em cada estabelecimento de ensino ou de recreação será definida em regulamento, guardada a proporção com o tamanho do corpo de professores e funcionários ou com o fluxo de atendimento de crianças e adolescentes no estabelecimento.
> § 3º A responsabilidade pela capacitação dos professores e funcionários dos estabelecimentos públicos caberá aos respectivos sistemas ou redes de ensino.
> Art. 2º Os cursos de primeiros socorros serão ministrados por entidades municipais ou estaduais especializadas em práticas de auxílio imediato e emergencial à população, no caso dos estabelecimentos públicos, e por profissionais habilitados, no caso dos estabelecimentos privados, e têm por objetivo capacitar os professores e funcionários para identificar e agir preventivamente em situações de emergência e urgência médicas, até que o suporte médico especializado, local ou remoto, se torne possível.
> § 1º O conteúdo dos cursos de primeiros socorros básicos ministrados deverá ser condizente com a natureza e a faixa etária do público atendido nos estabelecimentos de ensino ou de recreação.
> § 2º Os estabelecimentos de ensino ou de recreação das redes pública e particular deverão dispor de **kits** de primeiros socorros, conforme orientação das entidades especializadas em atendimento emergencial à população.
> Art. 3º São os estabelecimentos de ensino obrigados a afixar em local visível a certificação que comprove a realização da capacitação de que trata esta Lei e o nome dos profissionais capacitados.
> Art. 4º O não cumprimento das disposições desta Lei implicará a imposição das seguintes penalidades pela autoridade administrativa, no âmbito de sua competência:
> I - notificação de descumprimento da Lei;
> II - multa, aplicada em dobro em caso de reincidência; ou
> III - em caso de nova reincidência, a cassação do alvará de funcionamento ou da autorização concedida pelo órgão de educação, quando se tratar de creche ou estabelecimento particular de ensino ou de recreação, ou a responsabilização patrimonial do agente público, quando se tratar de creche ou estabelecimento público.
> Art. 5º Os estabelecimentos de ensino de que trata esta Lei deverão estar integrados à rede de atenção de urgência e emergência de sua região e estabelecer fluxo de encaminhamento para uma unidade de saúde de referência.

> Art. 6º O Poder Executivo definirá em regulamento os critérios para a implementação dos cursos de primeiros socorros previstos nesta Lei.
> Art. 7º As despesas para a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, incluídas pelo Poder Executivo nas propostas orçamentárias anuais e em seu plano plurianual.
> Art. 8º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial. (BRASIL, 2018, p. 2, grifos do autor).

Após a aprovação da Lei 13.722, em outubro de 2018, todas as escolas do Brasil devem ter professores e colaboradores capacitados em primeiros socorros. Nesse sentido, entendemos que a formação continuada é importante para qualificar os professores em relação aos primeiros socorros, mas acreditamos que essa formação também deve fazer parte do currículo dos cursos de formação de professores.

Sobre a formação de funcionários da escola, a formação deverá ter no mínimo carga horária de 4 horas, sendo 2 horas de ensino teórico, e 2 horas de atividade prática. O objetivo é os profissionais que têm contato direto com alunos da educação infantil e do ensino fundamental em primeiros socorros, a fim de evitar acidentes e/ou mortes. No caso da rede pública, os cursos devem ser disponibilizados anualmente pelas secretarias municipais de educação em parceria com as secretarias municipais de saúde tanto para qualificação de novos profissionais quanto para atualização dos profissionais que já participaram do curso de formação sobre primeiros socorros na escola.

A formação deverá ser ministrada prioritariamente pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e o conteúdo programático aborda primeiros socorros, habilidades necessárias, acionamento do 192, avaliação de cena, quedas, traumas e ferimentos, acidente ocular ou sangramento nasal, alergias e picadas de insetos, queimaduras, hipertermia e hipoglicemia em crianças, crise convulsiva, engasgo, desmaio e síncope, Parada Cardiorrespiratória (PCR) e Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP).

O acompanhamento da formação e da certificação será feita pela Secretaria da Educação. A formação tem validade de 24 meses e, após este prazo, deverá ser feito um novo curso, a fim de atualizar as habilidades. Pessoas físicas ou jurídicas poderão ministrar o curso, desde que preencham os requisitos do Decreto nº 19.860/2019 e sejam habilitadas pelo SAMU. Além disso, instituições deverão dispor de kits de primeiros socorros, conforme orientação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. Nesse contexto, cabe ao Conselho Municipal de Educação enquanto instância de fiscalização e acompanhamento fazer cumprir a legislação sobre a prevenção de acidentes.

Compreendemos que a escola, principalmente, de educação infantil, deve saber da importância em oferecer uma assistência de qualidade aos agravos súbitos à saúde, em destaque às crianças desta etapa de ensino. Em função da vulnerabilidade ser maior, torna-se imprescindível a qualificação de profissionais da educação, independente de sua área de atuação profissional para o atendimento de primeiros socorros antes da chegada do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.

3.5 Apontamentos

O Estado da Arte sobre "Currículo da educação infantil: dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar" assume um espaço importante nos debates atuais. É consenso entre os autores que o cuidar na educação infantil exerce forte influência nas proposições de políticas educacionais no Brasil.

A realização deste estudo possibilitou a efetiva compreensão de que cuidar é impregnar a ação pedagógica de responsabilidade e de sentido levando a uma visão ampliada do desenvolvimento da criança com base em concepções que respeitem a realidade e situações peculiares à infância. Dessa forma, o educador deve estar em permanente estado de observação e vigilância para que não transforme as ações de cuidar e educar em rotinas mecanizadas, guiadas por regras. Cuidar e educar implicam em reconhecer que o desenvolvimento, a construção dos saberes, a constituição do ser não ocorre em momentos esporádicos e de modo fragmentado. De acordo com Nôrnberg (2008), o ato de cuidar e educar sustenta, organiza e estrutura a ação docente, delineada desde a complexidade ético-estético-existencial do estar-junto até a materialização das diferentes dimensões do cuidar e educar como modo de ser presença na vida e na educação escolar das crianças da educação infantil. A autora compreende "o cuidado enquanto presença e, como tal, uma presença que se faz sendo" (NÔRNBERG, 2008, p. 12).

Os estudos analisados apontaram que ainda é longo o caminho para elaborar, desenvolver e avaliar ações educativas com professores de educação infantil sobre prevenção de acidentes infantis escolares. É necessário o envolvimento de professores em relação à prevenção de acidentes infantis no espaço escolar, além de aspectos relacionados e informação sobre o tema, para auxiliar no planejamento da atividade de formação. É importante a inclusão desse tipo de informação na formação do professor, o que poderia ocorrer por meio de pesquisas, projetos de extensão universitária, disciplinas sobre a temática nos cursos de

licenciatura, textos, práticas, teatro, estágio e entrega de panfletos sobre os primeiros socorros nas instituições educacionais.

Neste sentido, ao planejar uma atividade de formação, é preciso considerar as características e reais necessidades do grupo de educandos, pois deve-se conhecer o repertório comportamental dos aprendizes e sua suscetibilidade aos reforçadores disponíveis, a fim de que as individualidades e as particularidades de cada um do grupo sejam consideradas no momento do planejamento do ensino. Ou seja, é preciso identificar os comportamentos para servir de elemento base para a realização do planejamento da formação.

A educação infantil, como primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social da criança. Para tornar possível uma educação infantil que atinja todos os objetivos idealizados para o desenvolvimento da criança, é preciso pensá-la como um ser único, com características próprias, com sentimentos e preocupações que provêm de uma história de vida inserida em um determinado contexto social, uma vez que a criança deve ser tratada como criança que tem suas necessidades específicas e não como aluno.

O curso de primeiros socorros, segundo a nova Lei n.° 13.722/2018, deve capacitar professores e funcionários a acionar serviços médicos especializados, controlar riscos na cena do acidente e desenvolver habilidades específicas para o atendimento em nível de suporte básico de vida.

A partir da análise dos dados, constatamos que as discussões sobre a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar, compõem um campo de produção significativo no período investigado, pois das 13 produções que trazem a temática sobre o currículo da educação infantil, a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar, 10 delas são específicas sobre a prevenção de acidentes no ambiente escolar, correspondendo a 76,9%. Além disso, evidenciamos que as produções centram-se nos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Diante dos dados expostos, esperamos fomentar a importância da investigação a fim de que novas pesquisas sejam realizadas sobre a temática em foco, demonstrando a necessidade de se pensar sobre a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar a partir de seu universo, que é complexo e contextualizado.

A distribuição regional da produção acadêmica sobre o currículo da educação infantil, a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar, está concentrada na Região Sudeste, que contribuiu com 84,6% da produção total, distribuída entre estes estados: São Paulo (69,2%) e Rio de Janeiro (15,4%). Em seguida, aparece a Região Norte (15,4%), onde houve produção em dois estados: Rondônia (7,7%) e Pará (7,7%).

Os trabalhos analisados nos anais de eventos científicos, no repositório de dissertações e teses da Capes e do IBICT, no *Google* Acadêmico e no Portal de Periódicos da Capes, produzidos no período de 2008 a 2018 indicam que 80,5% da produção acadêmica relativa a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar foi feita nos Programas de Pós-Graduação de instituições públicas federais e estaduais: Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Universidade de São Paulo (USP), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade do Estado do Pará (UEPA), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Universidade Federal de Rondônia (UFRO). Apenas um trabalho foi realizado em uma Instituição de Ensino Superior privada que foi na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC/Campinas).

As conclusões apresentadas nos textos analisados evidenciam que as investigações sobre a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar ainda são muito reduzidas. Isso revela um campo de conhecimento que carece de uma interlocução e de maiores investimentos por parte das Instituições de Ensino Superior (IES), por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

4 EDUCAR E CUIDAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIÁLOGO COM OS AUTORES E ATORES DO PROCESSO

Neste capítulo, buscamos estabelecer uma interlocução com os autores que nos serve de referência e com os atores (sujeitos desta pesquisa), apoiando naquilo que o material produzido no campo empírico foi capaz de nos revelar.

Portanto, consta aqui um cruzamento das informações sobre os sujeitos e o contexto escolar em que estão inseridos. As informações foram produzidas a partir da observação do contexto da instituição de educação infantil, da sala de aula e das entrevistas realizadas com os sujeitos da pesquisa.

4.1 Descrição de um contexto de educação infantil

Considerando que a investigação qualitativa também se caracteriza, segundo Bogdan e Biklen (1994), como descritiva, optamos por trabalhar com a descrição do cotidiano pesquisado. Nossa intenção é mostrar como é o dia a dia da sala de aula, o que há neste espaço, como ele está organizado, de que forma os alunos realizam seus trabalhos, enfim, expor quais as mediações e tensões que dão forma ao universo pesquisado. Durante a observação buscamos analisar cada relato, cada reação, cada comportamento sobre os quais nos debruçamos com o intuito de potencializar as vozes daqueles que compartilharam conosco suas vivências e certamente enriqueceram nossa experiência.

A escola pesquisada é uma escola de educação infantil de pequeno porte com uma estrutura física inadequada, principalmente para os alunos desta etapa de ensino. A unidade de ensino citada encontra-se situada em uma esquina com o muro da lateral voltado para uma avenida com fluxo grande de veículos e sem nenhuma proteção na parte externa desse muro, como, por exemplo, estacas na calçada ou redutores de velocidade no entorno da escola, para que possa impedir um acontecimento inesperado e evitar assim um acidente. Percebemos também que o único portão, o de entrada, é sempre bem fechado e a atenção é redobrada, a fim de que as crianças não saíam desacompanhadas por um adulto responsável.

Figura 2 - Parte externa da Escola de Educação Infantil

Fonte: Arquivo das pesquisadoras

No dia 12 de março de 2020 foi notícia na imprensa local o risco de rompimento da adutora que passa embaixo da Escola Anísio Teixeira, no Bairro Primavera, em Itapetinga. O engenheiro civil do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE) informou que analisou toda a infraestrutura da escola e que não existe vazamento no local, porém não descartou a possibilidade de possível rompimento. Disse que está sendo elaborado um projeto para fazer o desvio da rede, no entanto, pode demorar em torno de 120 dias por causa do processo licitatório. A cada um minuto passam aproximadamente 9 mil litros de água pela adutora responsável por abastecer quase metade da cidade.

Sobre isso, o Secretário Municipal de Educação Geraldo Trindade, informou ao *blog ireporter* que estava aguardando um parecer técnico do SAAE e da secretaria de infraestrutura a respeito do prédio. Quando tiver acesso ao parecer reunirá a comunidade escolar para tomar as providências. Enquanto isso, decidiu que a escola iria continuar funcionando normalmente para as 194 crianças de 3 a 5 anos atendidas diariamente.

Após várias reuniões na Secretaria Municipal de Educação sobre as condições da infraestrutura da escola e dos riscos que as crianças e os funcionários estavam correndo, o secretário de educação reuniu no dia 17 de março de 2020 com a comunidade escolar e deliberou pelo remanejamento provisório de todas as crianças para uma outra escola. Agradeceu a compreensão dos pais, alunos, professores e funcionários e disse que a previsão para a construção de uma nova adutora e a reforma da escola acontecerá no período de aproximadamente 120 dias.

Figura 3 - Reportagem sobre adutora embaixo de uma escola em Itapetinga

Fonte: ireporter.blog. 12/03/2020

É inegável que a maioria das escolas públicas brasileiras funcionam em prédios precários, construídos num momento em que os riscos com acidentes não eram uma preocupação relevante. Além disso, a falta de investimentos na manutenção agrava as questões de segurança e as prevenções com acidentes se tornam mais proeminentes. Por outro lado, além das crianças permanecerem grande parte do seu tempo na escola, muitas são agitadas, distraídas e desatentas, tornando-as vítimas fáceis da ocorrência de acidentes.

Diante do exposto, observamos que os riscos de acidentes são considerados como uma fonte de preocupação constante entre pais e educadores. Dessa forma, a prevenção de acidentes no ambiente escolar deve ser uma das ações prioritárias nas políticas públicas educacionais, visando assegurar às crianças e aos adolescentes um espaço escolar seguro para o desenvolvimento físico, cognitivo e psicomotor.

Orellana Garcia, Solis Albarran e Vasquez Cabrera (1998, p. 20) afirmam que “os acidentes não são acidentais e sim o resultado de uma série de fatores”. De acordo com esses autores, para a ocorrência dos acidentes escolares existe sempre um agente causal térmico, químico ou mecânico, causador direto de dano sobre o hospedeiro, neste caso, o aluno, atuando em um ambiente propício, a escola.

Os relatos de funcionários da escola pesquisada, colhidos por meio das entrevistas, no ano de 2019, enfatizaram que a instituição não passa por reforma há muito tempo. Segundo eles, quando se refere às instituições públicas, não é fácil assegurar um ambiente escolar adequado para os estudantes. Ressaltaram que é preciso investimentos na infraestrutura, principalmente das escolas mais antigas, pois essas tendem a apresentar mais problemas estruturais, decorrentes da própria deterioração.

Figura 4 - Escola de Educação Infantil antes e depois pintura

Fonte: Arquivo das pesquisadoras

Segundo a Professora Rubi, em 2018 a escola passou apenas por um serviço de pintura, deixando a desejar necessidades básicas como: ampliação das salas de aula, aquisição de equipamentos adequados, construção de banheiros com acessibilidade. Relatou que o mobiliário escolar também já está envelhecido e danificado, mas enfatizou que as mesinhas e as cadeiras são adequadas à faixa etária de idade dos alunos (3 a 5 anos). Vale ressaltar que as salas apesar de pequenas, são bem iluminadas e arejadas. Conforme mostra a Figura 4, as janelas são altas e todas gradeadas, o que demonstra uma ação preventiva em relação aos possíveis acidentes.

Na escola não há um parquinho, nem qualquer tipo de brinquedo que possa envolver os alunos, possibilitando-lhes o lazer e o seu desenvolvimento motor e, consequentemente, o cognitivo. Os parques são essenciais às escolas de educação infantil porque estimulam a saúde física e psicológica, além de ajudar na socialização das crianças. Em relação aos benefícios para o corpo e a mente, auxiliam na concentração e na criatividade, ajudam a desenvolver habilidades, dão mais autonomia e liberdade para as crianças e ajudam também no desenvolvimento motor. Nessa fase, começam a descobrir o mundo e a construir as primeiras impressões sobre ele. Nada melhor do que esse primeiro contato ser de forma lúdica e repleta de aventura com segurança.

Segundo Oliveira (2008), atividades em parquinho requer maior atenção das professoras, porque as brincadeiras em *playgrounds* estão entre as causas mais comuns de acidente envolvendo crianças, principalmente quedas, ocorrendo especialmente na escola. Sobre isso, as professoras da escola onde realizamos a pesquisa sabem da necessidade da instituição ter brinquedos e um espaço para brincadeiras livres e dirigidas. Reconhecem que precisariam ficar mais atentas, por conta dos riscos de acidentes.

> *Infelizmente, nossas crianças estão aqui em um espaço físico inadequado para essa modalidade de ensino. Difícil para trabalhar a questão de psicomotricidade. E fica ainda mais complicado sem um parquinho, para envolvê-las no recreio e deixá-las mais feliz. Claro que com um parquinho precisaríamos ter uma atenção redobrada, enquanto eles tivessem nos brinquedos, mas, compensaria ver a alegria nas crianças.* (Professora Safira, 2019)

> *Nossos alunos adoram brincar e a hora do recreio é a mais complicada pra gente, porque o nosso espaço deixa a desejar, não tem um parque de diversão, nós não temos nada de atrativo que possa envolver o aluno, então, as brincadeiras deles lá fora se resumem em correr e acabam sempre se machucando.* (Professora Rubi, 2019)

> *O meu desejo é que tenhamos um espaço maior com parque e todo material necessário para que possamos desenvolver um trabalho com maior perfeição. Não é apenas um desejo meu, é uma necessidade da escola como um todo.* (Professora Esmeralda, 2019)

Quando falamos em escola de educação infantil para crianças de 3 a 5 anos, pensamos logo num espaço com materiais pedagógicos condizentes com essa faixa etária. Mas, ao adentrar a escola percebemos que a mesma não tem no pequeno espaço de pátio nenhum tipo de brinquedo disponível às crianças, para que sejam envolvidas quando chegam mais cedo e tem que esperar o horário de entrar para a sala de aula. Portanto, elas já são direcionadas para a sala de aula que muitas vezes ainda está sem o professor ou qualquer outro adulto responsável por elas na escola, ficando assim expostas a acontecimentos imprevisíveis, como pequenos acidentes.

Na escola observada, o único espaço que tem e que serve como espaço de recreação interno, é um pequeno pátio que dá acesso à secretaria, aos banheiros e a três salas de aula. A escola não possui um espaço adequado para o recreio. As crianças brincam em uma parte da escola bem restrita, sem brinquedos que possam envolvê-las. É um corredor bem pequeno, área inadequada, principalmente para os pequeninos. Nesse espaço, observamos uma piscina desativada e sem cobertura, o que compromete o acesso desses alunos a outra área externa de

terra, sem ser cimentada, com uma árvore imensa, onde os alunos poderiam aproveitar para brincar.

Figura 5 - Pátio da Escola de Educação Infantil

Fonte: Arquivo das pesquisadoras

Segundo a Professora Esmeralda, o recreio acontece em um espaço precário e é supervisionado pelas professoras, para isso realiza-se um rodízio entre elas. As brincadeiras desenvolvidas são livres e se resumem em correr e brincar de pega-pega. Nesse corredor também tem um bebedouro onde as crianças bebem água no momento do recreio. Durante as aulas as crianças saem da sala apenas para irem ao banheiro porque em todas as salas de aula têm filtros com água para as crianças beberem quando houver necessidade.

A escola possui dois banheiros, um masculino e outro feminino, cada banheiro com dois vasos e um lavatório. Os banheiros também precisam ser melhorados, porque quando se trata de banheiro infantil, ele deve contemplar pontos importantes além da questão de higiene pessoal, como segurança e conforto. Visando à segurança das crianças, o primeiro ponto é eliminar o máximo possível a existência de quinas, que podem causar acidentes e machucados. Sobre a infraestrutura de banheiros na instituição de educação infantil o Ministério da Educação recomenda:

> V. Os banheiros infantis devem ser implantados próximos às salas de atividades, não devendo ter comunicação direta com a cozinha e com o refeitório. Sugerimos a seguinte relação do número de crianças por equipamento sanitário: 1 vaso sanitário para cada 20 crianças; 1 lavatório para cada 20 crianças; 1 chuveiro para cada 20 crianças. Devem ser previstos banheiros de uso exclusivo dos adultos, podendo acumular a função de vestiário, próximos às áreas administrativas, de serviços e pátio coberto. Sugestões para aspectos construtivos: piso impermeável e de preferência antiderrapante, de fácil conservação, manutenção e limpeza, com caimentos adequados, de maneira que impeçam empoçamentos; paredes revestidas com material impermeável, de fácil conservação, manutenção e limpeza, até uma altura mínima de 1,50 m; janelas com abertura mínima de 1/8 da área do piso,

> permitindo a ventilação e a iluminação natural; as portas das cabines sanitárias individuais não devem conter chaves ou trincos; as divisórias devem ser mais baixas, em torno de 1,50 m; os chuveiros para crianças de 1 a 3 anos devem, sempre que possível, ser alteados, em torno de 40 cm, para facilitar o trabalho dos professores no momento do banho das crianças; as bancadas dos lavatórios devem ter altura em torno de 60 cm; previsão de vaso sanitário, chuveiro, cadeira para banho e lavabo para crianças com necessidades especiais; previsão de vaso sanitário e lavabo para adultos com necessidades especiais. (BRASIL, 2006a, p. 19).

A escola funciona no diurno, sendo que no matutino com quatro salas, as quais são duas turmas de pré-escolar nível I, uma turma de pré-escolar nível II e uma turma de maternal. No turno vespertino com quatro salas que são ocupadas com uma turma de pré-escolar nível I, duas de pré-escolar nível II e uma de maternal.

Quadro 5 - Número de alunos por turma e faixa etária

Turma	**Faixa Etária**	**Quantidade de Alunos/as**
Maternal A	3 anos	26
Maternal B	3 anos	25
Pré-escolar I A	4 anos	23
Pré-escolar I B	4 anos	23
Pré-escolar I C	4 anos	20
Pré-escolar II A	5 anos	26
Pré-escolar II B	5 anos	25
Pré-escolar II C	5 anos	25

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras

Foi constatado, durante a observação, que o número de alunos por turma varia de 20 a 26. Percebemos que as salas de aula estão lotadas, em função do espaço físico de cada sala ser demasiadamente pequeno, desconsiderando a padronização indicada pela legislação, o que dificulta o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem, o cuidado com as crianças, além de contribuir para a desorganização do trabalho docente, indisciplina, desconcentração dos alunos e impedimento de aulas mais dinâmicas e lúdicas.

De acordo com o parecer CNE/CEB nº 20/2009 (BRASIL, 2009), a proporção de alunos na sala de aula de educação infantil deve ser a seguinte: 6 a 8 crianças por professor (no caso de crianças de 0 a 1 ano); 15 crianças por professor (no caso de crianças de 2 a 3 anos); e 20 crianças por professor (no caso de crianças de 4 e 5 anos). Entretanto, o MEC alerta para o fato de que a proporção pode variar de acordo com a regulamentação do órgão normativo do sistema de ensino, seja ele municipal ou estadual.

Segundo Horn (2004, p. 19), "é fundamental a criança ter um espaço povoado de objetos com os quais possa criar, imaginar, construir e, em especial, um espaço para brincar, o qual será diferente entre as crianças menores e maiores". Infelizmente, as crianças da escola de educação infantil observada não dispõem de um ambiente escolar adequado para a realização de atividades pedagógicas conforme estabelece a legislação educacional brasileira, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular.

No ambiente escolar, em qualquer momento, o aluno está exposto a uma série de riscos. Locais como a sala de aula, os corredores, o pátio, as escadas, os banheiros, os laboratórios, a biblioteca, as áreas de recreação e esportes, podem ser determinantes para que o acidente surja subitamente, e de modo repentino, apesar de ser, quase sempre, previsível. A previsibilidade dos acidentes pode estar ligada a grande concentração de crianças nesses locais, na realização de encontros, interações, praticando as mais diversas atividades motoras e esportivas (SEIXO, 2004).

4.2 Dialogando com as professoras e os autores sobre a infraestrutura escolar

Durante a observação, alguns questionamentos foram feitos aos profissionais que atuam na escola pesquisada: Como trabalham em um espaço tão reduzido, propício a acontecimentos imprevisíveis, ou seja, acidentes à criança na educação infantil? Há alguma previsão de melhoria da infraestrutura do ambiente escolar? É sabido que é impossível criar um ambiente escolar que não ofereça absolutamente nenhum perigo, pois alguns acidentes são imprevisíveis, contudo, muitos podem ser evitados, desde que haja uma prevenção cuidadosa para impedir a ocorrência deles. É notório que um ambiente físico seguro reduz os acidentes na infância e permite maior liberdade das crianças, sem intervenção constante dos educadores e/ou responsáveis (SANTINI; MELO, 2009). Infelizmente, ao dialogar com as professoras da escola de educação infantil onde realizamos a pesquisa, elas alegaram que o espaço escolar apresenta uma infraestrutura precária e propícia à ocorrência de acidentes na infância.

> *Por não ter um bom espaço, realizamos o recreio dos alunos do maternal sempre separado dos maiorzinhos e, por conta de muitos acidentes que sempre acontecem, esse recreio acontece um dia sim e um dia não, ou uma semana sim e outra não. Esses acidentes acontecem exatamente por não ter um espaço adequado para que nossos alunos possam brincar. A maioria é pequenos acidentes corriqueiros como as pequenas quedas, mas ainda esse ano alguns sérios aconteceram, como o de uma criança que caiu de uma rampa pequena, por não ter corrimão ou qualquer proteção lateral.* (Professora Safira, 2019)

> *Eles também adoram brincar, e essa é a hora mais complicada pra gente, porque o nosso espaço deixa a desejar. Além do que nossa sala também não dá pra fazer uma atividade recreativa por não ter espaço, é muito pequena para abarcar 24 crianças, além do imobiliário, com isso, ficamos tensas com aquele cuidado pra que não subam nas cadeiras ou mesinhas, que muitas vezes estão danificadas, para que não pendurem em algo que possa se machucar e aí ficamos apreensivas, enfim, é tenso, esse momento do recreio, mas eles gostam de estar com a gente, isso é o que me tranquiliza e me deixa satisfeita.* (Professora Rubi)

> *Na minha experiência profissional, já presenciei muitos acidentes com alunos de educação infantil. Alguns simples, normal às crianças e outros mais preocupantes. Aqui nesta escola, por exemplo, tem umas pilastras de madeira com quinas, para segurar a pequena e única cobertura que tem bem no espaço onde eles correm durante o recreio e já aconteceram alunos se esbarrarem nestas ditas pilastras e cortarem a cabeça. A escola não tem uma área que eles possam correr sem perigo.* (Professora Esmeralda)

Nesta compreensão, Satyro e Soares (2008) nos ensinam que não é possível falar de infraestrutura escolar sem falar sobre os insumos, pois,

> insumos escolares são entendidos como infraestrutura de todo tipo: número médio de alunos por turma, número de horas/aula, docentes com formação superior, construção e melhoria das dependências da escola, existência de biblioteca ou sala de leitura e outros aspectos positivos. Infraestrutura é, nesse caso, tudo aquilo que o dinheiro pode comprar. (SATYRO; SOARES, 2008, p. 9).

A deficiência de infraestrutura nas escolas, segundo Satyro e Soares (2007, p. 7), “afeta diretamente a qualidade da educação. A relação inadequada ao tamanho da sala de aula e o número de alunos, são problemas que influenciam diretamente no desempenho dos alunos”. Foi observado isso em uma das turmas do pré-escolar II do turno vespertino. Percebe-se que a desorganização do espaço na sala de aula influencia na didática do professor, que não possui muitos meios para desenvolver com sucesso a atividade proposta.

Ser professor não constitui uma tarefa simples, pois requer querer bem aos educandos (FREIRE, 1996) e habilidade para lidar com as crianças. O papel do professor é bem mais amplo do que apenas transmitir conhecimento. Durante o período que passamos na escola, ao

observarmos a relação das professoras com as crianças, percebemos que há uma interação entre elas que ultrapassam os limites profissionais, escolares. Acreditamos que essa relação interpessoal, regada de afetividade e diálogo, deixarão marcas importantes no processo formativo dessas crianças.

Para Nörnberg (2016), a expressão educar e cuidar reúne diferentes atividades que são realizadas pelas educadoras no cotidiano, consideradas práticas institucionais, mas, também, humanas, de relação com o outro, feitas por meio das múltiplas formas de comunicação corporal, que envolvem a mão humana, dos gestos de tocar, o olhar, o ouvir, o falar. Ações humanas que compreendem as atividades de alimentar, limpar, atender ao choro, proteger, ensinar, transmitir conhecimento e orientações.

No que se refere às atividades didáticas trabalhadas em sala de aula notamos que atendem às necessidades e prioridades das crianças. Apesar das dificuldades impostas pelas condições precárias do espaço físico, as professoras utilizam material didático de qualidade e desenvolvem um bom trabalho com as crianças. As professoras são muito pacientes, carinhosas e cuidadosas com as crianças, mesmo quando fazem birras e brigas entre elas. Durante o período de observação, acompanhamos a realização de atividades de pintura, canto, contação de histórias e conversas na rodinha. Percebemos a ausência de brinquedos e jogos na sala de aula, o que a nosso ver promoveria um melhor envolvimento das crianças nas aulas. Foi relatado pelas professoras que os poucos brinquedos e jogos existentes na escola foram confeccionados por elas no intuito de trabalhar os conteúdos de forma lúdica.

> *Aqui nós sentimos muita falta de brinquedos ideais para a criança dessa idade e também jogos para ajudar no desenvolvimento delas e por não termos muitas vezes nós mesmas confeccionamos para eles esses jogos.* (Professora Safira, 2019)

> *São alunos carentes de brincadeiras e de brinquedos. Nós temos que ser criativas, procuramos confeccionar esses materiais que eles almejam*. (Professora Esmeralda, 2019)

De acordo com os estudos de Ribeiro e Souza (2011, p. 15), “os jogos educativos são aqueles que contribuem para formação das crianças e geralmente são direcionados para a Educação Infantil”. Essas autoras ainda elucidam teoricamente que os jogos são divididos em dois grupos: os de enredo e os de regras. Os primeiros são chamados de jogo imaginativo como, por exemplo, as fábulas; essa modalidade estimula o desenvolvimento cognitivo e afetivo-social da criança, pois elas vivenciam o comportamento do adulto. Quanto ao segundo pode-se

citar o jogo de dominó; neste a imaginação está limitada, pois são as normas que norteiam o jogo, exigindo atenção para o seu desenvolvimento.

Sabemos que brincar é importante nessa faixa etária, e deve-se utilizar de brincadeiras como metodologia para o desenvolvimento e aquisição de novos conhecimentos. O ato de brincar possibilita o processo de aprendizagem da criança, pois facilita a construção da reflexão, da autonomia e da criatividade, estabelecendo, dessa forma, uma relação estreita entre jogo e aprendizagem. O brincar na educação infantil proporciona a criança estabelecer regras constituídas por si e em grupo, contribuindo na integração do indivíduo na sociedade.

> *Infelizmente não temos um espaço apropriado para desenvolver diferentes atividades lúdicas. Nossa escola não tem esse espaço físico apropriado, mas, fazemos o que é possível. O papel do professor na educação infantil é muito prazeroso, mas, é de muita responsabilidade, de muita importância e de muita criatividade. Pois é na educação infantil que as crianças devem ser estimuladas por meio de atividades lúdicas, brincadeiras, jogos. Devem ser estimuladas a exercitar suas capacidades e potencialidades emocionais sociais físicas e motoras cognitivas e a fazer experimentações e é na educação infantil que seus valores são também fundamentados.* (Professora Rubi, 2019)

Para definir a brincadeira infantil, ressaltamos a importância do brincar para o desenvolvimento integral do ser humano nos aspectos físico, social, cultural, afetivo, emocional e cognitivo. Para tanto, faz-se necessário conscientizar os pais, educadores e sociedade em geral sobre a ludicidade que deve estar sendo vivenciada na infância, ou seja, de que o brincar faz parte de uma aprendizagem prazerosa não sendo somente lazer, mas sim, um ato de aprendizagem.

Brincar não significa apenas recrear, é muito mais, caracterizando-se como uma das formas mais complexas que a criança tem de comunicar consigo mesma e com o mundo, ou seja, o desenvolvimento acontece por meio de trocas recíprocas que se estabelecem durante toda sua vida. Assim, através do brincar a criança pode desenvolver capacidades importantes como a atenção, a memória, a imitação, a imaginação, propiciando à criança o desenvolvimento de áreas da personalidade como afetividade, motricidade, inteligência, sociabilidade e criatividade.

Entretanto, a escola observada, não tem um espaço apropriado para as brincadeiras. O único espaço que as crianças têm para desenvolver atividades lúdicas é onde realiza o recreio, que é inadequado, pequeno, com piso de cimento grosso, pilastras de madeira com quinas perceptíveis a cortes e uma piscina desativada que compromete mais ainda esse espaço. Como descreve uma das professoras entrevistadas:

> *Aqui nesta escola, por exemplo, tem umas pilastras de madeira com quinas, para segurar a pequena cobertura que tem bem no único espaço onde eles correm durante o recreio e já aconteceu de alunos esbarrarem nestas ditas pilastras e cortarem a cabeça. Muitos foram cortes profundos, grandes, de ser preciso correr para o hospital e dar pontos. Ficamos muitas vezes diante desses acontecimentos, sem saber o que fazer no momento que eles acontecem. Não estamos preparados para esses ocorridos. Nesses casos, comunicamos a família, muitos pais ficam nervosos, chateados e com toda razão, outros nem aparecem, e isso me deixa muito preocupada, porque é uma responsabilidade grande cuidar de 24 a 26 crianças num espaço inadequado sem recursos didáticos próprios para a idade, que possa envolver essas crianças sem riscos.* (Professora Esmeralda, 2019)

A fala da Professora Esmeralda pode ser visualizada na Figura 6, a seguir:

Figura 6 - Pátio da Escola de Educação Infantil

Fonte: Acervo da pesquisa

Todos os profissionais da escola pesquisada reconhecem que o espaço físico é inapropriado para a realização de atividades recreativas e oferecem riscos de acidentes. Os profissionais da escola afirmam não haver saída de emergência e nem extintores. Referente aos potenciais causadores de acidentes na escola em que trabalham, as causas mais citadas foram: rampas, pisos irregulares e escorregadios, pilastras, comportamento dos alunos, condições inapropriadas do pátio escolar, e outras. Todos os funcionários da escola reconhecem que as características físicas da escola não oferecem proteção e segurança para evitar possíveis acidentes, como, por exemplo: quedas, fraturas, torções, escoriações e outros.

Com a finalidade de conscientizar as crianças sobre a necessidade de prevenção de acidentes no ambiente escolar, a direção, as professoras e a coordenação pedagógica informaram que como estratégia metodológica realizaram, em grupos de quatro ou cinco crianças, um passeio pela escola com o intuito de conhecer, analisar e descrever as áreas de risco à segurança das crianças. Após o passeio pela escola e de volta à sala, cada grupo compartilhou suas observações.

Segundo as professoras, ao voltar para a sala de aula, as crianças destacaram muito o desejo de ter um espaço livre e seguro para realizar brincadeiras e jogos. Elas reconhecem o perigo do ambiente, no entanto, quando estão brincando não se cuidam, ficam dispersas e vulneráveis aos acidentes. Vários autores escrevem sobre os benefícios que os jogos e os brinquedos oferecem para uma aprendizagem mais efetiva na primeira infância, no entanto, devem ser propostos e realizados em ambientes propícios e seguros, que não é o caso da escola estudada.

> Que a sala onde as crianças passam a maior parte de seu tempo tenha uma configuração visual e espacial que facilite o desenvolvimento da imaginação. Os móveis, com mesas, bancos, cadeiras, etc., devem ser de fácil manipulação para permitir a reorganização constante do local pelas crianças, e a construção de “casinhas”, “cabanas”, “lojas”, “castelos”, etc. É importante, ainda, garantir um canto com espelho, maquiagens, roupas e fantasias para que as crianças possam utilizá-las nos períodos de jogo. (WAJSKOP, 2005, p. 38, grifos da autora).

Nesse contexto, a Professora Rubi descreve que na escola onde atua é diferente. Segundo ela, as crianças adoram brincar, porém é um desafio devido à falta de um espaço físico seguro e adequado. Enfatizou que ela se sente muito apreensiva e insegura quando sai da sala de aula para a realização de atividades recreativas no pátio da escola.

> *Nós não temos nada de atrativo que possa envolver o aluno no recreio, então, as brincadeiras deles no pátio se resumem em correr e acabam sempre se machucando. Além disso, nossa sala de aula é muito pequena para abarcar 24 crianças e fazer atividades de movimento. Outra preocupação é com o mobiliário danificado, com isso, fico tensa, cuidando para que não subam nas cadeiras ou mesinhas, não pendurem em algo que possa se machucar. Fico apreensiva, tensa no momento do recreio, mas as crianças gostam de estar com a gente, isso é o que me tranquiliza e me deixa satisfeita.* (Professora Rubi, 2019)
>
> *Os pouquíssimos brinquedos que temos aqui, por exemplo, como carrinhos, bonecas e outros, foram alguns alunos que trouxeram de casa, os filhos daquelas famílias que tentam ajudar. Mas, na maioria, não são brinquedos apropriados. Então saio catando aqueles mais perigosos que soltam peças,*

> *ou partes que podem vir a cortar, furar, engolir, colocar no nariz, enfim, recolho aqueles que podem causar algum risco à criança*. (Professora Esmeralda, 2019)

Como já foi dito anteriormente, é brincando também que a criança aprende a respeitar regras, a ampliar o seu relacionamento social e a respeitar a si mesmo e ao outro. Por meio da ludicidade a criança começa a expressar-se com maior facilidade, ouvir, respeitar e discordar de opiniões, exercendo sua liderança, sendo liderados e compartilhando sua alegria de brincar.

Zanluchi (2005, p. 91) afirma que "a criança brinca daquilo que vive; extrai sua imaginação lúdica de seu dia-a-dia". Portanto, as crianças tendo a oportunidade de brincar, estarão mais preparadas emocionalmente para controlar suas atitudes e emoções dentro do contexto social, obtendo assim melhores resultados gerais no desenrolar da sua vida.

O lúdico pode ser utilizado como uma estratégia de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, Scota (2016) recomenda que o professor se aproprie de subsídios teóricos que consigam convencê-lo e sensibilizá-lo sobre a importância do brincar e de atividades lúdicas para a aprendizagem e o desenvolvimento da criança. Atividades lúdicas no cotidiano escolar são importantes, devido à influência que elas exercem frente aos alunos, pois quando estão envolvidos emocionalmente na ação, torna-se mais fácil e dinâmico o processo de ensino e aprendizagem. Compreendemos que o aspecto lúdico voltado para as crianças facilita a aprendizagem e o desenvolvimento integral nos aspectos físico, social, cultural, afetivo e cognitivo.

4.3 Episódios de acidentes com crianças da educação infantil: alguns relatos

Quando se trabalha com crianças é importante preparar-se para lidar com as situações inesperadas. Neste caso, o melhor meio de superá-las refere-se à prevenção, para tanto o profissional da educação infantil deve ter na sua vida profissional formação e experiência para lidar com acidentes que acontecem inesperadamente, pois eles podem ocorrer até mesmo quando a criança está a caminho da unidade escolar. Para Oliveira (2000), acidente escolar é aquele que ocorre a partir do momento em que a criança deixa sua casa para ir à escola até o seu retorno.

Neste contexto, sinto-me[8] impulsionada a descrever aqui duas cenas vivenciadas ao longo de minha trajetória profissional, em especial no período dedicado à docência na educação

[8]Nesta seção, peço licença ao leitor para alterar a pessoa da ação, trazendo ora para o singular ora para o plural, com o intuito de narrar o fato com maior riqueza de detalhes.

infantil. Nessa etapa de minha vida presenciei acidentes diversos com crianças de 0 a 5 anos e um deles ocorreu com o aluno Marcos Vinícius. Ao aproximar da escola ele caiu e fraturou o braço direito. Infelizmente, a escola não deu nenhum suporte para a criança e a família que na ocasião não tinha boas condições financeiras para cuidar e tratar a fratura do referido aluno. A instituição alegava que o acidente não ocorreu dentro do ambiente escolar, no entanto, Oliveira (2000) afirma que acidentes com alunos/as a caminho da escola seja indo ou voltando para casa, pode ser considerado como acidente escolar.

Após este episódio, o aluno não mais compareceu à escola, então fui visitá-lo. Ao chegar a sua residência João escondeu o braço atrás das costas e não queria que eu olhasse. A mãe explicou que ele não queria retornar à escola porque o braço havia ficado com sequelas graves e se sentia envergonhado, receoso de ser motivo de chacota para os colegas. João estava constrangido com a situação e decidido não voltar à escola. Fiz de tudo para encorajá-lo a retomar os estudos e a enfrentar o problema físico com coragem. Isso comprova que a experiência de acidentes na idade escolar dificulta o acesso e a permanência na escola e, consequentemente, interfere no desenvolvimento da aprendizagem.

Além dos acidentes que acontecem desde a entrada até a saída da escola, destaco aqueles que são ocorridos nas atividades organizadas pela escola, como atividades esportivas externas, campeonatos, passeios e excursões. Outro episódio que marcou minha trajetória profissional ocorreu em turma de educação infantil de uma escola privada onde atuava como professora. Era a semana das crianças e a escola propôs um passeio com os/as alunos/as. Eu não sabia nadar, mas fui orientada a ir para a piscina com todas as crianças da turma sob minha responsabilidade. Passava o tempo todo preocupada, tensa e apreensiva com receio de não dar conta de cuidar de todas as crianças e não evitar acidentes. E o pior aconteceu: em um dos passeios realizados nesse espaço de lazer, o aluno Silas, ao pular na piscina, caiu e cortou a cabeça na quina da piscina, foi um desespero. No momento as colegas me acalmaram e ficaram com minha turma, enquanto acompanhava o aluno ao hospital onde foi avaliado pelo médico e realizado o procedimento de sutura do corte que teve na cabeça, em seguida foi liberado e eu o acompanhei até a sua residência.

Os profissionais da educação que atuam em instituições de educação infantil, além do compromisso educacional e pedagógico, são também responsáveis de zelar pela segurança e integridade física das crianças, dedicando-se a sua formação e bem-estar. Nesse contexto, considera-se necessário que as abordagens e as orientações básicas de comportamentos preventivos de acidentes na infância devem ser iniciadas na família e estendidos ao ambiente

escolar, com a participação das crianças e de seus responsáveis, sobretudo nas discussões referentes à segurança de todos (MINOZZO; ÁVILA, 2006; BESSA; VIEIRA, 2001).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), os acidentes devem ser analisados sob duas perspectivas: práticas de prevenção como aprendizagem e medidas de primeiros socorros. Nesse sentido, recomenda-se trabalhar com os recursos de primeiros socorros disponíveis em cada unidade escolar; permitir que cada aluno desenvolva a capacidade de identificar e evitar os principais riscos de acidentes; perceber situações que possam colocar sua integridade física e das outras pessoas em risco; ser capaz de tomar atitudes de responsabilidade e solidariedade em questões pertinentes à saúde coletiva.

O conjunto de falas das professoras entrevistadas ressaltou que os acidentes acontecem de forma inusitada, mas também com uma causa aparente.

> *O recreio dos alunos do maternal é separado dos maiorzinhos e ele acontece um dia sim e um dia não ou uma semana sim e outra não. É organizado assim por conta dos acidentes que sempre aparecem. Esses acidentes acontecem exatamente por não ter um espaço adequado como um parquinho ou qualquer outro atrativo que possa envolver os alunos. Passam todo o período do recreio correndo, se esbarrando um no outro e quando caem, machucam a cabeça, ou se ralam no cimento grosso que reveste o piso da única e pequena área que tem. A maioria dos episódios é de pequenos acidentes corriqueiros como as pequenas quedas, mas ainda esse ano alguns sérios aconteceram, como o de uma criança que caiu de uma rampa pequena, sem corrimão ou qualquer proteção lateral e ao cair, aparentemente não teve sangue, nem fratura exposta ou qualquer diferença. Achamos que só tinha machucado o bracinho, limpamos o local, a criança parou de chorar. Achamos que não tinha sido nada grave, só que ao chegar em casa a criança se queixou de muita dor no local da queda e ao levar ao médico, o bracinho havia quebrado em dois lugares e isso preocupou muito todos nós aqui da escola que temos a responsabilidade com esses alunos. Quando acontece esse tipo de acidente, geralmente a primeira coisa que a gente faz é limpar o local com água e colocar a bolsinha de gel que é gelada ou colamos o paninho com gelo no local. É esse o primeiro socorro que a gente presta imediatamente*. (Professora Safira, 2019)

A ocorrência de acidente na instituição escolar provoca uma situação tensa e conflituosa que envolve todos os profissionais da instituição, mas o/a professor/a é o primeiro a ser responsabilizado, principalmente porque está diretamente envolvido com o aluno e seus familiares.

> *Cuidar de cada uma dessas crianças na sala de aula é tenso, porque todos os acontecimentos imprevisíveis, os pequenos acidentes, as situações corriqueiras podem acontecer na própria casa, mas não podem acontecer na escola. Nós somos muito cobradas, sempre. Eu tive uma experiência no ano passado onde a menina sentada balançando na cadeirinha caiu, na hora foi*

> *um susto, mas graças a Deus não foi grave. Já esse ano outra criança com a mesma atitude bateu a boca no chão e sangrou. Como eu sou muito sensível a sangue, quando fui dá assistência, no momento que vi o sangue senti mal, quase cai por cima da criança, ainda bem que tinha um estagiário que deu apoio nesse momento. Fiquei tensa e preocupada sem saber o que fazer. Ainda bem que parou de sangrar e não chegou ir ao hospital. Quando o pai chegou entregaram o menino lá na portaria, não cheguei a conversar com o pai, no outro dia o pai criou um problemão comigo. Por conta dessas situações, a gente fica cada dia mais tensa, sem saber o que fazer diante desses acidentes. A minha fala diária com os alunos é sempre: vamos evitar acidentes, senta corretamente, não corra na sala, não suba aí, não faça isso ou aquilo, é o tempo todo policiando por conta dessa cobrança muito intensa sobre nós que estamos no contato direto. Essa grande responsabilidade que é ser professor de educação infantil sem suporte institucional.* (Professora Rubi, 2019)

> *Na minha experiência profissional, já presenciei muitos acidentes com alunos de educação infantil. Ficamos muitas vezes diante desses acontecimentos, sem saber o que fazer no momento que eles acontecem. Não estamos preparados para esses ocorridos. Nesses casos, comunicamos a família, muitos pais ficam nervosos, chateados e com toda razão, outros nem aparecem, e isso nos deixam muito preocupadas porque é uma responsabilidade grande cuidar de 24 a 26 crianças num espaço inadequado sem equipamentos próprios para a idade que possa envolver essas crianças sem riscos*. (Professora Esmeralda, 2019)

As professoras entrevistadas reconhecem as lacunas de conhecimento sobre o conceito de acidentes infantis, bem como relataram ter obtido informações superficiais sobre o tema, quer seja pela televisão ou pela *internet*, e que não tiveram formação adequada sobre o tema durante o curso de graduação. A respeito da falta de conhecimento sobre o tema, ressaltaram a importância da prevenção dos acidentes infantis e sinalizaram o desejo em aprender conteúdos sobre a temática em cursos de formação continuada, principalmente sobre primeiros socorros, os tipos de acidentes e sua prevenção.

O ato de educar e cuidar de crianças na educação infantil é um desafio para profissionais da educação, principalmente para professores/as no exercício da docência. Os relatos das professoras da escola pesquisada evidenciam as precárias condições de trabalho docente, a necessidade de formação para professores da educação infantil, as difíceis condições materiais e humanas de trabalho e o aspecto pedagógico a desejar. Além disso, reivindicam estrutura física e equipamentos adequados, valorização docente, suporte e condições de trabalho para quem atua com crianças pequenas.

4.4 Educar e cuidar na educação infantil: tensões? limites? possibilidades!

De acordo com Nörnberg (2008), o termo cuidado se origina do latim *cogitare-cogitatus*, cujo sentido significa pensar, colocar atenção, mostrar interesse e preocupação. O cuidado em educação significa pensar a pluralidade e também oferecer uma atenção, uma oportunidade, um meio de interação. O cuidado denota a disposição e a intencionalidade que sustentam o existir humano, a ação humana e suas relações consigo, com o outro e com o conhecimento.

Para a autora, há cuidado quando colocamos em alerta e ação os sentidos, sejam os receptores à distância (visão e audição), sejam os receptores de proximidade (olfato, paladar e tato), bem como toda a capacidade de emocionar-se (os sentimentos). Esse modo de entender apresenta o caráter aberto, flexível e transitório sobre o qual construímos o modo de educar e cuidar, o modo de realizar os processos de formação de professores e, principalmente, o modo de gerir os espaços de interação humana e a própria relação humana nas instituições.

Nesse contexto, compreendemos que cuidar e educar implicam formação e condições de trabalho dos profissionais da educação infantil, aspectos que não são contemplados nem na formação, nem nas condições de trabalho dos professores, dada as condições de infraestrutura já apontadas. Os profissionais da escola, ao serem entrevistados, relataram que os acidentes podem ser prevenidos e evitados, por meio de práticas de cuidar e educar, porém evidenciaram a necessidade de formação e orientações para que isso ocorra. Com base em seus argumentos, enfatizaram que a prevenção poderá ocorrer por meio de: “cuidados e atenção com as crianças”; “cuidados com objetos que podem ocasionar os acidentes”; “medidas preventivas”; “ação educativa” e “conhecimento”.

Os profissionais da escola pesquisada ressaltaram a necessidade da alimentação escolar para que a criança tenha um bom desenvolvimento e aprendizagem[9]. No entanto, chamaram

[9]O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) visa suprir as necessidades em termos nutricionais de alunos durante a permanência em sala de aula, auxiliando para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento escolar desses alunos, e ainda promover hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2012). A meta do PNAE é promover a aprendizagem e rendimento escolar do aluno mediante oferecimento de refeições que sejam satisfatórias ao menos 15% das necessidades nutricionais diárias durante o período de permanência no ambiente escolar; promover a educação nutricional integrada ao projeto pedagógico da instituição (CARVALHO; CASTRO, 2010). Domene (2008) diz que o profissional nutricionista deve atuar direcionado pela legislação, adequando os recursos que são disponibilizados, garantindo as necessidades nutricionais e solucionando os problemas que precisam de assistência na área dietética. A direção da escola pesquisada nos informou que tem um cardápio diário feito por uma nutricionista, que acompanha todo o processo de preparo e distribuição da merenda escolar, observando os casos que precisam de assistência dietética.

atenção para os cuidados, acompanhamento e orientação das crianças no momento da merenda para evitar acidentes, principalmente de engasgo, queimadura e outros.

A merenda é distribuída pelas professoras que têm o cuidado de verificar a temperatura do alimento, caso seja merenda quente. Os alunos merendam na sala de aula sob a supervisão da professora e da auxiliar nas salas do maternal. Foi também observado que além de ter autonomia para merendar, alguns alunos têm autonomia para utilizarem os banheiros sozinhos na higienização das mãos antes e depois da merenda. Vale ressaltar que é necessário um cuidado especial com a higiene das crianças, principalmente no horário da merenda.

> De modo geral, a higiene da criança e do ambiente implica a realização de ações de saúde pensando no indivíduo em sua totalidade, isto é, nas condições físicas, mentais, sociais e de interação da criança com seu ambiente. Por isso, devemos ser criativos no desenvolvimento dessas ações, pois higiene não significa apenas "limpeza". (PRATES; OLIVEIRA, 2001, p. 45, grifo das autoras).

Segundo as professoras entrevistadas, nunca aconteceram acidentes graves envolvendo o ato de merendar. Segundo a Professora Esmeralda já ocorreram pequenos engasgos, por conta da criança comer rápido e não mastigar direito. Descreveu que elas têm uma atenção redobrada e cuidadosa no momento da merenda. Esmeralda relatou que no início do ano, ao chegar à escola, os alunos não têm paciência para esperar o alimento esfriar, outros comem muito rápido, não mastigam direito os alimentos. Mas, aos poucos vamos educando-os para que saibam comer com atenção e cuidado, aprendam a importância dos alimentos para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças.

No que se refere à prática de higiene do corpo de crianças matriculadas em creches e pré-escolas, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998b, p. 58-59), recomenda:

> Os procedimentos com a higiene e proteção da pele, proporcionam bem-estar às crianças e permitem que elas percebam a sensação de estar seca e molhada. A observação, pelo professor, da frequência das eliminações, do aspecto do cocô e do xixi e do estado da pele da criança fornece dados sobre a saúde e o conforto de cada criança e aponta para outros cuidados que forem necessários.

A escola de educação infantil deve proporcionar um ambiente seguro e estimulante, colorido, com a preocupação de oferecer experiências educativas adequadas que promovam o

desenvolvimento físico, social, emocional e cognitivo das crianças, respeitando suas individualidades para que ocorra um processo de aprendizagem tranquilo e significativo. Nessa perspectiva, Spodek e Saracho (1998, p. 404) pontuam:

> Cada criança é uma pessoa única, com um padrão e um ritmo de crescimento individual, assim como uma personalidade, um estilo de aprendizagem e uma história familiar singular. Tanto o currículo como as interações dos adultos com as crianças devem responder as suas necessidades individuais. A aprendizagem das crianças pequenas é o resultado da interação entre seus pensamentos e experiências e matérias, ideias e pessoas. Estas experiências devem ser adequadas às habilidades em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que desafiam os interesses e a compreensão da criança.

Durante a observação vivenciei os cuidados de professores e funcionários com as crianças, apesar dos problemas enfrentados pela equipe, os cuidados se fazem necessários para com os pequenos e todo o universo que faz parte dessa fase de formação tão importante e fundamental para as crianças.

Em relação aos funcionários da escola (porteiro, auxiliares, merendeiras, etc.), no geral trabalham de forma cooperativa e amigável. Observamos que o ambiente de trabalho é tranquilo e existe uma relação de respeito entre todos, o que proporciona satisfação pessoal e estímulo para um trabalho humano significativo. Tratando-se de trabalho em equipe, as autoras Bassedas, Huguet e Solé (1999, p. 247) pontuam:

> A influência das relações, dos afetos e das emoções no trabalho de equipe é indiscutível e é preciso que aprendamos a considerá-las e a valorizá-las. Para realizar um trabalho em equipe eficaz e construtivo, é preciso desfrutar de um clima relacional e afetivo positivo, que favoreça e faça emergir as atitudes positivas ante as negativas.

É no espaço escolar que a criança irá amadurecer a construção da sua identidade e estará sendo preparada para adquirir conhecimentos novos relacionados à sua cultura e meio em que vive. Precisamos compreender que o trabalho das escolas de Educação Infantil é de grande importância na vida de uma criança. Este trabalho precisa ser desenvolvido com profundo conhecimento, atenção e respeito. Segundo o RCNEI (BRASIL, 1998a, p. 23):

> Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais,

> afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.

A infância é um estágio valioso e único do ciclo da vida. Nossa principal responsabilidade é proporcionar ambientes seguros, saudáveis e estimulantes para as crianças sob nossos cuidados. Assumimos o compromisso de estimular seu desenvolvimento, valorizando as diferenças, ajudando-as a aprenderem a viver e trabalhar cooperativamente e promovendo sua autoestima. Posto isso, faz-se necessário compreender que a escola é a nossa segunda casa e é nela que o processo educativo da criança tem sua continuidade. Ao ingressar na escola, espera-se que as crianças e os/as professores/as possam refletir sobre as práticas de educar e de cuidar vivenciadas e desenvolvidas no âmbito escolar. Nesse contexto, a participação da escola, do/a educador/a, do/a educando/a e seus familiares são fundamentais para possibilitar uma formação integral para essas crianças.

A instituição de educação infantil deve compreender que o processo de cuidar e educar de crianças cujos seus direitos são reconhecidos por lei deve ser respeitado por todos os agentes educacionais, devendo cultivar a identidade familiar, o gênero e a raça. Uma vez que o cuidar e o educar são temas relacionados com questões específicas do papel dos profissionais que atuam nesta etapa de ensino, enfatizando que na relação com a criança estaremos sempre assumindo um lugar que será fundamental para a construção da sua subjetividade, especialmente no que diz respeito ao cuidado e à educação. Logo, é válido inferir que a educação da criança pequena (0 a 5 anos), conforme Bujes (2001, p. 16),

> envolve simultaneamente dois processos complementares e indissociáveis: educar e cuidar. As crianças desta faixa etária têm necessidades de atenção, carinho, segurança, sem as quais elas dificilmente poderiam sobreviver. Simultaneamente, nesta etapa, as crianças tomam contato com o mundo que as cerca, através das experiências diretas com as pessoas e as coisas deste mundo e com as formas de expressão que nele ocorrem. Esta inserção das crianças no mundo não seria possível sem que atividades voltadas simultaneamente para cuidar e educar estivessem presentes.

Dessa forma, uma das características da concepção de educação infantil reside na integração das funções de cuidar e educar, o que, para o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil significa:

> **Educar** significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança,

> e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis.
> **Cuidar** significa parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas. (BRASIL, 1998a, p. 23-24, grifos nossos)

Nesse sentido, fica compreendido que o "cuidar e o educar" das crianças como momentos indissociáveis de nossa ação educativa, em especial, na educação infantil, implicam a formação acadêmica e permanente do profissional da educação, especificamente dos que atuam em instituições que atendem crianças de 0 a 5 anos de idade.

Posto isso, compreendemos que o ato de educar e cuidar na educação infantil é envolvido por uma mistura de tensões, limites e possibilidades. Tensões e limites decorrentes dos conflitos, do imprevisível, da insegurança e da inexperiência na docência.

Verificamos também que a infraestrutura inadequada da instituição de ensino dificulta ou impede as professoras desempenharem ações educativas que possibilitem os direitos das crianças de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Desse modo, notamos que não se trata apenas do atendimento às crianças de 0 a 5 anos. Há que se considerar a qualidade que, entretanto, não está relacionada apenas às propostas pedagógicas, mas também a outros fatores e possibilidades igualmente importantes, como um espaço físico adequado e adaptado, materiais pedagógicos estimulantes e uma formação sólida dos profissionais que trabalham com essa faixa etária.

Sobre isso, considero que o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), criado pela Resolução n.° 6, de 24 de abril de 2007, é uma importante iniciativa de colaboração entre os entes federados no campo da Política Nacional de Educação Infantil, para a melhoria da infraestrutura da rede física escolar de Educação Infantil. O Proinfância, como apresentaremos a seguir, inaugurou no Brasil um novo paradigma de espaço físico escolar para as crianças, rompendo com a cultura de que qualquer espaço serve para matricular crianças de 0 a 6 anos de idade.

4.5 O Proinfância

O Proinfância é uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação que visa garantir o acesso de crianças à creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil.

O programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: 1) construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), com projetos padronizados que são fornecidos pelo FNDE ou projetos próprios elaborados pelos proponentes; 2) aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros.

O Proinfância, formulado pelo MEC em convênio com os municípios e concebido com base na premissa do regime de colaboração, tem por objetivo garantir o acesso de crianças à creches e pré-escolas de educação infantil públicas, especialmente em regiões metropolitanas, onde são registrados os maiores índices de população nesta faixa etária (BRASIL, 2011).

O Proinfância está articulado ao Programa de Ações Articuladas (PAR) dos municípios, plano de metas elaboradas pelos municípios a partir de uma avaliação diagnóstica da realidade educacional local, vinculado ao Plano de Desenvolvimento da Educação Básica, que por sua vez, visa enfrentar as desigualdades de oportunidades educacionais na perspectiva de reduzir desigualdades sociais e regionais.

4.5.1 Proinfância em Itapetinga

Entender a educação de um município enquanto parte de um sistema educacional, nos seus diferentes níveis e dependências administrativas, significa buscar unidade na diversidade, integrar as partes no todo, assegurando um conjunto operante e coerente, mas que também preserve as especificidades. Neste processo estão presentes ambiguidades e tensões decorrentes da relação todo-parte e para a compreensão da dinâmica dos sistemas de interações, produzidas nesta relação, evidencia-se a história de cada localidade e dos sujeitos que nela habitam: gestores, coordenadores, professores, técnicos, pesquisadores, crianças..., que se definem “pelo lugar e função que ocupam no conjunto das relações sociais” (CURY, 1995, p. 84).

O Centro de Educação Infantil (CEI) é uma ação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do Ministério da Educação (MEC) através do Proinfância, em regime de colaboração, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e da

Prefeitura Municipal de Itapetinga. O município de Itapetinga foi contemplado em 2012 com a construção de dois CEI que tiveram suas construções interrompidas algumas vezes pelo descumprimento de obrigações administrativas. A unidade do Bairro Vila Érika, nomeada como Centro de Educação Infantil Marvione Macêdo, foi inaugurada em abril de 2019 e atende crianças de creche (2 e 3 anos), pré-escola (4 e 5 anos) e o 1º ano do ensino fundamental, crianças com 6 anos de idade. A unidade do Bairro Vila Riachão, nomeada como Centro de Educação Infantil Nair Augusta Ferreira de Carvalho, foi inaugurada em 2018, iniciando suas atividades no ano letivo de 2019, e atende crianças da creche à pré-escola. Os dois CEI foram e estão sendo equipados adequadamente para atender as demandas da educação infantil.

O Centro de Educação Infantil Marvione Macêdo solicitou autorização para o seu funcionamento ao Conselho Municipal de Educação (CME) e está aguardando um retorno. Enquanto que o Centro de Educação Infantil Nair Augusta Ferreira de Carvalho ainda não deu entrada ao CME solicitando o seu funcionamento, contudo, ambas estão em funcionamento.

O funcionamento dos Centros de Educação Infantil está em consonância com o que propõe o Plano Municipal de Educação de Itapetinga-BA (Lei nº 1.275/2015), meta 1, que trata da universalização da educação infantil na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos de idade e ampliação da oferta de educação infantil em creches. Podendo também atingir a meta 6, que trata da ampliação da educação integral, uma vez que o CEI tem toda infraestrutura para o atendimento tanto parcial quanto integral dos alunos da educação infantil, conforme podemos ver nas Figuras 7 a 11, a seguir:

Figura 7 - CEI Nair Augusta Ferreira de Carvalho

Fonte: Conselho Municipal de Educação de Itapetinga-BA

Figura 8 - CEI Nair Augusta Ferreira de Carvalho

Fonte: Conselho Municipal de Educação de Itapetinga-BA

Figura 9 - CEI Marvione Macêdo

Fonte: Conselho Municipal de Educação de Itapetinga-BA

Figura 10 - CEI Marvione Macêdo

Fonte: Conselho Municipal de Educação de Itapetinga-BA

Figura 11 - CEI Marvione Macêdo

Fonte: Conselho Municipal de Educação de Itapetinga-BA

A educação das crianças de 0 a 5 anos em instituições de educação infantil tem sido cada vez mais valorizada nas últimas décadas, tanto pelo direito da criança à educação, quanto pela obrigatoriedade da oferta a partir dos 4 anos de idade.

Dessa forma, a universalização da educação infantil passou a ser uma meta imprescindível para um bom desempenho no ensino fundamental e médio, reduzindo a

repetência e aumentando o sucesso na educação básica. O Programa Proinfância foi criado nesse contexto, buscando ampliar a oferta de educação infantil, além de oferecer apoio para aquisição de equipamentos e mobiliários. Por meio desse programa, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) disponibiliza vários projetos-padrão para a construção das escolas financiadas pela União, uma prática comum no Brasil.

As figuras apresentadas mostram um pouco da infraestrutura padrão dos Centros de Educação Infantil construídos com recursos do Proinfância, um programa do governo federal, que tem como uma de suas metas garantir o acesso à creche e à pré-escola com a construção de novos estabelecimentos, a partir de seus projetos-padrão. Entendemos que a política de apoio à construção de unidades de educação infantil é, ao mesmo tempo, uma política pública, por partir de medidas governamentais, mas, também, uma política social, uma vez que busca ampliar o acesso.

Para reconhecimento da importância do espaço físico e as formas de ensinar e aprender na educação infantil, dois documentos foram fundamentais para subsidiar o trabalho dos profissionais da educação em suas práticas pedagógicas, sendo eles: o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Ambos os documentos, em especial as DCNEI, reiteram a educação infantil como lugar de pluralidades das infâncias, exigindo da formação do professor que vá de encontro a alguns itens que são imprescindíveis no fazer pedagógico com as crianças da primeira infância, sendo eles: importância da infraestrutura, da rotina, de práticas lúdicas, do reconhecimento das diversidades infantis, da formação para o professor articular o tripé brincar, cuidar e educar.

5 CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIMENSÃO DO CUIDAR E A PREVENÇÃO DE ACIDENTES NO AMBIENTE ESCOLAR

Este capítulo tem como objetivo discutir o currículo proposto para a educação infantil, destacando as dimensões de educar, de cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar. Apresentamos aspectos da rotina da escola, o perfil das crianças, o olhar e as vozes dos profissionais que atuam na escola sobre as tensões, limites e possibilidades no ato de educar e cuidar na educação infantil. Almejamos também analisar o que propõe o currículo para a educação infantil e o que te fato se realiza.

5.1 O currículo na educação infantil

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) pode ser considerada como uma política pública regulatória, pois define e regulariza a educação brasileira a partir dos princípios da Constituição. Então, como lei, os direitos prescritos não podem ser extinguidos, mas podem ser alterados. É a partir da LDB que é previsto: atribuição da União, Estado e município na oferta de educação; formação de professores; currículo da educação básica e ensino superior, dentre outros direitos.

Todo documento que orienta princípios e prática docente na educação infantil é amparado nas determinações da Lei 9.394/96, bem como as leis de valorização profissional do magistério público da educação básica. Para reconhecimento do princípio, fundamento, orientações didáticas e planejamento curricular na educação infantil, três documentos se destacam: Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a mais recente, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada em 2017.

Ambos os documentos, em especial as DCNEI, reitera a educação infantil como lugar de pluralidades das infâncias, exigindo da formação do professor que vá de encontro a alguns itens que são imprescindíveis no fazer pedagógico com as crianças da primeira infância, sendo eles: importância da infraestrutura, da rotina, de práticas lúdicas, do reconhecimento das diversidades infantis, da formação para o professor articular o tripé brincar, cuidar e educar.

Há uma legislação relevante para a educação infantil que se trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) instituídas primeiramente em abril de 1999 e revisada pela Resolução de número 5 de 17 de dezembro de 2009. É um documento de caráter mandatório que fixa eixos norteadores para a construção de proposta pedagógica para

as práticas educativas com as crianças pequenas. O documento destaca a organização da educação infantil, a concepção da criança como sujeito de direitos que nas interações constrói sua própria identidade e produz cultura, a organização, o tempo e os materiais para o trabalho na educação infantil, além de destacar que o reconhecimento, o respeito e a valorização da diversidade devem permear o trabalho docente.

Por fim, consideramos analisar agora uma legislação recente para a educação básica que se trata da Base Nacional Comum Curricular. De caráter normativo, o documento expressa e define "o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica" (BRASIL, 2017), servindo como uma direção para a reformulação dos currículos de todas as escolas do Brasil. Mas, o que a educação infantil tem a impactar nas políticas públicas de formação para os professores?

Além da BNCC reforçar os eixos estruturantes das DCNEI - interações e brincadeiras - pelos quais a criança desenvolve integralmente, foram elaborados seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento alinhados às competências gerais da educação básica. Os direitos são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Esses direitos asseguram de forma produtiva, inovadora e criativa situações pelas quais as crianças se sintam provocadas a explorar, aprender na curiosidade, serem desafiadas a construir seu próprio significado, do outro, do mundo social e do mundo natural. Nessa continuidade a organização curricular da educação infantil está configurada em cinco campos de experiência que reafirmam o cotidiano e aprendizagens da criança como o centro do trabalho pedagógico.

Essencialmente, essas questões recaem para o trabalho docente que seja dotado de organização e de multiplicidade de saberes alinhados com a experiência e que dê sustentabilidade para o planejamento de situações que venham a promover o desenvolvimento pleno das crianças.

Assim, a reorganização curricular a partir da BNCC para a educação infantil, traz à tona a necessidade de termos um investimento em uma política pública de formação para os professores com vistas a enfrentar os desafios educacionais buscando solução para os diversos problemas vivenciados no contexto escolar. Uma formação que seja pautada no diálogo e compartilhamento dos saberes no coletivo, por meio de estudos, seminários, troca de experiências entre os profissionais da educação infantil que reflete de maneira crítica as concepções de infância, criança e como elas desenvolvem a aprendizagem.

5.2 A rotina da escola

As instituições de ensino possuem uma rotina e é por meio dela que os professores, alunos e toda a comunidade escolar desenvolvem o seu trabalho. Na escola pesquisada não é diferente. Durante o período de observação notamos que a escola tem uma rotina disciplinada para desenvolver o trabalho diário por meio de horários, tarefas pré-estabelecidas e atividades cotidianas organizadas da melhor forma possível. A professora Safira explicou que a rotina foi elaborada levando em consideração o espaço físico da escola, a faixa etária das crianças e os materiais disponíveis na instituição de ensino. As professoras e a coordenação da escola reconhecem que não é uma tarefa fácil estabelecer uma rotina, pois para o adulto, muitas vezes, é considerado algo ruim e repetitivo. Porém, para a criança, é fundamental que exista uma rotina para que ela se sinta segura, possa desenvolver a sua autonomia, bem como ter o controle das atividades que irão acontecer.

A rotina diária é o desenvolvimento prático do planejamento. É também a sequência de diferentes atividades que acontecem no dia a dia da escola e é esta sequência que vai possibilitar que a criança se oriente na relação tempo-espaço e se desenvolva. Uma rotina adequada é um instrumento construtivo para a criança, pois permite que ela estruture sua independência e autonomia, além de estimular a sua socialização.

O primeiro passo para estabelecer a rotina é ver a criança como um sujeito histórico e social, capaz de desenvolver suas curiosidades, afetos, sentimentos, amizades e sua identidade cultural.

> A ideia central é que as atividades planejadas devem contar com a participação ativa das crianças garantindo às mesmas a construção das noções de tempo e de espaço, possibilitando-lhes a compreensão do modo como as situações são organizadas e, sobretudo, permitindo ricas e variadas interações sociais. (DIAS, 2010 apud BILÓRIA; METZNER, 2013, p. 2).

Dessa forma, podemos dizer que a rotina é uma prática com diferentes ações que ocorrem em nosso cotidiano. Ela possibilita que a criança oriente-se na relação espaço/tempo, reconhecendo seu andamento, dando sugestões e propondo mudanças. Levando em consideração as necessidades da criança, é fundamental que dentre os elementos que compõem a rotina façam parte os horários de alimentação, higiene, escovação de dentes, roda de conversa, chamada, roda de música, oração, momento da novidade, ajudante do dia, hora do conto, repouso, atividades lúdicas e significativas, jogos diversificados como faz-de-conta, hora das

atividades extraclasse, exploração de diversos materiais, ou seja, atividades que estimulem o desenvolvimento da criança (MASSENA, 2011).

As diferentes atividades que compõem a rotina na educação infantil possuem suas finalidades e formas de organização. Podemos perceber que existem inúmeras atividades que podem ser incluídas na rotina da educação infantil. Cada atividade e tempo deverão ser adequados a realidade das crianças, ao espaço físico e ao trabalho desenvolvido pelo professor. Desse modo, uma rotina que contemple o entrelaçamento das ações fundamentais que configuram a educação infantil necessita de uma consciência crítica do educador em compreender que a rotina é responsável pela organização e cumprimento das metas pré-estabelecidas no dia a dia escolar visando, principalmente, o desenvolvimento integral da criança. As instituições de ensino que não possuem uma rotina adequada dificultam o trabalho do professor, bem como a adaptação e autonomia das crianças.

Para que o professor possa alcançar os seus objetivos e desenvolver as atividades de forma organizada, proporcionando segurança e autonomia às crianças, é preciso que a rotina da instituição de ensino considere as necessidades do professor, das crianças e da própria escola.

No caso da educação infantil, além do aspecto organizacional das creches e pré-escolas, a rotina promove a segurança e a autonomia das crianças. Por isso, ela não pode ser tratada de uma forma mecânica, pelo contrário, toda atividade desenvolvida e os horários e espaços determinados para a realização das ações devem ser planejadas visando favorecer o trabalho pedagógico e as necessidades das crianças.

A rotina deve ser planejada, porém flexível, devendo envolver o cuidado, o ensino e as especificidades imaginativas da criança. Segundo o RCNEI, “a rotina representa, também, a estrutura sobre a qual será organizado o tempo didático, ou seja, o tempo de trabalho educativo realizado com as crianças. A rotina deve envolver os cuidados, as brincadeiras e a situações de aprendizagens orientadas” (BRASIL, 1998a, p. 54). Sendo assim, a organização do tempo no espaço educacional está inerentemente ligada às atividades que são propostas para o seu desenvolvimento, além do suprimento das necessidades básicas da criança.

Nesse sentido, para organizar essas atividades no tempo e no espaço disponíveis na educação infantil, é fundamental levar em consideração as necessidades biológicas das crianças, como as relacionadas ao repouso, à alimentação, à higiene e à sua faixa etária; as necessidades psicológicas, que se referem às diferenças individuais como, o tempo e o ritmo de cada um; as necessidades sociais e históricas que dizem respeito à cultura e ao estilo de vida; e as necessidades espaciais que concernem ao movimento, coordenação motora, socialização e interação com o espaço geográfico.

Posto isso, apresentamos a rotina da escola pesquisa.

> Às 7h as crianças começam chegar e são recebidas na portaria pelo vigilante. E por não ter espaço adequado na entrada da escola e no pátio, os alunos já são encaminhados para sala de aula. A aula começa às 7h30min com atividades na rodinha e em seguida outras atividades trabalhando o nome das crianças, o alfabeto, música, movimento, artes visuais, matemática, linguagem oral e outras. Às 9h é distribuída a merenda para os alunos e tem o recreio de 9h30min até 9h50min. Após o recreio retornam para a sala de aula onde são realizadas atividades de linguagens. A partir de 11h30min os pais ou responsáveis começam chegar para pegar as crianças. Eles aguardam no portão e a diretora vai chamando cada criança pelo nome. O vigilante ajuda na entrega das crianças.
> No turno vespertino é a mesma rotina, só muda os horários.
> Às 13h as crianças começam chegar e são recebidas na portaria pelo vigilante. E por não ter espaço adequado na entrada da escola e no pátio os alunos já são encaminhados para sala de aula. A aula começa às 13h30min com atividades na rodinha e em seguida outras atividades trabalhando o nome das crianças, o alfabeto, música, artes visuais, movimento, matemática, linguagem oral e outras. Às 15h é distribuída a merenda para os alunos e tem o recreio de 15h30min até 15h50min. Após o recreio retornam para a sala de aula onde são realizadas atividades de linguagens. A partir de 17h os pais ou responsáveis começam chegar para pegar as crianças. Eles aguardam no portão e a diretora vai chamando cada criança pelo nome. O vigilante ajuda na entrega das crianças. A parte administrativa da escola funciona todo período nos mesmos horários de aula. (Diário de Campo, out. 2019).

Desse modo, a organização da rotina faz-se importante, uma vez que ela cria e estabelece condições que favoreçam a promoção do desenvolvimento infantil, contribuindo efetivamente para a organização do espaço e tempo pelo professor e também pela criança, na qual esta estimula sua capacidade de organização temporal a partir da sensação de estabilidade. Nesse sentido, é fundamental, como previsto em lei, que além do cuidado o professor crie condições para a educação da criança, no sentido de promover o desenvolvimento integral (físico, psicológico, comportamental, sentimental) e não apenas cognitivo propriamente dito. Por isso, o professor precisa aproveitar as atividades necessárias como hora da roda, hora da alimentação, hora da recreação para fazer uma intervenção com estímulos, já que estes são considerados essenciais como promotores do desenvolvimento infantil.

5.3 O perfil das crianças

As turmas observadas têm um total de 200 alunos, sendo 80 masculino e 120 feminino. O grupo é bem heterogêneo. Segundo a diretora da escola, 18 crianças apresentam Necessidades Educacionais Especiais, entretanto, apenas 6 dos 18 casos possuem diagnósticos e têm

atendimento especializado. Dessas, somente 2 crianças são atendidas pela psicopedagoga, que vem à escola prestar atendimento uma vez por mês. As demais crianças foram encaminhadas ao serviço de atendimento especializado, porém ainda não foram atendidas porque estão aguardando o comparecimento dos pais para realizar a *anamnese.*

Com exceção das 18 crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, em relação à aprendizagem, as demais encontram-se em níveis de desenvolvimento psicomotor, cognitivo e afetivo semelhante. No decorrer da observação, percebemos que algumas crianças são tímidas, retraídas e inseguras, mas se relacionam bem com colegas e professoras. Notamos que apresentam interesse e realizam as atividades propostas, manifestam alegria e satisfação quando conseguem fazer com êxito as atividades, são bem orientadas pelas professoras e gostam de participar das brincadeiras propostas.

A primeira infância é uma fase muito importante e deve ser tratada como tal, pois é a base para o desenvolvimento do indivíduo como um todo. A curiosidade é nata nas crianças, o que faz com que elas constantemente busquem respostas. À medida que elas desenvolvem as competências linguísticas, elas começam a se expressar de outras formas; nesse momento, as competências físicas, emocionais e sociais se integram, propiciando o desenvolvimento cognitivo.

A educação infantil pode proporcionar tudo isso e muito mais. Por isso, o espaço escolar deve oferecer condições, meios e oportunidades para que a criança utilize seus conhecimentos prévios e construa novas aprendizagens. A criança aprende por meio de desafios, em um ambiente atrativo e organizado. Ao ser desafiada, ela adquire novas formas de pensar, provocando a imaginação, o desenvolvimento da sensibilidade e a construção do conhecimento. O convívio com outras pessoas é outro aspecto fundamental, pois ele proporcionará a aprendizagem da diversidade, como também o aprendizado de regras sociais e de convivência.

5.4 O olhar e as vozes dos profissionais que atuam na escola

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação em Pedagogia, através da Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, define princípios, ensino e aprendizagem para a formação do exercício da docência na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, “bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos” (BRASIL, 2006b). Em seu inciso 2.º do art. 2, é definido o conhecimento alinhado com a investigação reflexiva, além da contribuição das ciências humanas para a formação do sujeito que pensa a educação como um ato histórico, político e cultural. Já em

referência aos saberes e habilidades indispensáveis para a formação inicial, é destacado no art. 3:

> O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. (BRASIL, 2006b).

Através do exposto, é evidenciado que na formação inicial deve haver uma aproximação entre o conhecimento do saber-fazer da profissão docente na educação infantil ou anos iniciais do ensino fundamental, para que sejam fortalecidos no exercício da profissão. Esse fato pode ser observado também no parágrafo II do art. 5.º ao afirmar que "o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a: II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social" (BRASIL, 2006b).

No entanto, segundo uma pesquisa feita por Bernardete Gatti (2010) sobre os currículos dos cursos de Pedagogia, é comprovada a insuficiência de disciplinas que aprofundam os conhecimentos teórico-práticos em relação à etapa da educação infantil. Do mesmo modo, para Silva (2016), a ausência de conteúdos que expressam de forma mais prática a compreensão do que seja o cuidar e educar crianças nas instituições de educação infantil, em regime parcial e integral, principalmente com os bebês, são fatores que afetam na oferta da educação infantil.

Essas lacunas irão ser afloradas no exercício da prática docente com as crianças de 0 a 5 anos de idade. Em virtude disso, sinalizações vão surgindo e demanda de formação continuada é acrescida na carreira profissional, isto é, se o professor for capacitado a rever seus saberes mediados pela prática e reflexão da ação, conforme sinaliza a gestora da escola pesquisada ao reconhecer que as crianças atendidas possuem diversas características que as diferenciam entre si e que a equipe escolar precisa compreender e considerar essas especificidades ao propor o trabalho pedagógico.

Nesse contexto, indagamos a diretora e a coordenadora da escola sobre o que propõe o Projeto Político-Pedagógico (PPP) em relação ao trabalho na educação infantil, a dimensão do cuidar e educar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar. Elas informaram que o PPP não existe e no momento estava em construção. Em relação ao currículo da educação infantil informaram que são orientadas pelo Referencial Curricular da Educação Infantil e que em 2019

iniciaram os estudos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para conhecer o que ela recomenda para a educação infantil.

As professoras Esmeralda e Rubi evidenciaram que as crianças quando chegam à escola trazem consigo uma bagagem de artefatos culturais, sociais, familiares que as definem como sujeito único naquele espaço de vida coletiva. Nessa direção, a BNCC reforça a necessidade de promover a interação entre as crianças por meio de brincadeiras. As professoras reconhecem a importância de priorizar estas atividades, no entanto, enfatizaram as dificuldades de realizá-las em decorrência das condições precárias do espaço físico da escola exaustivamente apresentado nesse texto.

A equipe escolar reconhece a necessidade de garantir às crianças os direitos de aprendizagem indicados pela BNCC: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Entretanto, ressaltaram para que esses direitos sejam assegurados de forma produtiva, inovadora e criativa, as crianças precisam ser provocadas a explorar, aprender na curiosidade, serem desafiadas a construir seu próprio significado, do outro, do mundo social e do mundo natural, mas infelizmente, nem sempre isso é possível devido às condições de trabalho docente, a falta de formação continuada e a infraestrutura precária.

Assim, a reorganização curricular a partir da BNCC para a educação infantil, traz à tona a necessidade de termos um investimento em uma política pública de formação para os professores com vistas a enfrentar os desafios educacionais buscando solução para os diversos problemas vivenciados no contexto escolar. Uma formação que seja pautada no diálogo e compartilhamento dos saberes no coletivo, por meio de estudos, seminários, troca de experiências entre os profissionais da educação infantil que reflete de maneira crítica as concepções de infância, criança e como elas desenvolvem a aprendizagem

Por condições de trabalho, Hypolito (2012, p. 211) afirma que esta circunstância tem ligação que envolve elementos indissociáveis, como: “formação, carreira, remuneração e formas de contratação; processos de trabalho, tais quais intensificação, cargas de trabalho, tempos, características das turmas (aspectos materiais e emocionais), condições físicas e materiais de trabalho, dentre outros”. Assim, há vários aspectos que envolvem a complexidade do trabalho do professor e que afetam diretamente em seu trabalho, sua saúde e sua carreira profissional.

A intensificação do trabalho, precarização de ensino, falta de apoio pedagógico, salas lotadas, escassez de material pedagógico apropriado, necessidades financeiras, “culpabilização pelo fracasso escolar”, tudo isso gera frustração, desgaste físico e mental nos professores e acaba por prejudicar a saúde da categoria docente (MENDES; CLOCK; BACCON, 2016).

A professora Rubi narrou que a cada início de ano letivo, vários sentimentos, dúvidas, expectativas se agregam a tarefa de ser professor, entre elas estão o desejo de fazer um bom trabalho docente, o amor e o compromisso com a docência, os medos, as tensões, sentimento de frustração e de impotência. Enfatizou que *"é bom fazer o que gosta, estar junto das crianças criando possibilidades de imaginação e novas aprendizagens, porém o medo do imprevisível, das limitações, dos desafios da docência, às vezes apavora"* (Professora Rubi, 2019).

Todas as professoras desejam conhecer as experiências de vida das crianças, o que elas já sabem fazer, a fim de propor práticas educativas cotidianas que priorizem o conhecimento e as vivências delas, o que vai de encontro ao pensamento de Silva (2008) ao defender que as práticas docentes na educação infantil devem dialogar com as experiências dos sujeitos em sala de aula. Nessa direção, tanto as DCNEI quanto a BNCC explicitam que o processo pelo qual a criança deve aprender é por meio da garantia de experiências.

Quais são as garantias de experiências que os documentos nos dizem? Aquelas que promovam o conhecimento do eu particular, do outro e do mundo, favorecendo o cuidado de ambas as categorias. As experiências devem potencializar a imersão em diferentes linguagens, ampliação de práticas culturais com as manifestações artísticas e vivências éticas e estéticas com vistas ao conhecimento da diversidade (BRASIL, 2009).

As professoras, funcionários da escola, a equipe pedagógica e a direção no decorrer da pesquisa manifestaram preocupação e interesse em oferecer uma educação infantil de qualidade para as crianças com as quais trabalham, no entanto, lamentaram que algumas atividades não podem ser realizadas em detrimento das precárias condições da infraestrutura que podem colocar os alunos em situações de risco de acidentes. Sendo assim, afirmaram que fazem o que podem! A equipe escolar entende que a prevenção constitui-se em um importante recurso para evitar e/ou reduzir os acidentes. Desse modo, buscam agir coletivamente com o intuito de organizar os espaços, bem como buscar soluções para a redução dos itens de riscos de acidentes infantis no ambiente escolar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa, buscamos analisar em que medida o currículo da educação infantil e o Projeto Político-Pedagógico de uma escola da rede municipal de Itapetinga-Bahia discute ou não a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar.

Os dados coletados por meio de análise de documentos, entrevistas e observação do contexto escolar revelaram a inexistência de Projeto Político-Pedagógico, a falta de um currículo sistematizado para educação infantil, a falta de formação para os professores em exercício na área da educação infantil e a falta de uma infraestrutura adequada para o atendimento de crianças de 0 a 5 anos.

Verificamos que a infraestrutura inadequada da escola e as ocorrências de acidentes impedem as professoras de desempenharem atividades de interação e brincadeiras no pátio que possibilitem os direitos das crianças de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Os relatos de funcionários da escola pesquisada, colhidos por meio das entrevistas, no ano de 2019, enfatizaram que a instituição não passa por reforma há muito tempo. Segundo eles, quando se refere às instituições públicas, não é fácil assegurar um ambiente escolar adequado para os estudantes. Ressaltaram que é preciso investimentos na infraestrutura, principalmente das escolas mais antigas, pois essas tendem a apresentar mais problemas estruturais, decorrentes da própria deterioração. Nessa perspectiva, Scota (2016) aponta que a ausência de infraestrutura adequada aumenta a exposição das crianças aos riscos de acidentes.

No ambiente escolar, em qualquer momento, o aluno está exposto a uma série de riscos. Locais como a sala de aula, os corredores, o pátio, as escadas, os banheiros, os laboratórios, a biblioteca, as áreas de recreação e esportes, podem ser determinantes para que o acidente surja subitamente, e de modo repentino, apesar de ser, quase sempre, previsível. No entanto, um ambiente físico seguro reduz os acidentes na infância e permite maior liberdade das crianças, sem intervenção constante dos educadores e/ou responsáveis (SANTINI; MELO, 2009).

Sobre isso, os relatos das professoras entrevistadas evidenciaram que as precárias condições de trabalho docente, a necessidade de formação para professores da educação infantil, as difíceis condições materiais e humanas de trabalho dificultam o desenvolvimento da organização e realização do trabalho pedagógico com crianças de 0 a 5 anos. Por isso, elas reivindicam uma estrutura física e equipamentos adequados, valorização docente, suporte e condições de trabalho para quem atua com crianças pequenas.

No que se refere aos acidentes mais frequentes ocorridos na educação infantil, salientando o papel e a ação dos professores e dos gestores diante desses episódios, o período de observação na escola e o conjunto das falas dos profissionais da instituição escolar onde realizamos a pesquisa nos permitiram concluir que o espaço físico da escola apresenta características de risco às crianças, mostrando a necessidade do desenvolvimento de supervisão periódica por órgãos responsáveis com a finalidade de evitar e/ou prevenir acidentes. A equipe escolar reconhece, dentro da escola, o pátio como um local que apresenta maior risco para a ocorrência de acidentes com as crianças, sinalizam as quedas e as escoriações como os tipos de acidentes mais frequentes.

Percebemos nas falas dos profissionais, a consciência da importância das medidas preventivas a serem tomadas com relação ao acidente. Ressaltaram que quando o ambiente físico é adequado a ocorrência de acidente é menor. Reforçam que a prevenção, no entanto, não se restringe apenas ao conhecimento da equipe escolar, faz-se necessário um espaço físico apropriado às demandas de crianças de 0 a 5 anos, desenvolvimento de um trabalho pedagógico que possibilite às crianças aprenderem a conviver e explorar o ambiente físico com cuidado.

De acordo com o Ministério da Educação, o tema prevenção de acidentes deve ser abordado nas escolas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para a Educação Fundamental (BRASIL, 1997, p. 117) recomendam que a escola ofereça oportunidades para que o aluno seja capaz de “conhecer e evitar os principais riscos de acidentes no ambiente doméstico, na escola e em outros lugares públicos”. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil também aponta a importância dos professores auxiliarem os alunos na identificação de situações de risco para acidentes (BRASIL, 1998).

Ao tratar do cuidar e do educar na educação infantil é preciso evidenciar a sanção da Lei n.° 13.722 (BRASIL, 2018) que torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. A formação deverá ser ministrada prioritariamente pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e o acompanhamento da formação e da certificação deverá ser feita pela Secretaria da Educação. Nesse contexto, cabe ao Conselho Municipal de Educação enquanto instância de fiscalização e acompanhamento fazer cumprir a legislação sobre a prevenção de acidentes.

Com o objetivo de discutir a dimensão do cuidar, educar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar da educação infantil, destacando o que revelam as pesquisas e a legislação, no período de 2008 a 2018, realizamos uma busca nos anais das reuniões nacionais da ANPED, no banco de teses e dissertações da CAPES e da biblioteca virtual do IBICT, no banco de dados

da biblioteca do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED/UESB e no *Google* Acadêmico, utilizando como descritores as palavras-chave “acidente na escola” e “acidentes na Educação Infantil” e encontramos apenas 13 trabalhos.

As conclusões apresentadas nos 13 trabalhos acadêmicos analisados evidenciam que as investigações sobre a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar ainda são muito reduzidas. Isso revela um campo de conhecimento que carece de uma interlocução e de maiores investimentos por parte das instituições da educação básica e de ensino superior por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Os 13 trabalhos analisados apontam que o debate sobre o educar e cuidar, no Brasil se intensificou e ganhou maior visibilidade com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998a) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010). Esses documentos afirmam que cuidar e educar não são dimensões separadas, mas sim, duas faces de uma experiência única. Atualmente, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) valida e reforça esse conceito de que as ações de cuidado estão plenamente integradas com as ações de conhecer e explorar o mundo, criando campo propício para a sistematização dos conhecimentos, que acontece na etapa posterior do ensino fundamental.

A realização deste estudo possibilitou a efetiva compreensão de que cuidar é impregnar a ação pedagógica de responsabilidade e de sentido levando a uma visão ampliada do desenvolvimento da criança com base em concepções que respeitem a realidade e situações peculiares à infância. Dessa forma, o educador deve estar em permanente estado de observação e vigilância para que não transforme as ações de cuidar e educar em rotinas mecanizadas, guiadas por regras. Cuidar e educar implicam em reconhecer que o desenvolvimento, a construção dos saberes, a constituição do ser não ocorre em momentos esporádicos e de modo fragmentado.

Os estudos analisados e as entrevistas com as professoras de educação infantil de uma escola municipal de Itapetinga-BA sinalizaram a necessidade de discutir a temática prevenção de acidentes infantis escolares nos cursos de formação inicial e continuada de professores/as. Segundo elas, é necessário a formação porque há uma demanda de proposições de ações educativas por parte dos/as professores/as em relação à prevenção de acidentes infantis no espaço escolar. Nesse contexto, propõe a inclusão desse tipo de informação na formação do professor, o que poderia ocorrer por meio de pesquisas, projetos de extensão universitária, disciplinas sobre a temática nos cursos de licenciatura, textos, práticas, teatro, estágio e entrega de panfletos sobre os primeiros socorros nas instituições educacionais.

A pesquisa revelou que os riscos de acidentes são considerados como uma fonte de preocupação constante entre pais e educadores. Dessa forma, a prevenção de acidentes no ambiente escolar deve ser uma das ações prioritárias nas políticas públicas educacionais, visando assegurar às crianças e aos adolescentes um espaço escolar seguro para o desenvolvimento físico, cognitivo e psicomotor.

A pesquisa "Currículo da educação infantil: dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar em uma escola de educação infantil no município de Itapetinga", nos possibilitou compreender que a criança é um ser histórico, que age e se desenvolve a partir da interação com o meio social, dos seus tempos e espaços de aprendizagens. Além disso, nos mostrou que ao nos aproximarmos do cotidiano de uma escola de educação infantil, identificamos que por meio do cuidar, do educar e do brincar a criança pequena tem melhores condições de aprender e de se desenvolver.

Esperamos que este estudo constitua subsídio para a reflexão sobre o currículo da educação infantil, especificamente sobre a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar. Sugerimos a realização de novas pesquisas, haja vista que a produção acadêmica sobre a temática ainda é muito reduzida. Isso evidencia um campo de conhecimento que demanda atenção e maiores investimentos por parte das instituições de Ensino Superior. Dessa forma, provavelmente conseguiremos melhorias políticas, pedagógicas, teóricas e metodológicas no ato de cuidar e educar as crianças de 0 a 6 anos.

REFERÊNCIAS

ACKER, Justina Inês Brunetto Verruck; CARTANA, Maria do Horto Fontoura. Construção da participação comunitária para a prevenção de acidentes domésticos infantis. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 62, n. 1, p. 64-70, 2009.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa**.** 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

ANDRAUS, Lourdes Maria Silva *et al*. Primeiros socorros para criança: relato de experiência. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 220-225, abr./jun. 2005.

ANDRÉ, Marli (org.). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

BASSEDAS, Eulália; HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. **Aprender e ensinar na educação infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

BLANK, Danilo. Prevenção e controle de injúrias físicas: saímos ou não do século 20? **Jornal Pediatria**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 84-86, 2002.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENTO, António. Como fazer uma revisão da literatura: considerações teóricas e práticas. **Revista JÁ**, Associação Acadêmica da Universidade da Madeira, n. 65, ano VII, p. 42-44, 2012.

BESSA, Aurilêda Gomes; VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza. Acidentes em crianças no contexto escolar: uma visão do educador. **RECCS**, Fortaleza, v. 14, p. 15-20, 2001.

BILÓRIA, Jéssica Ferreira; METZNER, Andréia Cristina. A importância da rotina na educação infantil. **Revista Fafibe On-Line**, São Paulo, ano VI, n. 6, nov. 2013. Disponível em: http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/28/1112201. Acesso em: 3 jan. 2020.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social (Loas). Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 8 dez. 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: meio ambiente e saúde. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**: introdução. v.1. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**: formação pessoal e social. v. 2. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998b.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**: conhecimento de mundo. v. 3. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998c.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional da Defesa Civil. **Redução das vulnerabilidades aos desastres e acidentes na infância**. 2. ed. Brasília, DF: MI, 2002.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências**: portaria MS/GM n.737, de 16/5/01, publicada no DOU nº 96, seção 1E de 18/5/01. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil**: Encarte 1. Brasília, DF: MEC, SEB, 2006a.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Conselho Nacional de educação/Curso de Pedagogia. Brasília, DF, 2006b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação em Saúde. **Saúde Brasil 2007**: uma análise da situação de saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 20/2009, aprovado em 11 de novembro de 2009. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 9 dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE**. Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública da Educação Infantil – Proinfância. Brasília, DF: MEC, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **O papel do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**: Manual de instruções operacionais para nutricionistas vinculados ao PNAE. 2. ed. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024 [recurso eletrônico]**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**: educação é a base. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018. Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 2018.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Escola infantil: pra que te quero? *In*: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva (org.). **Educação infantil**: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. p.13-22.

BUSQUETS, Maria Dolors; LEAL, Tereza. A educação para a saúde. *In*: BUSQUETS, Maria Dolors *et al*. (org.). **Temas transversais em educação**: bases para uma formação integral. 4. ed. São Paulo: Ática, 1998.

CARMO, Hercules de Oliveira *et al*. Atitudes dos docentes de educação infantil em situação de acidente escolar. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, Minas Gerais, v. 7, n. 1457, 2017.

CARVALHO, Fausto Flor. **Acidentes infantis**: relatos de diretores e professores de ensino fundamental e análise do material didático. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

CARVALHO, Daniela Gomes de; CASTRO, Vanessa Maria de. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) como Política Pública de Desenvolvimento Sustentável**. Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília, Brasília, n. 1, p. 1-20, 2010.

CORSARO, William Arnold. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, p. 443-464, maio/ago. 2005.

CORSINO, Patrícia; NUNES, Maria Fernanda Rezende. A institucionalização da infância: antigas questões. *In*: CORSINO, Patrícia (org.). **Educação infantil**: cotidiano e políticas. São Paulo: Autores Associados, 2009. p. 15-32.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRIANÇA SEGURA BRASIL. **Como evitar acidentes com crianças até 1 ano**. São Paulo: Criança Segura Brasil, 2017, 2018. Disponível em: https://criancasegura.org.br/dicas/dicas-de-prevencao-menores-de-um-ano/. Acesso em: 9 jan. 2020.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DATASUS. **Informações de saúde (TABNET)**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php. Acesso em: 28 nov. 2019.

DAVANÇO, Giovana Mochi; TADDEI, José Augusto de Aguiar Carrazedo; GAGLIONONE, Cristina Pereira. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a Curso de Educação Nutricional. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 177-184, abr./jun. 2004.

DENZIN, Norma Kent; LINCOLN, Yvonna Sessions. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In*: DENZIN, Norma Kent; LINCOLN, Yvonna Sessions (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Tradução de Sandra Regina Netz. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DIAS, Adelaide Alves; MACÊDO, Lenilda Cordeiro de. O cuidado e a educação enquanto práticas indissociáveis na educação infantil. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 29., 2006, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: Anped, 2006.

DOMENE Semíramis Martins Álvares. A escola como ambiente de promoção da saúde e educação nutricional. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 505-517, 2008.

FEIJÓ, Maria Cristina de Carvalho; PORTELA, Margareth Crisóstomo. Variação no custo de internações hospitalares por lesões: os casos dos traumatismos cranianos e acidentes por armas de fogo. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 627-637, 2001.

FILÓCOMO, Fernanda Rocha Fodor *et al*. Estudo dos acidentes na infância em um pronto socorro pediátrico. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 41-47, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out./dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/16.pdf. Acesso em: 13 abr. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENIZ-PASCHOAL, Sandra Regina. **Prevenção de quedas acidentais de bebês**: uma intervenção do psicólogo com mães usuárias do Setor de Pediatria de um Centro de Saúde. 1998. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONSALES, Thais Pondaco. **Ação educativa de prevenção de acidentes domésticos em escola de ensino fundamental**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

GONSALES, Thais Pondaco. **Atividades de formação de professores para o trabalho com prevenção de acidentes infantis**. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

HARADA, Maria de Jesus Castro Sousa *et al*. Epidemiologia em crianças hospitalizadas por acidentes. **Folha Médica**, Rio de Janeiro, v. 119, n. 4, p. 43-47, 2000.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Trabalho docente na educação básica no Brasil: as condições de trabalho. *In*: OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Lívia Maria Fraga (org.). **Trabalho na educação básica**: a condição em sete estados brasileiros. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 211-229.

HORN, Maria da Graça Souza. **Sabores, cores, sons, aromas**: a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itapetinga/panorama. Acesso em: 25 nov. 2019.

INEP. **Censo Escolar 2018**. Brasília, DF: MEC, 2018.

ITAPETINGA. **Plano Municipal de Educação**. Lei nº 1.275, de 23 de junho de 2015. Itapetinga-BA, 23 jun. 2015.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LIBERAL, Edson Ferreira *et al*. Escola Segura. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 81, n. 5 (Supl.), p. 155-163, nov. 2005.

MACIEL, Cleudomir Martins. **Conhecimento dos professores de séries iniciais de escola pública do município de Ariquemes-RO a respeito dos primeiros socorros**. 2015. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Departamento de Ciências da Educação, *Campus* de Ariquemes, Universidade Federal de Rondônia, Ariquemes, Rondônia, 2015.

MASSENA, Renata da Silva. **Entrelaçamentos entre as concepções do educar e do cuidar na educação infantil**. 2011. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, *Campus* I, Salvador, 2011.

MASSUCATO, Jaqueline Cristina. **Professora, educadora ou babá?** Desafios para a reconstrução da identidade profissional da educação infantil. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2012.

MENDES, Thamiris; CLOCK, Lizie Mendes; BACCON, Ana Lúcia. Aspectos positivos e negativos da profissão docente: entre a satisfação e o desejo do professor. **Com a Palavra o Professor**, Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, out./dez. 2016.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas ou sobre como fazemos nossas investigações. *In*: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (org.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. p. 15-22.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MINOZZO, Edson Leandro; ÁVILA, Ednsaildes Pereira de. **Escola segura**: prevenção de acidentes e primeiros socorros. Porto Alegre: Age, 2006.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Maria Barboza. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014.

NASCIMENTO, Elisabet Ristow; SANTOS Ademir Valdir dos. Cuidado ou educação? A prática educativa nas creches comunitárias de Curitiba. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: Anped, 2010.

NÖRNBERG, Marta. **Palpitações indizíveis**: o lugar do cuidado na formação de professores. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

NÖRNBERG, Marta. Formação de professores como ação humana: reflexão e escrita sobre a prática pedagógica em contextos de ensino e pesquisa. *In*: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPEND, 11., 2016, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Anped, 2016.

ORELLANA GARCIA, Nahomy; SOLÍS ALBARRAN, Victoria; VASQUEZ CABRERA, Susana. **Grau de conhecimento de professores de educação geral básica em primeiros socorros em trauma para o sistema músculo-esquelético**. 1998. Tese (Bacharel em Enfermagem e o título profissional de Enfermeira Obstétrica) - Escola de Medicina, Escola de Enfermagem, Pontifícia Universidade Católica do Chile, Santiago, 1998.

OLIVEIRA J. S. **Acidentes em crianças e adolescentes**: estudo epidemiológico de saúde escolar em Belo Horizonte, MG. 2000. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de (org.). **Educação infantil**: muitos olhares. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Rita Aparecida de. **Comportamentos de risco para acidentes em *playgrounds***: identificação e opinião de profissionais da educação infantil. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os docentes no Plano Nacional de Educação: entre a valorização e a desprofissionalização. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 8, n. 15, p. 447-461, jul./dez. 2014. Disponível em: http://www.esforce.org.br. Acesso em: 24 fev. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Cuidados de saúde primários**: agora mais do que nunca. 2008. Disponível em: http://www.who.int/whr/2008/whr08_pr.pdf. Acesso em: 10 nov. 2018.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi; PEREIRA, Isabel Maria Teixeira Bicudo. Saúde ambiental e o papel da escola: algumas considerações. **Revista Brasileira de Saúde Escolar**, Campinas, v. 4, n. 3/4, p. 75-78, 1996.

PEREIRA, Isabel Maria Teixeira Bicudo *et al*. Escolas promotoras de saúde: onde está o trabalhador professor? **Saúde em Revista**, Piracicaba, v. 5, n. 11, p. 29-34, 2003.

POPP, Bárbara. **Qualidade da educação infantil**: é possível medi-la? 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Educação, São Paulo, 2015.

PRATES, Cibeli de Souza; OLIVEIRA, Maíra Sanhudo de. Temas de saúde em instituições de educação infantil. *In*: CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva (org.). **Educação infantil**: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 39-60.

RABELO Annete Scotti. Adaptação curricular na inclusão. **Revista Integração**, Secretaria de Educação Especial do MEC, ano 9, n. 21, 1999.

RIBEIRO, Katiuce Lucio; SOUZA, Selma Pereira de. **Jogos na educação infantil**. Serra: Escola Superior de Ensino Anísio Teixeira, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RIVERO, Andrea Simões. Da educação pré-escolar à educação infantil: um estudo das concepções presentes na formação dos professores no curso de Pedagogia. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 24., 2001, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: Anped, 2001.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), ano I, n. 1, p. 1-15, jul. 2009.

SANTINI, Gislaine Izelli; MELLO, Josiane Medeiros. **Primeiros socorros e prevenção de acidentes aplicados ao ambiente escolar**. Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Universidade Estadual de Maringá, Campo Mourão, 2009.

SATYRO, Natália; SOARES, Sergei. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental**: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005. Brasília, DF: IPEA, 2007.

SATYRO, Natália; SOARES, Sergei. **O impacto da infraestrutura escolar na taxa de distorção idade-série das escolas brasileiras de ensino fundamental**. Brasília, DF: IPEA, 2008.

SCOTA, Bruna da Costa. **Ações educativas sobre prevenção de acidentes infantis com professoras de educação infantil**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual Paulista, *Campus* de Marília, 2016.

SENA, Soraia Pinto. **A representação social dos acidentes escolares por educadores em escola de 1ª a 4ª série do ensino fundamental**, **Belo Horizonte**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde da Criança e do Adolescente) - Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

SENA, Soraia Pinto; RICAS, Janete; VIANA, Maria Regina de Almeida. A percepção dos acidentes escolares por educadores do ensino fundamental, Belo Horizonte. **Revista Médica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 18, n. 4(Supl.), p. 47-54, 2008.

SEIXO, Luís. Os acidentes em meio escolar: que intervenção? **Revista Portuguesa de Clínica Geral**, v. 20, n. 1, p. 233-242, 2004.

SILVANI, Cristiana Baldo *et al*. Prevenção de acidentes em uma instituição de educação infantil: o conhecimento das cuidadoras. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 200- 205, abr./jun. 2008.

SILVA, Edina Mariko Koga; GOIHMAN, Samuel; NÓBREGA, Celestino José Prudente. Implantação do Programa Assistencial de Saúde em creches no município de Embu (1985/7). **Revista Brasileira de Saúde Escolar**, Campinas, v. 4, n. 1/2, p. 43-50, 1996.

SILVA, Larissa Graziela Sousa da *et al*. Primeiros socorros e prevenção de acidentes no ambiente escolar: intervenção em unidade de ensino. **Revista Enfermagem em Foco**, v. 8, n. 3, p. 25-29, 2017.

SOMMERHALDER, Aline. **A educação e o cuidado da criança**: o que advogam os documentos políticos do Ministério da Educação para a educação infantil? 2010. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2010.

SOUZA, Cecília Regina de. **Primeiros socorros no ensino fundamental**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Naturais) – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília, Planaltina, DF, 2013.

SPODEK, Bernard; SARACHO, Olivia N. **Ensinando as crianças de três a oito anos**. Tradução de Claudia Oliveira Dornelles. Porto Alegre: Artmed, 1998.

VERÍSSIMO, Maria de La Ó Ramallo; FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa da. O cuidado da criança segundo trabalhadoras de creches. **Revista Latino-Americana Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 1, p. 28-35, jan./fev. 2003.

VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza *et al*. Ações e possibilidades de prevenção de acidentes com crianças em creches de Fortaleza-Ceará. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, p. 1687-1697, nov./dez. 2009.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa qualitativa em Administração**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VIEIRA, Aline dos Santos; MELLO-CARPES, Pâmela Billig. Processo de envelhecimento: percepções de docentes da rede básica de educação do município de Uruguaiana-RS. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 705-712, dez. 2013.

VILAS BÔAS, Bruna. **Pedagogia e prevenção de acidentes infantis**: conhecimentos e opiniões de discentes e docentes e ação educativa com universitários. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, de Marília. 2016.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na pré-escola**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

YIN, Robert. **Estudo de caso**: planejamentos e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZANLUCHI, Fernando Barroco. **O brincar e o criar**: as relações entre atividade lúdica, desenvolvimento da criatividade e educação. Londrina: O autor, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED
MESTRADOEM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Conforme Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde – CNS

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa **"CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIMENSÃO DO CUIDAR E A PREVENÇÃO DE ACIDENTES NO AMBIENTE ESCOLAR"**. Neste estudo pretendemos analisar como o currículo da Educação Infantil aborda a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar; identificar os acidentes mais frequentes ocorridos em ambiente escolar de Educação Infantil, destacando o papel e a ação dos professores e dos gestores diante desses episódios.

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é o fato de na condição de professora da Educação Básica presenciar a ocorrência de acidentes no ambiente escolar e os riscos de comprometer o desenvolvimento da criança, dependendo de sua gravidade. Nesse contexto, compreendo a relevância desse estudo para saber em que medida os professores e demais profissionais da educação necessitam de conhecimento e orientações curriculares e pedagógicas sobre a prevenção dos acidentes na infância, especificamente em escolas de Educação Infantil.

Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): observação dos ambientes escolares de uma escola de Educação Infantil no município de Itapetinga/BA e realização de entrevistas semiestruturadas com professores e gestores para saber quais são os acidentes mais frequentes ocorridos na Educação Infantil e qual o papel e a ação deles diante desses episódios.

Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em todas as formas que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. Você

poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não causará qualquer punição ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Este estudo apresenta risco mínimo que pode ser um constrangimento ao responder as perguntas no momento da entrevista ou incômodo com presença do pesquisador no período das observações. No entanto, os/as participantes podem abandonar a pesquisa a qualquer momento. Além disso, você tem assegurado o direito a compensação ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa. Os benefícios deste estudo são a possibilidade de ampliação e o desenvolvimento de ações de prevenção de acidentes no ambiente escolar, especificamente que atende à Educação Infantil, assim como a possibilidade de construção de artigos e trabalhos acadêmicos, além da própria dissertação.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizados. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma das vias será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e posso modificar a decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Jequié, ____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do(a) participante da pesquisa

Impressão digital (se for o caso)

_____

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

Pesquisador(a) Responsável:
Ivete Borges Gomes Carvalho
Endereço:
Tel.: (77)99112- 7086 / E-mail: iveteborgesgomes@hotmail.com

CEP/UESB- Comitê de Ética em Pesquisa
Avenida José Moreira Sobrinho, s/n, 1º andar do Centro de Aperfeiçoamento Profissional Dalva de Oliveira Santos (CAP). Jequiezinho. Jequié-BA. CEP 45208-091.
Fone: (73) 3528-9600 (ramal 9727) / E-mail: cepjq@uesb.edu.br

APÊNDICE B – Roteiro de Observação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

1. Observação do espaço físico: salas de aulas; infraestrutura: dos espaços fora da sala de aula, bem como da acessibilidade, etc.

2. Observação das atividades feitas em sala de aula e fora dela, ou seja, observar as atividades cotidianas, com a finalidade de analisar como o currículo da Educação Infantil aborda a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar; identificar os acidentes mais frequentes ocorridos na Educação Infantil, destacando o papel e a ação dos professores e dos gestores diante desses episódios.

3. Observar como se dá a relação professor x aluno dentro e fora da sala de aula. Como se dão as relações interpessoais entre o/a professor/a e os/as alunos/as quando ocorrem acidentes na Educação Infantil, destacando o papel e a ação dos professores e dos gestores diante desses episódios.

4. Disponibilidade de materiais, brinquedos, etc. Como se dão as brincadeiras? Que brinquedos estão disponíveis para alunos/as? Existem filas para sair ou entrar, ir para o recreio, etc.?

5. Observar as reações do/a professor/a diante de algum episódio de acidentes na Educação Infantil.

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista com as professoras

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGED
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A PROFESSORA

Nome que gostaria de ser chamada na pesquisa:_____

Séries/Anos que leciona/lecionou: _____

1ª PARTE: CONHECENDO O PROFISSIONAL QUE ATUA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

- Qual a sua Idade? Sexo? Seu estado civil? Possui filho? Quantos? Sua escolaridade? Há quanto tempo é professor(a) na Rede Municipal de Itapetinga? Qual a sua carga horária? Como funciona sua jornada de trabalho? Atualmente é contratado(a) ou concursado(a)? O que você acha do seu salário? Como você avalia sua formação enquanto professora(a)? Turma que trabalha nesse ano? Em quê turno? Quantas crianças têm em sua turma? Tem ajudante na sala? Tempo de Docência? Tempo de Docência na Educação Infantil? Como vê o papel do Professor de Educação Infantil?

- Se possível, gostaria que nos contasse um pouco sobre seu percurso formativo e sua trajetória docente.

- Gostaria que me falasse um pouco mais sobre o perfil da turma que está lecionando no momento. Como você se sente ao trabalhar com esta turma? Na sua opinião, qual seria a necessidade maior da turma? Quais as suas expectativas em relação aos alunos? Das atividades que você planeja para as crianças, qual é a atividade que você acha que elas mais gostam.

2ª PARTE: AS CONCEPÇÕES DO(A) PROFESSOR(A) E A PRÁTICA DOCENTE NAS SITUAÇÕES QUE ENVOLVEM A DIMENSÃO DO CUIDAR E A PREVENÇÃO DE ACIDENTES NO AMBIENTE ESCOLAR.

- Atualmente existem muitos discursos sobre o educar e o cuidar na Educação Infantil. O que você pensa sobre isso?
- Como se dá a relação de cuidar e educar no dia a dia da sua sala de aula?
- Na sua concepção, as atividades de cuidar na Educação Infantil podem ser um ato educativo? De que forma pode se processar?
- Na sua formação inicial, houve alguma disciplina que mencionava ou discutia sobre a dimensão do educar e do cuidar no ambiente escolar? Você já fez alguma capacitação/formação continuada? Se sim, algum desses cursos abordou a temática sobre o educar e o cuidar na Educação Infantil?
- Você conhece a Proposta Curricular da Educação Infantil? E sobre o Plano Político-Pedagógico da Unidade de Educação Infantil, você conhece? Usa-a, lê, participa de suas discussões?
- Na sua experiência profissional, como trabalhador(a) da educação você já presenciou algum acidente no ambiente escolar envolvendo alguma criança? Se sim, pode me contar como foi?
- Na sua escola quais são os acidentes mais frequentes? Que estratégias são utilizadas por você e os demais colegas para se evitar os acidentes no interior da escola?
- Quando acontece acidentes na Educação Infantil no ambiente escolar como as crianças, os professores, os gestores e os pais reagem?
- Na sua concepção, em que medida o currículo da Educação Infantil e o Projeto Político-Pedagógica da escola discutem a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar?
- Algo a acrescentar....

ANEXO

ANEXO A - Parecer consubstanciado do Comitê de Ética e Pesquisa

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB/BA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Currículo da Educação Infantil: dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar

Pesquisador: IVETE BORGES GOMES CARVALHO

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 12454019.0.0000.0055

Instituição Proponente: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.560.068

Apresentação do Projeto:

Reapresentação de projeto de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UESB (nível Mestrado), que pretende investigar "Como o currículo da educação infantil aborda a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar". Será realizado em uma escola da Rede Municipal de Itapetinga-BA, que atende crianças da Educação Infantil.

Objetivo da Pesquisa:

Conforme a descrição das pesquisadoras, serão objetivos desse estudo

Geral:

Analisar como o currículo da Educação Infantil aborda a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar.

Específicos:

Discutir a dimensão do cuidar e educar na educação infantil destacando o que revelam as pesquisas e a legislação no período de 2007 a 2018;

Identificar os acidentes mais frequentes ocorridos na Educação Infantil, destacando o papel e a ação dos professores e dos gestores diante desses episódios;

Analisar em que medida o currículo da educação infantil e o projeto político pedagógico da escola discute ou não a dimensão do cuidar e a prevenção de acidentes no ambiente escolar.

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6683 **E-mail:** cepuesb.jq@gmail.com

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB/BA

Continuação do Parecer: 3.580.088

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Foram mencionados os seguintes riscos: "Os riscos desta pesquisa podem ocorrer através de algum constrangimento, no entanto os participantes podem abandonar a pesquisa a qualquer momento, e em caso de necessidade ofereceremos acompanhamento psicológico". Quanto aos benefícios, "...podemos destacar a possibilidade de ampliação dos debates que envolvem os professores da Educação Básica e a construção de práticas curriculares,...".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto de pesquisa de interesse para a área da Educação e de relevância social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

As pendências do parecer anterior referiam-se ao esclarecimento sobre os participantes do estudo, ao TCLE e ao roteiro de entrevista. Um novo TCLE foi apresentado.

Recomendações:

Recomenda-se que se explicite a estimativa do tempo utilizado para a entrevista.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

1.Um novo TCLE foi apresentado, sendo que em comparação ao da primeira apresentação, este não está direcionado ao professor. Apesar de não ter sido esclarecido pontualmente a dúvida supracitada em relação aos participantes do estudo, alguns trechos do TCLE explicitaram sobre os participantes como em "...destacando o papel e a ação dos professores e dos gestores diante desses episódios" e "...realização de entrevistas semiestruturadas como professores e gestores para saber quais são os acidentes mais frequentes ocorridos na Educação Infantil...".

2.A solicitação para incluir no TCLE a informação referente ao direito a compensação ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa foi atendida.

Diante das considerações acima, sugere-se a aprovação do projeto com a recomendação de se incluir no TCLE a estimativa do tempo para a entrevista.

Considerações Finais a critério do CEP:

Em reunião de 06.09.2019, a plenária do CEP UESB aprova o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	28/07/2019		Aceito

Endereço: Avenida José Moreira Sobrinho, s/n
Bairro: Jequiezinho **CEP:** 45.206-510
UF: BA **Município:** JEQUIE
Telefone: (73)3528-9727 **Fax:** (73)3525-6983 **E-mail:** cepuesb.jq@gmail.com

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB/BA

Continuação do Parecer: 3.580.068

Básicas do Projeto	ETO_1319939.pdf	10:26:59		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	28/07/2019 10:26:43	IVETE BORGES GOMES CARVALHO	Aceito
Outros	termo_de_uso_de_imagem_depoimento.pdf	25/03/2019 21:11:36	IVETE BORGES GOMES CARVALHO	Aceito
Outros	instrumentos_coleta_de_dados.pdf	25/03/2019 21:11:01	IVETE BORGES GOMES CARVALHO	Aceito
Outros	autorizacao_coleta_de_dados.pdf	25/03/2019 21:10:40	IVETE BORGES GOMES CARVALHO	Aceito
Outros	declaracao_de_orientacao.pdf	25/03/2019 21:10:26	IVETE BORGES GOMES CARVALHO	Aceito
Outros	declaracao_participacao_orientadora.pdf	25/03/2019 21:09:42	IVETE BORGES GOMES CARVALHO	Aceito
Outros	pesquisa_nao_iniciada.pdf	25/03/2019 21:09:27	IVETE BORGES GOMES CARVALHO	Aceito
Outros	oficio_encaminhamento.pdf	25/03/2019 21:09:15	IVETE BORGES GOMES CARVALHO	Aceito
Outros	resolucao_510.pdf	25/03/2019 21:08:57	IVETE BORGES GOMES CARVALHO	Aceito
Outros	resolucao_466.pdf	25/03/2019 21:08:24	IVETE BORGES GOMES CARVALHO	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	25/03/2019 21:08:11	IVETE BORGES GOMES CARVALHO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	participacao_pesquisadora.pdf	25/03/2019 21:08:00	IVETE BORGES GOMES CARVALHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	25/03/2019 21:07:43	IVETE BORGES GOMES CARVALHO	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	25/03/2019 21:07:21	IVETE BORGES GOMES CARVALHO	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB/BA

Continuação do Parecer: 3.580.068

JEQUIE, 06 de Setembro de 2019

Assinado por:
Douglas Leonardo Gomes Filho
(Coordenador(a))